VOCÊ SABE DE ONDE A VERDADE VEM

R$ 2,00 • ANO 31 • Sexta-feira, 26/04/2024 • Nº 10.696 • diariodeuberlandia.com.br

EDUCAÇÃO

Censo Escolar aponta aumento de estudantes matriculados em Uberlândia

MUNICÍPIO TEVE MAIS DE 145 MIL ALUNOS REGISTRADOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO EM 2023. *Página* | **3**

AGÊNCIA BRASIL

UBERLÂNDIA

Polícia prende estelionatários que se preparavam para aplicar golpes

Página | **2**

POLÍCIA CIVIL/DIVULGAÇÃO

NOVO ESPAÇO

Hospital do Câncer de Uberlândia irá inaugurar ampliação do setor de quimioterapia no sábado (27)

Página | **3**

ARQUIVO DIÁRIO

Sol com algumas nuvens. Não chove.
MAX 31° MIN 20°

DÓLAR COMERCIAL +0,28%
R$ 5,162

EURO COMERCIAL +0,56%
R$ 5,538

BOVESPA -0,08%
124.645,58 PTS

SALÁRIO MÍNIMO R$ 1.412

NASDAQ -2,02%

CLASSIFICADOS | PÁG. 16

UBERLÂNDIA

Polícia prende estelionatários que se preparavam para aplicar golpes

ELES ESTAVAM HOSPEDADOS EM UM HOTEL E FORAM DETIDOS NA MANHÃ DE QUINTA (25)

■ DA REDAÇÃO

Dois homens foram presos pela Polícia Civil (PC) na manhã desta quinta-feira (25), suspeitos de praticarem crimes de estelionato em Itaporanga D'Ajuda (SE). Segundo informações, os autores estavam hospedados em um hotel de Uberlândia, e se preparavam para cometer golpes na cidade.

De acordo com a Polícia Civil, os suspeitos têm 45 anos de idade e estavam foragidos. Conforme apontado nas investigações, os autores falsificavam procurações em nome de terceiros, e de posse dessas procurações, compareciam em agências bancárias para retirarem talões de cheques. Eles falsificavam as respectivas assinaturas, descontavam as cártulas e transferiam o numerário obtido ilicitamente para outras contas correntes a fim de dissimularem suas ações criminosas.

Além de efetuarem a prisão dos estelionatários, os policiais civis ainda arrecadaram diversos materiais, incluindo documentos e eletrônicos, que demonstram a atividade criminosa dos envolvidos. A prisão foi comunicada à Polícia Civil de Sergipe, sendo que uma equipe de policiais do estado se deslocou até Uberlândia para dar continuidade às investigações.

Eles foram encaminhados ao Presídio Jacy de Assis, onde ficam à disposição do Poder Judiciário.

POLÍCIA CIVIL/DIVULGAÇÃO

Polícia Civil apreendeu documentos e eletrônicos que comprovaram o envolvimento da dupla em golpes de estelionato

William H Stutz
Veterinário e escritor

CRÔNICAS DO STUTZ

De volta ao passado

Pouco original o título não é mesmo? Mas juro, não encontrei outro que apetecesse, que desse jeito no que vou contar. Começo de vida custoso como é para todos que não nasceram em berço de ouro. Um certo ano de louca recessão ou apenas mais um dentre tantos. O País em sufoco. Ditadura militar finalmente agonizando. Mudanças seriam lentas e graduais como diziam os poderosos da própria abertura.

O país em polvorosa, para ainda mais complicar era ano de copa do mundo e a seleção de Tele Santana era do mesmo naipe da de Zagalo em 70. Deu no que deu. Aí pintou a "Tragédia do Sarriá" e a seleção da Itália nos despachou mais cedo para casa. Mas isso é só futebol e as preocupações reais incomodavam muito mais.

Recém-formado agarrando o que aparecesse, carecia sobreviver. Um emprego em Campinas e lá fui começar a vida profissional. O veterinário que virou números. Passava o dia em computador acredito que um 286 a digitar em tela negra e letras em verde formulação de rações animal. Durou pouco, um ano para ser exato. Estava na cara que não seria essa minha praia. Me fui ou "fui ido". Um amigo e irmão de república me consegui um trabalho. Era longe à época hoje logo ali. Por toda minha vida vou agradecer a Jeová – não o bíblico e criador – mas ao Jeová vulgo Temporal por apelido e que virou nome, o nome de batismo por este ninguém conhece.

Para começar tenho que explicar como se chega. Vamos lá então.

Saindo de Uberlândia sentido Prata. Estrada de chão. Asfalto só depois da ponte do rio Tijuco. No posto Pratão tomo rumo a Frutal mas logo viro para Campina Verde, asfalto e bom, dura pouco.

Pastel de guariroba (gueiroba no poular) e refrigerante e toca em frente.

De Campina Verde segue-se para Honorópolis, estrada boiadeira, chão puro, estreita, cinquenta e quatro mata-burros contatos dezenas de vezes.

Ainda no chão ruma-se para Iturama. Descanso, pouso, seguir só no outro dia, bateu cansaço e o caminho ainda é bravo.

Próximo destino Monte Alto, hoje Alexandrita – uma pena nome tão bonito, mudaram, pensa só –, até Estrela da Barra, lá adiante, virou Vila Triângulo, o poético virou geométrico.

Porteirão virou União de Minas.

Pega estrada de chão, demora, chegamos à vila Carneirinhos, hoje emancipada, virou cidade, miudinha, miudinha, mas estranhamente agradável, bonita.

Toca a correr.

Passa o pé de galinha, o buraco do chinês; erosão gigante, voraz, sempre com fome come terra, enfeia, destrói tudo à sua volta.

Corta córregos e veredas, guinada à esquerda, alguns curtos quilômetros. Chegamos. São Sebastião do Pontal. É aqui que tudo começa.

Só um recado: para fazer o trecho descrito eram gastos dois dias de viagem, distância 380 km. Uma parte de 90 km, nas águas, consumia até 10 horas, quando dava de chegar, outro caso era ficar fincado em atoleiro de terra massapé, terra de cultura da boa. Aí a chegada a Deus pertencia.

Vai saber. O ano? Isso era 1982. Logo ali.

*ESTE CONTEÚDO É DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR E NÃO REPRESENTA, NECESSARIAMENTE, A OPINIÃO DO DIÁRIO DE UBERLÂNDIA.

Buscar distância do entojo
luta sempre pelo novo
fugaz lição de vida.
da palavra ao aceite o merecido deleite
de tempos a sorrir - prazer, frenesi.

A vida nos traz assombros;
fugindo sempre de internos escondidos escombros:
sombrios, úmidos, mas nunca a dar nojo.

Frutos do que criamos, a riqueza bela e clara sempre presente.
Merecemos?
experiência, vislumbre sempre a calma
comum em seu bojo
a lavar com perfumada essência, a alma.

William H. Stutz

DIÁRIO DE UBERLÂNDIA

Gaia Editora Gráfica - EIRELI - CNPJ: 12.512.322/0001-07
Av. Afonso Pena, 1615 - Centro Uberlândia-MG

O Diário de Uberlândia possui parque gráfico próprio.

CIRCULAÇÃO
• ASSINATURA DIGITAL
• VENDA AVULSA EXEMPLAR IMPRESSO
• DISTRIBUIÇÃO DIRIGIDA

EXPEDIENTE

DIRETOR SUPERINTENDENTE
Ayer Felipe de Faria Neto

DIRETORA FINANCEIRA
Juliedda Schmutzler

COORDENADOR GRÁFICO
Marco Tulyo Oliveira

BALCÃO DE ATENDIMENTO
Carolina Moreira

ADMINISTRAÇÃO DE VENDAS
Jéssica Borges

COORDENADOR REDAÇÃO E ONLINE
Dhiego Borges

PRODUÇÃO
Júlia Vidotti

EDITORES
Dhiego Borges
Bruna Merlin

REPÓRTER
Igor Martins
Juan Madeira

PAGINAÇÃO
Alexandre Barbosa

SAC/ANUNCIAR
99862-5000
atendimento@diariodeuberlandia.com.br

REDAÇÃO
99860-5002
redacao@diariodeuberlandia.com.br

www.diariodeuberlandia.com.br

UBERLÂNDIA

Censo Escolar mostra aumento de estudantes matriculados

MUNICÍPIO TEVE MAIS DE 145 MIL ALUNOS REGISTRADOS EM INSTITUIÇÕES DE ENSINO EM 2023

■ JUAN MADEIRA

Dados disponibilizados pelo Censo Escolar revelaram um crescimento de 1,6% no índice de estudantes matriculados nas redes pública e privada de Uberlândia. O levantamento mostra que, em 2023, foram contabilizadas 145.191 matrículas no total, sendo 2.384 novos alunos em relação ao ano anterior.

A educação infantil liderou o índice, com 1.765 novas inscrições, sendo 320 em creches e 1.445 em pré-escolas. O ensino fundamental manteve-se estável com apenas 204 novos alunos, enquanto no ensino médio houve um acréscimo de 415 estudantes.

Em relação ao tipo de instituição, as escolas privadas apresentaram um crescimento de 6,7%, passando de 34.649 matrículas para 36.999 no ano passado, enquanto as instituições públicas registraram um aumento de 2,5%, com 107.875 matrículas em 2022 e 110.507 em 2023. Em 2022, o total de estudantes matriculados foi de 142.807.

Em entrevista ao Diário, a professora Maria Bonete, do Ensino Fundamental na Escola Municipal Doutor Afrânio de Freitas Azevedo, ressaltou que a expansão no número de matrículas em Uberlândia é importante para o desenvolvimento não só educacional, mas também social de crianças e adolescentes.

"Devemos olhar com bons olhos este aumento, porque quanto mais crianças nas escolas, é possível um desenvolvimento tanto social quanto educacional. As crianças estando na escola ajuda na socialização, no desenvolvimento de habilidades emocionais, sociais, cooperação, empatia, resolução de conflitos. Além disso, sendo a escola um grupo social que a criança participa mais, é nela que ela começa a entender diversidade, conhecer pessoas diferentes", afirmou.

Outro aspecto que a professora Maria Bonete destaca é a insegurança alimentar, que é realidade de alguns alunos e suas famílias. "A escola colabora para diminuir a carência alimentar, tendo em vista que a alimentação é oferecida pelas escolas. Por isso, as instituições de ensino conseguem sanar um pouco essa questão para crianças que tem falta de refeições no dia a dia".

Por fim, a profissional reforçou a importância de os responsáveis matricularem seus filhos devidamente. "O pai que não matricula o filho na escola está sendo negligente e cometendo um crime [artigo 246 do código penal]. É um direito de todos e um dever dos pais manter os filhos na escola".

■ EVASÃO ESCOLAR

Apesar do aumento no número de matrículas, a evasão escolar ainda é um problema enfrentado pela educação brasileira. Dados do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) indicam que, em Uberlândia, a taxa média de evasão foi de 2,3% nos anos iniciais, 5,1% nos anos finais do ensino fundamental, e de 12,1% no ensino médio para o período de 2020 e 2021, quando foi disponibilizado o último balanço do instituto.

O especialista em evasão escolar e professor do Instituto de Ciências Sociais da UFU, Leonardo Barbosa, explicou ao Diário que existe uma dinâmica diferente entre a evasão no ensino básico e na educação superior.

"No ensino básico, há uma forte dependência do aluno por sua família. Ela não só sustenta o estudante, mas também é responsável pela matrícula e pelo estímulo para que ele continue na escola. Além disso, condições mínimas como transporte, alimentação, moradia e qualidade de vida da família influenciam diretamente a permanência do aluno na escola", esclarece.

Já no ensino superior, o especialista entende que os estudantes têm mais autonomia, portanto a evasão tem outras razões. "Alguns alunos já se financiam no Ensino Superior, então a questão financeira, familiar, de infraestrutura e transporte ainda é relevante, mas tem menos impacto comparado ao ensino básico", compara.

Ele enfatiza a importância de entender as causas da evasão que não são apenas financeiras. "A evasão é um fenômeno multicausal. Precisamos diagnosticar os padrões de evasão em cada região do Brasil, identificar as causas e o perfil dos estudantes e famílias envolvidas", destaca.

Para Leonardo, esta compreensão permitirá enfrentar o problema de forma abrangente, como faz, segundo ele, o Pé de Meia, que é um programa de incentivo financeiro-educacional, na modalidade de poupança, destinado a promover a permanência e a conclusão escolar de estudantes matriculados no ensino médio público.

RAFAEL FERNANDES/SEE

Dados representam as escolas públicas e privadas, da educação básica ao ensino médio

■ PROGRAMA PÉ-DE-MEIA

Criado pelo Governo Federal, o programa prevê o pagamento de incentivo mensal de R$ 200, que podem ser sacados em qualquer momento, mais depósitos de R$ 1.000 ao final de cada ano concluído. O estudante só pode retirar o valor da poupança após se formar no ensino médio.

Considerando as dez parcelas de incentivo, os depósitos anuais e, ainda, o adicional de R$ 200 pela participação no Enem, os valores chegam a R$ 9.200 por aluno. Confira mais sobre a política no site do Ministério da Educação.

UBERLÂNDIA

Hospital do Câncer amplia o setor de quimioterapia

GLPV/DIVULGAÇÃO

O espaço contempla as alas de pediatria, quimioterapia adulta de longa duração e outras áreas

■ DA REDAÇÃO

O Hospital do Câncer em Uberlândia vai inaugurar, neste sábado (27), a ampliação do setor de quimioterapia adulta e pediátrica no setor de cuidados especializados em oncologia. A entrega do novo espaço acontece às 8h30 e é aberta ao público.

O espaço destinado aos pacientes em quimioterapia foi expandido em aproximadamente 400m² e contempla as alas de pediatria, quimioterapia adulta de longa duração e áreas adultas para aplicação de quimioterapia de curta duração, separadas em masculina e feminina. A estrutura conta ainda com postos de enfermaria, cinco cabines de manipulação de quimioterápicos, banheiros, 14 leitos, 20 poltronas novas e uma decoração personalizada e lúdica, sobretudo na parte infantil.

"Cada detalhe foi planejado com o objetivo de proporcionar mais conforto, segurança e acolhimento aos pacientes, acompanhantes e colaboradores. Uma ambiência hospitalar adequada tem um impacto muito positivo na evolução do tratamento oncológico", disse a chefe do Setor de Cuidados Especializados/Oncologia do Hospital do Câncer, Thais Rezende.

Iniciada em 2018, a obra de ampliação teve um investimento de R$ 7 milhões. Os recursos têm origem principalmente nas contribuições de toda a sociedade, mobilizada por ações do Grupo Luta Pela Vida. As melhorias realizadas no espaço foram imprescindíveis diante do aumento de casos de câncer no Brasil.

De acordo o Instituto Nacional de Câncer (INCA), a estimativa para o período de 2023 a 2025 aponta que ocorrerão 704 mil novos diagnósticos da doença por ano, uma realidade que já é refletida localmente. Só em 2023, houve uma média de 15 novos pacientes por dia no Hospital do Câncer em Uberlândia.

"A expansão veio provocada por este aumento da doença e nos impulsiona a contribuir com o Hospital do Câncer da melhor forma. Esta estrutura reforçará a humanização do tratamento e irá oferecer mais bem-estar ao paciente. Entregar esse tipo de retorno para a população é uma grande satisfação para o Grupo Luta Pela Vida, pois é por meio do apoio de toda a comunidade que conseguimos celebrar essa conquista", destacou Agnaldo Fernandes Cunha, presidente da instituição.

SERVIÇO

O QUE: Inauguração da ampliação da quimioterapia do Hospital do Câncer em Uberlândia (HC-UFU/Ebserh)
QUANDO: sábado (27), às 8h30
ONDE: Saguão do Hospital do Câncer em Uberlândia (Av. Amazonas, 1996 – bairro Umuarama)
SOLENIDADE ABERTA AO PÚBLICO

SAÚDE BUCAL

Faculdade oferta consultas odontológicas acessíveis

ATENDIMENTOS SÃO FEITOS POR ESTUDANTES DE GRADUAÇÃO SUPERVISIONADOS PELO CORPO DOCENTE

■ DA REDAÇÃO

A Faculdade Anhanguera de Uberlândia está com vagas abertas para atendimentos na clínica-escola de odontologia. Os serviços, realizados de segunda a sexta-feira, são oferecidos mediante a uma taxa social. Os atendimentos são feitos por estudantes de graduação, supervisionados pelo corpo docente e profissionais da área.

A instituição oferta consultas para profilaxia, restaurações, cirurgias, endodontia, reabilitação (próteses) e implantes. A clínica de odontologia também oferece atendimento às pessoas com deficiência. Os agendamentos podem ser realizados através do telefone ou WhatsApp (34) 3292-1960.

SERVIÇO

O QUE: atendimentos odontológicos
ONDE: Clínica-escola de odontologia da Faculdade Anhanguera (Av. dos Vinhedos, 1200 - Morada da Colina)
ATENDIMENTOS: de segunda a sexta-feira
HORÁRIOS: 8h às 11h30, 14h às 17h30 e 19h às 22h30
AGENDAMENTO: pelo telefone ou WhatsApp (34) 3292-1960
VALOR: taxa social
Mais informações, como valores e detalhes dos atendimentos, podem ser consultadas pelo telefone (34) 3292-1960

PIXABAY

Serviços acontecem de segunda a sexta-feira, das 8h às 11h30, 14h às 17h30 e das 19h às 22h30

UBERLÂNDIA

Homem é preso após ameaçar clientes do Mercado Municipal

■ DA REDAÇÃO

A Polícia Civil prendeu um homem, de 27 anos, que estava ameaçando os funcionários e clientes do Mercado Municipal de Uberlândia. Segundo informações da Polícia, o autor utilizou uma faca para abordar as pessoas no local.

De acordo com a Polícia, o homem já vinha ameaçando e tomando dinheiro dos frequentadores há vários dias, mas sempre que as autoridades eram acionadas, ele evadia do local. Na manhã desta quarta-feira (24), quando o coordenador do estabelecimento chegou para trabalhar, encontrou ele deitado na entrada e pediu para ele se retirar. Em seguida, o autor pegou uma faca, ameaçou a vítima e fugiu.

Por volta das 10h do mesmo dia, o homem voltou ao Mercado Municipal e ameaçou novamente o coordenador e as pessoas com a faca, mas policiais civis estavam no local e detiveram o autor. Ao ser abordado, o homem avançou contra os investigadores e teve que ser imobilizado.

Ao verificar a ficha criminal do investigado, os policiais constataram que ele já tem antecedentes criminais por roubo, furto e por receptação. O homem foi encaminhado para a Delegacia de Plantão da Polícia Civil.

SORTE

Aposta de Uberlândia acerta a quina e leva R$ 58,5 mil na Mega-Sena

■ DA REDAÇÃO

Uma aposta feita em Uberlândia acertou cinco das seis dezenas da Mega-Sena, e foi premiado com o valor de R$ 58.527,17. O sorteio, referente ao concurso 2716, foi realizado nesta terça (23). De acordo com o site da Loterias Caixa, o ganhador fez uma aposta simples em unidade lotérica no bairro Custódio Pereira. Os números sorteados foram: 05, 20, 27, 28, 48 e 49.

Além do acertador das cinco dezenas, outras 12 pessoas de Uberlândia também foram premiadas com 4 acertos. Uma delas foi um bolão, que faturou R$ 3.439,92. O restante das apostas acabou com uma premiação de R$ 1.146,65. O valor acumulou e o próximo sorteio, marcado para esta quinta (25), será de R$ 6 milhões.

■ COMO JOGAR

A Mega-Sena paga milhões para o acertador dos 6 números sorteados. Ainda é possível ganhar prêmios ao acertar 4 ou 5 números dentre os 60 disponíveis no volante de apostas. Para realizar o sonho de ser milionário, é preciso marcar de 6 a 20 números do volante, podendo deixar que o sistema escolha os números (Surpresinha) e/ou concorrer com a mesma aposta por 2, 4 ou 8 concursos consecutivos (Teimosinha).

A aposta mínima, de 6 números, custa R$ 5,00. Quanto mais números marcar, maior o preço da aposta e maiores as chances de faturar o prêmio mais cobiçado do país. O prêmio bruto corresponde a 43,35% da arrecadação. Dessa porcentagem:

- 35% são distribuídos entre os acertadores dos 6 números sorteados (Sena);
- 19% entre os acertadores de 5 números (Quina);
- 19% entre os acertadores de 4 números (Quadra);
- 22% ficam acumulados e são distribuídos aos acertadores dos 6 números nos concursos de final 0 ou 5.
- 5% ficam acumulados para a primeira faixa - sena - do último concurso do ano de final 0 ou 5 (Mega da Virada).

Não havendo acertador em qualquer faixa, o valor acumula para o concurso seguinte, na respectiva faixa de premiação. Os prêmios prescrevem 90 dias após a data do sorteio. Após esse prazo, os valores são repassados ao tesouro nacional para aplicação no FIES - Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior.

VIOLÊNCIA

Fazendeiro é rendido, roubado e esfaqueado por dupla em Uberlândia

■ DA REDAÇÃO

Um fazendeiro foi rendido, roubado e esfaqueado por duas pessoas na tarde de quarta-feira (24), em Uberlândia. O crime aconteceu na fazenda de propriedade da vítima, que fica nas proximidades da BR-050. Os dois envolvidos no crime acabaram presos pela Polícia Militar (PM). O produtor rural teve apenas ferimentos superficiais.

Segundo o boletim de ocorrência, um dos autores era um adolescente de 16 anos, enquanto o outro não teve a idade divulgada. Eles abordaram o fazendeiro com uma faca, anunciando o roubo. Os suspeitos levaram uma quantia em dinheiro e a chave de um carro. Os dois fugiram por um milharal logo na sequência, mas foram abordados e confessaram o crime.

Durante buscas pessoais, os policiais encontraram R$ 917 e a chave do carro que havia sido levada pelos suspeitos. Os dois informaram à PM que são frequentadores de uma clínica de reabilitação e que estavam monitorando a fazenda há algum tempo. Um dos envolvidos disse ainda que eles abordaram o fazendeiro e deram um golpe de mata-leão na vítima.

O fazendeiro disse à PM que tinha ido a Uberlândia juntamente com a esposa e a filha e, ao chegar em sua fazenda, viu os dois autores caminhando pelas redondezas. Os suspeitos chegaram a conversar com ele, pedindo por emprego e água. Neste momento, a vítima foi surpreendida por um golpe de mata-leão, relatando ainda que um dos autores colocou a faca em suas costas, gerando um corte superficial. Depois, eles levaram as chaves do carro e a quantia em dinheiro. A esposa e a filha do fazendeiro presenciaram o ocorrido e acionaram imediatamente a Polícia Militar.

A ação dos autores foi comprovada pelo sistema de monitoramento da fazenda. Nas imagens, é possível ver que os dois suspeitos abordados participaram do crime. Eles foram detidos e levados à Delegacia de Polícia Civil, juntamente com os materiais apreendidos.

CRIME

Homem é preso com quase 4 mil munições em Uberlândia

■ DA REDAÇÃO

Um homem foi preso com quase 4 mil munições de armas de fogo na noite de quarta-feira (24), no bairro Martins, em Uberlândia. De acordo com a Polícia Militar (PM), o suspeito tentou fugir da abordagem policial com um carro, mas foi detido logo na sequência.

Segundo informações repassadas à imprensa, o homem foi identificado após um trabalho de inteligência que durou alguns dias. Além das munições, o homem foi abordado com 12 tabletes de maconha e dois aparelhos celulares.

Dentre as munições que estavam com o autor, a Polícia Militar concluiu que 1,2 mil eram de calibre 22, 890 eram de calibre 9mm e 100 eram de calibre 380. Também havia munições dos calibres 32, 38, 40, 357 e 17.

POLÍCIA MILITAR/DIVULGAÇÃO

Cerca de 1,2 mil munições eram de calibre 22, enquanto 890 eram de calibre 9mm

ECONOMIA

Reforma prevê imposto reduzido para dezoito profissões liberais

ATIVIDADES RECOLHERÃO 30% A MENOS DE IMPOSTO SOBRE CONSUMO

■ AGÊNCIA BRASIL

Um total de 18 tipos de profissionais liberais recolherão 30% a menos de imposto sobre o consumo, prevê o projeto de lei complementar que regulamenta a reforma tributária. A lista inclui atividades como personal trainer, relações públicas e economistas domésticos.

Os serviços nessas atividades pagarão menos tributo tanto se for prestado por pessoas físicas como por pessoas jurídicas. No caso de empresas, no entanto, a regulamentação estabeleceu regras para usufruir o benefício.

Em relação aos serviços de pessoas jurídicas, o escritório ou a empresa que contratou o profissional liberal não poderá ter como sócio outra pessoa jurídica ou que preste serviços fora da lista das 18 atividades. Os sócios deverão realizar a atividade fim, o que beneficia escritórios de advocacia, uma das principais categorias a defender a desoneração para os profissionais liberais no ano passado.

Confira a lista das 18 profissões liberais que recolherão 30% a menos de imposto:

1. administradores;
2. advogados;
3. arquitetos e urbanistas;
4. assistentes sociais;
5. bibliotecários;
6. biólogos;
7. contabilistas;
8. economistas;
9. economistas domésticos;
10. profissionais de educação física;
11. engenheiros e agrônomos;
12. estatísticos;
13. médicos veterinários e zootecnistas;
14. museólogos;
15. químicos;
16. profissionais de relações públicas;
17. técnicos industriais;
18. técnicos agrícolas.

Esses profissionais recolherão 30% a menos da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS, tributo federal sobre o consumo) como do Imposto sobre Bens e Serviços (IBS, imposto estadual e municipal).

A alíquota reduzida para profissionais liberais foi incluída na reforma tributária durante a tramitação no Senado, por meio de pressões principalmente de entidades de advogados. O benefício foi mantido na segunda votação na Câmara, para não provocar atrasos na aprovação da emenda constitucional no fim do ano passado.

Embora valha para a prestação de serviços por pessoas físicas, a redução do imposto sobre o consumo beneficiará principalmente as empresas, os escritórios e as clínicas que faturam mais de R$ 4,8 milhões por ano. Isso porque a maior parte dos profissionais autônomos, que ganham abaixo desse valor, está incluída no Simples Nacional, regime diferenciado para micro e pequenas empresas com alíquotas menores.

AGÊNCIA BRASIL

A lista inclui atividades como personal trainer, relações públicas e economistas domésticos

ALIMENTAÇÃO

Cesta básica nacional pode ter 15 alimentos com imposto zerado

■ AGÊNCIA BRASIL

Quinze alimentos in natura ou pouco industrializados vão compor a cesta básica nacional e pagar imposto zero, com a reforma tributária. O projeto de lei complementar que regulamenta o tema, enviado na noite desta quarta-feira (24) ao Congresso, trouxe ainda 14 produtos com alíquota reduzida em 60%.

Na justificativa do projeto, o governo informou que se baseou nos alimentos in natura ou "minimamente processados" para definir a cesta básica nacional. O texto destacou que o governo seguiu as recomendações de alimentação saudável e nutricionalmente adequada do Guia Alimentar para a População Brasileira, do Ministério da Saúde.

Embora tenha citado motivos de saúde, alguns alimentos com gordura saturada, como óleo de soja e manteiga, ou com substâncias que criam dependência, como o café, foram incluídos na cesta básica nacional. Nesse caso, a justificativa é a de que esses itens são essenciais na alimentação do brasileiro e já fazem parte da cesta básica tradicional.

Confira a lista dos alimentos da cesta básica nacional:

- arroz;
- feijão;
- leites e fórmulas infantis definidas por previsão legal específica;
- manteiga;
- margarina;
- raízes e tubérculos;
- cocos;
- café;
- óleo de soja;
- farinha de mandioca;
- farinha de milho, grumos e sêmolas de milho, grãos de milho esmagados ou em flocos;
- farinha de trigo;
- açúcar;
- massas;
- pães comuns (apenas com farinha de cereais, fermento biológico, água e sal).

O governo propôs uma lista estendida de alimentos com alíquotas zero. Eles não estão na cesta básica nacional, mas também não pagarão a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) nem o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS). São eles:

- ovos;
- frutas;
- produtos hortículas.

Outros 14 tipos de alimentos tiveram alíquota reduzida em 60% no projeto de lei:

- carnes bovina, suína, ovina, caprina e de aves e produtos de origem animal (exceto foie gras), miudezas comestíveis de ovinos e caprinos;
- peixes e carnes de peixes (exceto salmonídeos, atuns; bacalhaus, hadoque, saithe e ovas e outros subprodutos);
- crustáceos (exceto lagostas e lagostim) e moluscos;
- leite fermentado (iogurte), bebidas e compostos lácteos;
- queijos tipo muçarela, minas, prato, queijo de coalho, ricota, requeijão, queijo provolone, queijo parmesão, queijo fresco não maturado e queijo do reino;
- mel natural;
- mate;
- farinha, grumos e sêmolas de cerais, grãos esmagados ou em flocos de cereais (exceto milho);
- tapioca;
- óleos vegetais e óleo de canola;
- massas alimentícias;
- sal de mesa iodado;
- sucos naturais de fruta ou de produtos hortícolas sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes e sem conservantes;
- polpas de frutas sem adição de açúcar ou de outros edulcorantes e sem conservantes

GERALDO BUBNIAK/AEN

O projeto de lei complementar que regulamenta o tema foi enviado ao Congresso

O projeto também propôs alguns produtos de limpeza que pagarão alíquota reduzida em 60%. Segundo o governo, esses itens são bastante consumidos pela população de baixa renda:

- sabões de toucador;
- pastas de dentes;
- escovas de dentes;
- papel higiênico;
- água sanitária;
- sabões em barra.

Em todos os casos, o governo optou por listas reduzidas, com prioridade para alimentos sadios ou o consumo pela população mais pobre. No início de abril, a Associação Brasileira de Supermercados (Abras) encaminhou um pedido ao presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, para ampliar o conceito de cesta básica e incluir alguns itens de luxo.

Os supermercados defendiam a isenção de impostos para itens como fígados gordos (foie gras), camarão, lagostas, ostras, queijos com mofo e cogumelos. Já itens como caviar, cerveja, vinho, champanhe e chocolate teriam redução de 60% na alíquota.

■ ULTRAPROCESSADOS

Apesar da justificativa de preservar a saúde, em outro ponto do projeto de lei, o governo excluiu alimentos ultraprocessados do Imposto Seletivo, que incidirá sobre alimentos considerados prejudiciais à saúde. Apenas bebidas com adição de açúcar e conservantes sofrerão a incidência do imposto.

Em março, um manifesto assinado por médicos como Drauzio Varella e Daniel Becker, além de personalidades como as chefs Bela Gil e Rita Lobo, pedia a inclusão dos produtos ultraprocessados no Imposto Seletivo. Intitulado "Manifesto por uma reforma tributária saudável", o texto teve apoio de organizações como a Associação Brasileira de Nutrição (Asbran), a Associação Brasileira de Saúde Coletiva (Abrasco) e o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (Idec).

Alberto Gomide
gomideesporte@yahoo.com.br

RESENHA ESPORTIVA

DIVULGAÇÃO

PARREIRA CONFIRMA PRESENÇA EM PARIS

Sete paratletas das equipes da Fundação Uberlandense do Turismo, Esporte e Lazer (Futel), Associação dos Paraplégicos de Uberlândia (Aparu) e Praia Clube foram destaque no Open Internacional Paralímpico. Na competição, que aconteceu no Centro de Treinamento Paralímpico, em São Paulo (SP), foram conquistadas seis medalhas (3 de ouro, 2 de prata e 1 de bronze).

O evento contou com a participação de 162 atletas de 14 estados e do Distrito Federal. A Futel/Praia foi representada por Rodrigo Parreira (foto), que levou a medalha de ouro ao estabelecer novo recorde das Américas na prova do salto em distância com 5m94.

Da Futel/Aparu/Praia, Rafaela Divina recebeu a medalha de prata no arremesso de disco, Wellington Fernandes garantiu a medalha de ouro no arremesso de peso, Mauro Evaristo ficou com a prata também no arremesso de peso, Clayton Pacheco foi o quarto colocado no salto em distância, Edmar Oliveira faturou o ouro no arremesso de dardo e Lusdelia Silva ficou com a medalha de bronze no arremesso de disco.

Foram excelentes resultados graças ao esforço, à dedicação de todos e às condições que a Prefeitura de Uberlândia, por meio da Futel, proporciona aos atletas durante os treinamentos e competições. Já temos o Rodrigo Parreira com vaga garantida nas paralimpíadas de Paris e outros ainda estão em busca da classificação", disse a diretora de paradesporto da Futel, a profissional de educação física Fernanda Costa. Ao todo, cinco paratletas fizeram a melhor marca da temporada.

COPA FUTEL DE FUTSAL COMEÇA DISPUTA DIA 1º

Está confirmado para o feriado do dia 1º de maio o início dos jogos da 27ª edição da Copa Futel de Futsal (adulto masculino), com participação de 58 equipes. Na primeira fase a forma de disputa é a seguinte: Os times estão distribuídos em 8 chaves com 6 times, e 2 chaves com 5 times. Jogam entre si nos grupos para classificar 3 de cada para a segunda etapa. Na sequência haverá uma repescagem entre os 4 colocados das chaves com 6 times, para classificar 2 equipes para se juntar às 30 já confirmadas, para fazer a segunda fase do campeonato com 32 times. A partir daí serão confrontos eliminatórios em jogo único até chegar à final. Os jogos acontecerão na Arena Sabiazinho, Sesi Gravatás e poliesportivos Patrimônio e Roosevelt.

A Futel vai realizar também a 20ª Copa de Futsal (feminino adulto). São 15 equipes que entram na disputa pelo título da temporada. Na primeira fase estão distribuídas em dois grupos, um com 8 e o outro com 7 equipes. Daí saem 8, quatro de cada chave, para a etapa seguinte. A Copa Feminina tem início previsto para o dia 5 de maio.

Durante o congresso técnico, foram apresentadas as regras das competições, esclarecidas dúvidas e realizados os sorteios das chaves. "O congresso técnico foi um sucesso e tenho certeza de que teremos duas competições memoráveis em 2024, com jogos bem disputados e boa presença de público", afirmou o diretor de esportes da Futel, Emerson José Brasileiro.

ABRAMPE SOÇAITE COMEÇOU DISPUTAS

A Associação Brasileira das Micro e Pequenas Empresas começou no sábado passado, dia 20, a 1ª Copa Abrampe de Futebol Soçaite nas categorias sub-7 e sub-9, com participação de equipes das escolas de futebol da cidade e região. O torneio teve início com jogos no campo da Igreja Missão Sal da Terra, no bairro Shopping Park, mostrando os seguintes resultados: Missão Sal da Terra-B 3x1 Missão Sal da Terra-C (sub-7) e Missão Sal da Terra-B 5x2 Missão Sal da Terra-C (sub-9); Missão Sal da Terra-A 4x4 Mancha de Araguari (sub-7) e Missão Sal da Terra-A 17x2 Mancha de Araguari (sub-9). A equipe do Futuro F.C. de Uberlândia mudou o nome para Missão Sal da Terra-C nas duas categorias.

Foi acordado entre os participantes e consta do regulamento que, em caso de empate no tempo normal de jogo, haverá cobrança de penalidades, quando o vencedor ganha 3 pontos e o perdedor ganha 1 ponto, para servir também como motivação e preparação dos garotos na cobrança de penalidades, informou o coordenador Carlos Gomes dos Santos, o Carlão. No jogo que terminou empatado, o Mancha de Araguari venceu por 3 a 2 nos pênaltis.

QUARTAS DE FINAL DO SOÇAITE NO PRAIA

Está marcada para este sábado, dia 26, a segunda fase – quartas de final – do campeonato de futebol soçaite (adulto masculino) realizado anualmente pelo Praia Clube. Os quatro jogos serão realizados nos campos A e B, às 14h45 e 16 horas, com os seguintes confrontos: Fideliza Seguros x Açaí Tribomix, Promocar x Posto Montreal, Zeus Agro x Virtual Contabilidade e Som Muleke/Yquara x Cardiovida. Nesta fase as equipes da Chave A enfrentam as da Chave B e não haverá pênalti para definir a vaga. Em caso de empate, a equipe de melhor campanha fica classificada. Já nas fases semifinal e final, em caso de empate a decisão vai direto para a cobrança de penalidades. Neste caso, levam vantagem da melhor campanha as equipes do Cardiovida 15 pontos, Fideliza Seguros e Promocar 12, e Virtual Contabilidade 10 pontos. O Zeus Agro teria 12 pontos (4 vitórias) mas ficou com 9, por ter colocado um jogador em situação irregular.

*ESTE CONTEÚDO É DE RESPONSABILIDADE DO AUTOR E NÃO REPRESENTA, NECESSARIAMENTE, A OPINIÃO DO DIÁRIO DE UBERLÂNDIA.

ALGAR TELECOM S.A.
CNPJ/MF 71.208.516/0001-74
Companhia Aberta

Relatório da Administração

Senhores Acionistas: A Administração da Algar Telecom tem a satisfação de submeter à sua apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas da Companhia, com o Relatório dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2023. Os valores monetários estão expressos em milhões de reais, exceto quando indicado de outra forma.

Mensagem da Administração - O ano de 2023 apresentou desafios importantes para o nosso país e nosso negócio e, apesar das complexidades, estamos confiantes de que o trabalho que vem sendo realizado nos habilita a olhar com entusiasmo para o futuro da Algar Telecom. Foi um período direcionado a reexaminar a eficiência das nossas operações e implementar iniciativas estratégicas com o objetivo de fortalecer a proximidade das nossas estruturas de negócios com os clientes das diferentes regiões em que atuamos. Fizemos uma transformação organizacional focada na agilidade dos processos, sempre priorizando o relacionamento próximo com nossos clientes. Essa dinâmica envolveu a criação da unidade de negócios InfraCo, dedicada à gestão da infraestrutura de ponta a ponta, permitindo que as unidades B2B e B2C concentrassem esforços no atendimento aos clientes. Consolidamos as frentes IoT e TIC em uma única unidade de negócio, reforçando o papel de impulsionadoras do crescimento no segmento B2B; e unificamos os temas de tecnologia, analytics e inovação em uma mesma Vice-Presidência, mantendo um olhar atento à revolução provocada pela inteligência artificial e pela evolução digital. O Programa Impulso, iniciado em agosto de 2023, engajou nossos associados em dezenas de iniciativas para elevar a companhia a um novo patamar de produtividade, após anos de seguidas expansões das nossas áreas de atuação e operações. Com uma estrutura sênior de gestão e métodos e ferramentas internacionalmente reconhecidos, o Programa abrange ações que vão desde o incremento da produtividade de vendas ao uso da inteligência artificial nas mais variadas áreas da operação. O plano completo prevê iniciativas a serem implantadas até junho de 2025 e a captura de resultados plenos até 2026. No campo da inovação, prosseguimos com o desenvolvimento e oferta de serviços digitais, aproveitando as oportunidades proporcionadas pela internet em alta velocidade. Reforçamos nossa solução de telemedicina para pequenas e médias empresas e ampliamos a oferta do serviço de gestão do Wi-Fi, tanto para residências quanto para empresas. Os serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) mantiveram crescimento superior a 20% e expandiram para localidades que ainda não tínhamos presença com rede própria, reforçando na companhia uma atuação que vai além da conectividade. Como parte dessa visão, também celebramos o primeiro ano da Algar Telecom Venture Builder – nossa unidade de negócios dedicada a impulsionar soluções digitais oriundas do ecossistema de startups – que encerrou o ano com investimento em 7 startups. Dentre os desafios enfrentados, gostaríamos de refletir sobre um em específico. Identificamos, recentemente, fragilidades em controles internos da Companhia, após a troca do nosso ERP, que impactaram a avaliação da nossa inversão fixa - imobilizado, e dos contratos de arrendamento. Essa constatação, que foi possível devido a uma denúncia recebida pelo nosso canal de ética, nos evidenciou, na prática, o valor de uma estrutura de governança robusta, pela qual sempre prezamos. Para apurar essa situação, nosso Conselho de Administração determinou a criação de um Comitê Especial composto, dentre outros, por membros do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos da Companhia, e apoiado por assessores externos independentes. Os resultados desse trabalho podem ser conferidos nas nossas demonstrações financeiras de 2023, ora publicadas. É com a mesma transparência com a qual sempre nos relacionamos com os nossos stakeholders que assumimos, aqui, o compromisso de trabalharmos fortemente, ao longo de 2024, para fortalecer os controles internos da empresa e reassegurar um ambiente eficiente ao nosso negócio. Só os obstáculos conhecidos podem ser enfrentados e é, com essa consciência, que iniciamos um novo período de trabalho. Também alinhados à nossa premissa de uma gestão sustentável, nas mais diversas áreas do negócio, realizamos a primeira emissão de debêntures ESG da Algar Telecom e nos comprometemos, publicamente, com metas relacionadas à emissão de gases de efeito estufa e uso de energia renovável. O propósito "Gente servindo Gente" somado à busca contínua pelo aperfeiçoamento dos nossos serviços, configuraram em importantes reconhecimentos em 2023. Entre eles, sentimos orgulho por termos sido eleitos, pela décima vez consecutiva, a Telecom mais sustentável, pela revista Exame, e uma das empresas com as melhores práticas ESG do País. Fomos considerados, também, pelo décimo quinto ano consecutivo, uma das melhores empresas para se trabalhar no Brasil, segundo a premiação Great Place to Work (GPTW). Nossa atuação em inovação também foi reconhecida por meio de premiações nesse ramo. Conquistamos a segunda posição no ranking 100 Open Corps, na categoria Telecomunicações, destacando nosso trabalho ao ecossistema de inovação. Em uma esfera mais técnica, o êxito na implantação de IPv6 em nossa rede nos rendeu o prêmio IPv6, desenvolvido pelo Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR (NIC.br). Continuamos acreditando na qualidade do nosso trabalho, pautado em promover avanços em tecnologia e fortalecer as frentes de inovação como catalisadores de crescimento para nossos negócios e os dos nossos clientes. Com o olhar direcionado para 2024, em que celebramos os 70 anos da Algar Telecom, reafirmamos o nosso compromisso com um modelo de negócio sustentável e preparado para as oportunidades que o mercado nos apresenta. Ao encerrarmos esse ano e projetarmos o próximo, agradecemos aos clientes, fornecedores e parceiros, acionistas e investidores, nossos associados e órgãos reguladores por seguirmos em sinergia, sempre reconhecendo o valor que proporcionamos, juntos, à sociedade.

Jean Carlos Borges
Diretor Presidente da Algar Telecom

Luiz Alexandre Garcia
Presidente do Conselho de Administração da Algar Telecom

Nota sobre o Ativo Imobilizado e controles internos [1]
Conforme divulgado em Fato Relevante no dia 28 de março de 2024, a publicação das Demonstrações Financeiras do exercício de 2023 foi postergada em razão de uma averiguação, que estava sendo realizada, em lançamentos e baixas no ativo imobilizado da Companhia. Essa necessidade teve origem em uma denúncia recebida pelo canal de Ética da Companhia e, para apurar o tema, o Conselho de Administração determinou a constituição de um Comitê Especial composto, dentre outros, por membros do Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos, com a assessoria de terceiros externos independentes. Durante as análises, foram identificados itens de aplicação mista, para os quais há análise e julgamento, podendo ser classificados tanto como capex quanto como opex. Apurou-se que, devido à ausência de integração entre os sistemas contábil e auxiliar e à falha nos controles, R$ 15 milhões haviam sido capitalizados indevidamente em 2023, ao invés de terem sido contabilizados como opex. Para esse valor, a Companhia aplicou a correta técnica contábil e efetuou sua baixa em contrapartida de resultado. Neste mesmo trabalho, foram apurados outros itens que podem ter sido capitalizados equivocadamente em razão das diferenças entre os controles de aplicação física versus a contabilidade. Para esses valores há a necessidade de aprofundamentos adicionais para que se possa determinar sua correta forma de contabilização. Neste contexto, a administração da Companhia decidiu constituir provisão para perda, de R$ 73 milhões, com base na melhor estimativa disponível neste momento, até que os trabalhos adicionais permitam a conclusão acerca do valor e da devida classificação contábil. Os ajustes realizados não implicaram em alterações nos saldos de caixa e dívida anteriormente apresentados, tampouco em quebras de cláusulas restritivas (covenants) de empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, a companhia está trabalhando na implantação das medidas necessárias para o adequado controle da aplicação física de itens de ativo versus a contabilidade e realizará os investimentos necessários para a maior automação possível deste processo. Durante os trabalhos de análise do tema acima tratado, o Comitê Especial identificou que, no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, houve a deterioração de determinados controles-chave da Companhia. Nesse contexto, a administração da Companhia decidiu avaliar também a segurança e a acuracidade dos controles internos relacionados aos contratos de arrendamentos (IFRS 16) e assumiu o compromisso de revisão desses processos e controles no exercício de 2024.

[1] Esse assunto pode ser encontrado nas Notas explicativas às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 (Nota 1. Contexto Operacional / Eventos relevantes ocorridos em 2023/ ítem d – Análise do Imobilizado; Nota 11. Imobilizado, e Nota 13. Ativo de direito de uso (IFRS 16).

Desempenho dos Negócios

Principais Indicadores Financeiros (em R$ milhões)	2023	2022	Δ% a/a
Receita Líquida de Serviços *	**2.746,7**	**2.628,5**	**4,5%**
B2B	1.870,1	1.826,8	2,4%
B2C	876,6	801,6	9,4%
Ebitida [1]	**968,3**	**1.144,1**	**-15,4%**
Margem - %	*35,3%*	*40,9%*	*-13,8%*
Resultado Líquido	**(152,8)**	**51,4**	-
Capex operacional/Receita líquida	**18,4%**	**17,0%**	**1,4 p.p.**
Fluxo de caixa livre	**688,4**	**524,7**	**31,2%**

* Em janeiro de 2023 a Companhia alterou a sua forma de comercialização de modens, passando do regime de vendas para comodato. Com isso, eles deixaram de ser contabilizados, de forma separada, no grupo das receitas, e passaram a compor o preço dos serviços. No mesmo sentindo, os gastos da empresa para a aquisição desses equipamentos saíram de custos para capex. Para fins de comparabilidade, a receita de 2022 desconsidera as receitas de modens (R$ 170,4 milhões) e traz apenas as receitas dos serviços prestados.

[1] O EBITDA da Companhia, em 2023, foi impactado por despesas pontuais detalhadas na seção de custos e despesas.

Informação por segmento - A diretoria executiva entende que a Companhia atua em um único segmento operacional, o de telecomunicações, segregado em unidade de negócios B2B e B2C e utiliza relatórios, de modo consistente, para a tomada de decisões estratégicas.

Unidade de Negócios B2B - Atuamos para oferecer soluções combinadas de Telecom e TI ao mercado empresarial, posicionando-nos como parceiros dos negócios dos nossos clientes e de seus objetivos de modernização e digitalização. Nesse sentido, em 2023, os serviços TIC – Tecnologia da Informação e Comunicação, que vão desde soluções de segurança de redes a telemedicina, seguiram seu ritmo de expansão e cresceram 22,8%. Somados aos serviços M2M (Machine-to-Machine), eles responderam por 27,1% de toda a receita dos clientes B2B, demonstrando a assertividade da estratégia da Companhia em atender o cliente em suas demandas mais amplas, para além da conectividade. Ao mesmo tempo, o ritmo de crescimento dessa unidade de negócios foi impactado pelas incertezas macroeconômicas, que acarretaram uma postura mais cautelosa das médias e grandes empresas em seus gastos com serviços de telecom, sobretudo no 1º semestre do ano. Iniciados os cortes dos juros pela autoridade monetária brasileira, notamos, a partir da segunda metade do ano, a retomada gradual dos níveis de atividade e gastos dos clientes B2B. Em 2023, os serviços B2B da Algar Telecom, prestados em 16 estados e no Distrito Federal, geraram uma receita líquida de R$ 1.870,1 milhões, 68% das receitas líquidas totais da Companhia.

Unidade de negócios B2C - O ano de 2023 foi de destaque para o nosso B2C, cuja receita líquida de serviços cresceu 9,4% em relação a 2022. No serviço de banda larga, o número de clientes sobre fibra cresceu 4,8% e alcançou 99,2% do total, atestando a superioridade dessa tecnologia no essencial serviço de conexão à internet. Avançamos, também, na oferta de serviços de valor adicionado – SVAs, fruto do esforço contínuo da Companhia em desenvolver soluções inovadoras que agreguem valor ao dia a dia dos clientes. Nesse ano merecem destaque o produto Casa-ON, que faz a gestão do wi-fi do cliente, e o Mediquo, aplicativo de telemedicina. Por fim, na telefonia móvel, serviço no qual temos 1,2 milhão de clientes, sendo 1,1 milhão no B2C, seguimos modernizando nossas ofertas com foco no uso de dados, com impacto positivo no serviço pós-pago.

Receita operacional consolidada - A combinação das duas unidades de negócios da Companhia resultou em uma receita líquida de serviços de R$ 2.746,7 milhões, 4,5% superior à de 2022. Se somarmos a receita com a venda de modens, presente em 2022, a variação é de -1,9%.

Custos e despesas operacionais - Os custos e despesas operacionais consolidados, excluindo amortização e depreciação, totalizaram R$ 1.804,7 milhões em 2023, um aumento de 6,4% ocasionado por algumas despesas pontuais que incidiram, sobretudo, no 4º Trimestre do ano. São elas: (ii) R$ 73,0 milhões de provisão para perda do ativo imobilizado (Pag 4 deste relatório e Nota Explicativa 11 das DFs). (iii) R$ 62,9 milhões de despesas do Programa Impulso, iniciado em agosto de 2023, com a implantação de iniciativas estruturantes cujos benefícios serão colhidos até o ano de 2026; Na operação, as principais variações ocorridas foram ocasionadas por: (-) menores custos com mercadorias vendidas, em razão da alteração na forma de comercialização de modens; (-) menores custos com interconexão, ocasionados por ações de eficiência operacional; (+) maiores custos de terceiros com as soluções TIC, com contrapartida no aumento de receitas; e (+) maiores custos com manutenção da planta.

EBITDA - O EBITDA da Algar Telecom contabilizou R$ 968,2 milhões em 2023, inferior aos R$ 1.144,1 milhões de 2022, impactado pelas despesas pontuais já detalhadas. Se exluirmos essas despesas, o EBITDA seria de R$ 1.163,9 milhões com margem de 42,4%, ante 40,1% no ano anterior, fruto do movimento iniciado de captura de sinergias e aumento da eficiência operacional.

Conciliação do EBITDA (LAJIDA) – R$ Milhões	2023	2022
EBITDA (LAJIDA) (Instrução CVM nº 527)[1]	**968,2**	**1.144,1**
Depreciação e amortização	(747,2)	(678,2)
Resultado operacional antes do resultado financeiro, da equivalência patrimonial e do imposto de renda e contribuição social (conforme DRE)	221,0	465,9

(¹) Medição não contábil calculada conforme Instrução CVM nº 527.

Lucro líquido - O resultado líquido consolidado da Algar Telecom foi um prejuízo de R$ 152,8 milhões, ante um lucro de 51,4 milhões em 2022. O número de 2023 é decorrente dos efeitos pontuais, já mencionados, e do maior volume de depreciação e amortização. Vale relembrar que, em 2022, houve um impacto positivo de imposto de renda diferido, decorrente de um processo de incorporação entre subsidiárias da Companhia, que afetou positivamente o resultado daquele período.

Investimentos - Em 2023 privilegiamos o uso da nossa infraestrutura, construída ao longo dos últimos anos, com vistas à otimização dos ativos e do uso de capital. Investimos R$ 505,0 milhões nas nossas operações e destinamos a maior parte desses recursos para viabilizar e conectar soluções de telecom e TIC a novos clientes. Vale ressaltar que direcionamos, também, R$ 68,0 milhões para a expansão/aprimoramento da nossa rede móvel com o objetivo de reforçar sua qualidade diante de um maior número de clientes pós-pagos e de um crescente tráfego de dados, além da ampliação da cobertura 5G. A relação capex/receita líquida foi de 18,4% em 2023.

Capex - R$ Milhões	2023	2022	Δ%YoY
Expansão de redes e clientes	402,9	408,1	-1,3%
Manutenção da operação	102,1	171,6	-40,5%
Total	**505,0**	**579,7***	**-12,9%**
Capex operação/Receita Líquida	**18,4%**	**17,0%**	**1,4 p.p**

*Inclui R$ 104,4 milhões de modens que foram transferidos do estoque para o imobilizado. Retirando esse valor o capex operacional é R$ 475,3 milhões em 2022.

Endividamento - Em 31 de dezembro de 2023 a dívida bruta da Algar Telecom somava R$ 3.976,3 milhões, 17,1% maior que a de 2022 em razão da captação efetuada, em dezembro de 2023 por meio da 14ª emissão de debêntures, para fazer frente aos projetos de investimento da Companhia. A dívida líquida, por sua vez, contabilizou R$ 2.785,3 mihões, uma variação de 4,2% em relação ao ano anterior. A Algar Telecom segue com o seu objetivo estratégico de otimização do uso de capital e redução da alavancagem para capturar novas oportunidades futuras. Os efeitos pontuais que impactaram a geração de caixa medida pelo EBITDA em 2023, no entanto, os quais estão concentrados no 4T23, acarretaram um aumento da relação dívida líquida/EBITDA, que passou de 2,34, em 2022, para 2,88 vezes, em 2023. A Companhia espera retomar a trajetória de queda desse indicador, ao longo do ano de 2024, à medida que esses efeitos pontuais forem sendo neutralizados pelo EBITDA recorrente da Companhia.

Aging da dívida dez/2023 (ex IFRS 16): R$ 3.976,3 milhões

Sustentabilidade ambiental, social e corporativa (ESG) - Na Algar Telecom, a sustentabilidade do negócio é parte da nossa forma de gestão e, há muito, está expressa em nossa Missão: **"Servir e integrar pessoas e negócios de forma sustentável"** e em nossos valores. Atuamos primordialmente nos temas mais relevantes - materiais e estamos comprometidos com os Objetivos do Desenvolvimento Sustentável – ODS e agenda 2030 da ONU. Entendemos que o olhar para esses temas deve estar presente no dia a dia da organização, permeando as suas mais diferentes áreas. Em 2023 tivemos a satisfação de receber reconhecimentos que nos dão ainda mais incentivo para continuar o caminho que estamos trilhando. Fomos eleitas, pela décima vez consecutiva, a **Telecom mais sustentável do Brasil,** pela revista exame, e recebemos, pela 5ª vez, o Prêmio ABRASCA de **Melhor Relatório Anual** ano base 2022 - categoria companhia aberta com receita líquida igual ou maior que R$ 3 bilhões. Essas conquistas refletem a nossa convicção da importância de um modelo sustentável para a perenidade do negócio. O ano foi marcado, ainda, pela **primeira "captação ESG"** da Algar Telecom, contendo metas relacionadas à emissão de gases de efeito estufa e uso de energia renovável. Essas e outras conquistas, assim como os principais desafios enfrentados e as principais iniciativas implementadas, poderão ser conhecidos de forma detalhada no nosso Relato Integrado 2023. Com ele reafirmamos, mais uma vez, o nosso compromisso com a ampla divulgação de informações relevantes a todas as partes interessadas.

Relacionamento com Auditores independentes - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 foram examinadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. Conforme o disposto na Instrução CVM nº 381/03, art. 2º, informamos que neste exercício, a referida empresa não prestou quaisquer outros serviços que não de auditoria para a Algar Telecom.

O Relatório da Administração inclui informações relacionadas a dados operacionais tais como base de clientes, número de acessos e de associados, os quais não fazem parte do escopo de auditoria das Demonstrações Financeiras e, consequentemente, não foram examinadas pela Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda.

Balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de Reais)

	Notas	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Individual 31/12/2023	Individual 31/12/2022
Ativo					
Ativo circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	**1.191.155**	720.872	**867.961**	431.914
Contas a receber	6	**782.808**	869.118	**570.636**	491.767
Títulos a receber - debênture privada	14	-	-	**5.078**	-
Estoques		**65.003**	71.188	**36.859**	37.483
Tributos a recuperar	7	**108.866**	154.037	**65.727**	90.497
Dividendos a receber	27	-	-	**14.540**	6.121
Despesas antecipadas	8	**128.286**	116.589	**70.107**	66.905
Outros créditos		**43.290**	29.512	**40.300**	18.553
Total do ativo circulante		**2.319.408**	1.961.316	**1.671.208**	1.143.240
Ativo não circulante mantido para venda	39	**19.975**	-	**19.975**	-
Ativo não circulante					
Contas a receber	6	**11.782**	89.939	**10.176**	61.656
Títulos a receber - debênture privada	14	-	-	**190.000**	-
Tributos a recuperar	7	**143.815**	150.146	**77.302**	72.850
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9	**247.907**	129.719	**133.567**	89.594
Depósitos judiciais	21c	**28.789**	27.734	**27.327**	20.733
Despesas antecipadas	8	**107.183**	154.513	**28.768**	92.385
Direito indenizatório de provisões		**47.286**	62.334	-	-
Aplicações financeiras	5	**1.290**	2.728	**1.290**	1.163
Outros créditos		**8.587**	8.565	**1.281**	913
Total do ativo realizável a longo prazo		**596.639**	625.678	**469.711**	339.294
Investimentos	10	**1.466**	1.466	**2.463.609**	2.829.094
Imobilizado	11	**3.007.470**	3.188.495	**1.253.136**	1.350.507
Intangível	12	**674.145**	678.644	**320.109**	318.417
Ativo de direito de uso - arrendamento	13	**837.171**	841.489	**498.593**	529.756
Total do ativo não circulante		**5.116.891**	5.335.772	**5.005.158**	5.367.068
Total do ativo		**7.456.274**	7.297.088	**6.696.341**	6.510.308

	Notas	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Individual 31/12/2023	Individual 31/12/2022
Passivo e patrimônio líquido					
Passivo circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	**1.213**	1.293	**1.213**	1.293
Debêntures	16	**835.493**	599.601	**835.493**	599.601
Obrigação com outorga ANATEL	17	**3.935**	3.481	**3.935**	3.481
Passivo de arrendamento	18	**251.640**	195.729	**146.098**	111.587
Provisão para investimento		**7.777**	15.951	**7.777**	15.951
Fornecedores	22	**351.024**	335.020	**235.440**	213.381
Impostos, taxas e contribuições	19	**159.119**	135.104	**136.370**	97.419
Imposto de renda e contribuição social a pagar	9a	**21.622**	32.366	-	-
Salários, provisões e encargos sociais	20	**103.557**	135.200	**47.643**	61.371
Dividendos a pagar	25	**1.637**	18.664	**1.637**	18.664
Receitas antecipadas	23	**20.854**	14.460	**14.471**	12.008
Títulos a pagar		**19.901**	9.442	**19.524**	9.359
Outras obrigações	24	**31.903**	183.729	**16.203**	168.186
Total do passivo circulante		**1.809.675**	1.680.040	**1.465.804**	1.312.301
Passivo não circulante					
Empréstimos e financiamentos	15	**885**	2.098	**885**	2.098
Debêntures	16	**3.094.022**	2.765.106	**3.094.022**	2.765.106
Obrigação com outorga ANATEL	17	**62.963**	59.177	**62.963**	59.177
Passivo de arrendamento	18	**667.265**	701.466	**413.376**	461.617
Provisão para investimento		-	7.976	-	7.976
Salários, provisões e encargos sociais	20	**5.662**	20.776	**4.361**	15.743
Imposto de renda e contribuição social diferidos	9b	**57.723**	49.048	-	-
Provisões	21a	**235.339**	250.734	**152.906**	149.758
Obrigação por aquisição de sociedade		**5.979**	16.818	**5.862**	15.934
Receitas antecipadas	23	**21.890**	89.324	**5.840**	73.532
Outras obrigações	24	**7.231**	14.126	**2.682**	6.667
Total do passivo não circulante		**4.158.959**	3.976.649	**3.742.897**	3.557.608
Patrimônio líquido	25				
Capital social		**901.831**	901.831	**901.831**	901.831
Reserva legal		**123.628**	123.628	**123.628**	123.628
Reserva de retenção de lucros		**460.953**	613.694	**460.953**	613.694
Ajuste de avaliação patrimonial - custo atribuído		**4.169**	4.187	**4.169**	4.187
Ações em tesouraria		**(2.941)**	(2.941)	**(2.941)**	(2.941)
Total do patrimônio líquido		**1.487.640**	1.640.399	**1.487.640**	1.640.399
Total do passivo e do patrimônio líquido		**7.456.274**	7.297.088	**6.696.341**	6.510.308

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 - (Em milhares de reais)

	Capital social	Reservas de lucros: Reserva de retenção de lucros	Reservas de lucros: Reserva legal	Ajuste de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Ações em Tesouraria	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2021	826.831	656.910	121.056	4.205	-	(2.520)	1.606.482
Aumento de capital com lucros retidos	75.000	(75.000)	-	-	-	-	-
Realização do custo atribuído	-	-	-	(18)	18	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	51.443	-	51.443
Ações adquiridas de acionistas	-	-	-	-	-	(421)	(421)
Destinações do lucro líquido:							
Constituição de reserva legal	-	-	2.572	-	(2.572)	-	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(17.105)	-	(17.105)
Lucros retidos no exercício	-	31.784	-	-	(31.784)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	901.831	613.694	123.628	4.187	-	(2.941)	1.640.399
Realização do custo atribuído	-	-	-	(18)	18	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	(152.759)	-	(152.759)
Compensação de prejuízo do exercício com lucros retidos	-	(152.741)	-	-	152.741	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023	901.831	460.953	123.628	4.169	-	(2.941)	1.487.640

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais, exceto o lucro básico e diluído por ação, em Reais)

	Notas	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Individual 31/12/2023	Individual 31/12/2022
Receita operacional líquida	28	**2.746.728**	2.798.904	**1.586.146**	1.559.517
Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas	29	**(1.619.152)**	(1.573.808)	**(843.417)**	(841.285)
Resultado bruto		**1.127.576**	1.225.096	**742.729**	718.232
Receitas (despesas) operacionais:					
Despesas com vendas	30	**(614.900)**	(544.099)	**(357.079)**	(292.987)
Despesas gerais e administrativas	31	**(279.407)**	(246.700)	**(86.429)**	(63.555)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	32	**(12.240)**	31.620	**50.574**	(6.210)
Equivalência patrimonial	10	-	-	**(88.466)**	160.903
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**221.029**	465.917	**261.329**	516.383
Resultado financeiro líquido:		**(484.522)**	(541.220)	**(458.848)**	(538.149)
Despesas financeiras	33	**(589.494)**	(698.160)	**(534.194)**	(646.493)
Receitas financeiras	33	**104.972**	156.940	**75.346**	108.344
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**(263.493)**	(75.303)	**(197.519)**	(21.766)
Imposto de renda e contribuição social:		**110.734**	126.746	**44.760**	73.209
Corrente	9c	**1.221**	(23.295)	**787**	-
Diferido	9c	**109.513**	150.041	**43.973**	73.209
Resultado líquido do exercício		**(152.759)**	51.443	**(152.759)**	51.443
Média ponderada das ações				**295.019.806**	295.019.806
Resultado básico e diluído por ação ON (em R$)				**(0,52)**	0,17

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Individual 31/12/2023	Individual 31/12/2022
Resultado líquido do exercício	**(152.759)**	51.443	**(152.759)**	51.443
Resultado abrangente total	**(152.759)**	51.443	**(152.759)**	51.443

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Individual 31/12/2023	Individual 31/12/2022
Receitas	**4.043.284**	4.178.117	**2.419.753**	2.241.959
Vendas de mercadorias e serviços	**3.291.387**	3.464.204	**1.885.343**	1.918.227
Receita de construção de ativos próprios	**486.785**	577.010	**283.879**	254.447
Outras receitas	**357.463**	173.232	**307.354**	78.288
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(92.351)**	(36.329)	**(56.823)**	(9.003)
Insumos adquiridos de terceiros (inclui: ICMS, IPI, PIS e COFINS)	**(1.786.518)**	(1.768.325)	**(1.092.791)**	(1.042.159)
Custo das mercadorias vendidas e serviços prestados	**(566.626)**	(589.572)	**(337.642)**	(352.232)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	**(1.219.892)**	(1.178.753)	**(755.149)**	(689.927)
Valor adicionado bruto	**2.256.766**	2.409.792	**1.326.962**	1.199.800
Depreciação e amortização	**(747.250)**	(678.212)	**(386.204)**	(355.781)
Valor adicionado líquido pela entidade	**1.509.516**	1.731.580	**940.758**	844.019
Valor adicionado recebido em transferência	**108.221**	156.940	**(11.222)**	269.247
Resultado de equivalência patrimonial	-	-	**(88.466)**	160.903
Receitas financeiras	**108.221**	156.940	**77.244**	108.344
Valor adicionado total a distribuir	**1.617.737**	1.888.520	**929.536**	1.113.266
Distribuição do valor adicionado:				
Pessoal:	**567.498**	614.726	**236.004**	222.952
Remuneração direta	**447.430**	429.447	**188.102**	160.010
Benefícios	**83.087**	98.809	**34.011**	31.396
FGTS	**36.981**	30.640	**13.891**	10.334
Outros	-	55.830	-	21.212
Impostos, taxas e contribuições:	**558.232**	631.902	**326.140**	341.972
Federais	**177.662**	153.180	**104.528**	75.469
Estaduais	**371.996**	471.379	**221.002**	265.890
Municipais	**8.574**	7.343	**610**	613
Remuneração de capitais de terceiros:	**644.766**	590.449	**520.151**	496.899
Juros	**540.060**	508.596	**497.541**	478.248
Aluguéis	**104.706**	81.853	**22.610**	18.651
Remuneração de capitais próprios:	**(152.759)**	51.443	**(152.759)**	51.443
Dividendos	-	17.105	-	17.105
Lucro retido (prejuízo) no exercício	**(152.759)**	34.338	**(152.759)**	34.338
Valor adicionado distribuído	**1.617.737**	1.888.520	**929.536**	1.113.266

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Demonstração dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022
(Em milhares de reais)

	Notas	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Individual 31/12/2023	Individual 31/12/2022
Fluxo de caixa das atividades operacionais					
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		**(263.494)**	(75.303)	**(197.519)**	(21.767)
Ajustes para conciliar o resultado ao caixa gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciação e amortização		**747.250**	678.212	**386.204**	355.781
Equivalência patrimonial			-	**88.466**	(160.902)
Perda (ganho) com imobilizado e intangível		**(6.230)**	(15.700)	**(12.404)**	3.851
Encargos financeiros líquidos sobre empréstimos e debêntures		**415.889**	410.119	**415.889**	410.119
Atualização de crédito tributário		-	(14.903)	-	(12.864)
Encargos financeiros sobre provisões e outros, líquidos		**106.028**	203.410	**62.621**	175.589
Provisão para perda esperada de contas a receber		**92.351**	36.329	**56.824**	9.003
Baixa de ativo imobilizado	32	**91.543**	-	**91.543**	-
Baixa de despesa antecipada (direito de uso)	8ii	**45.161**	-	**45.161**	-
Provisão para perda de ativo imobilizado	11a	**73.000**	-	**20.940**	-
Baixa de recebíveis	6	**52.398**	-	**30.730**	-
Constituição (reversão) de provisões		**3.328**	11.075	**130**	9.378
		1.357.224	1.233.239	**988.584**	768.188
Variações nos ativos e passivos:					
(Aumento) redução em contas a receber		**18.493**	(147.031)	**(114.789)**	(67.422)
(Aumento) redução em estoques		**6.185**	18.696	**624**	(648)
Redução em tributos a recuperar		**51.502**	60.305	**20.318**	62.988
(Aumento) em depósitos judiciais		**(1.055)**	(3.480)	**(6.594)**	(2.702)
(Aumento) redução em despesas antecipadas		**(29.503)**	(87.144)	**(4.721)**	(65.702)
(Aumento) redução em outros ativos circulante e não circulante		**(2.801)**	5.909	**(2.114)**	2.916
Aumento (redução) em fornecedores		**(11.717)**	28.004	**2.652**	38.699
Aumento (redução) em obrigações sociais		**(46.757)**	12.175	**(25.110)**	3.614
Aumento em impostos taxas e contribuições		**24.015**	3.940	**38.951**	21.534
Aumento (redução) em receitas antecipadas		**(61.040)**	64.937	**(65.229)**	67.325
Aumento (redução) em outros passivos circulante e não circulante		**6.234**	15.213	**13.962**	5.872
Pagamento a concessionárias de rodovias		**(149.239)**	-	**(149.239)**	-
Provisões pagas		**(22.216)**	(14.349)	**(14.778)**	(12.838)
Imposto de renda e contribuição sobre o lucro, pagos		**(3.722)**	(11.737)	-	(355)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados pelas atividades operacionais		**1.135.603**	1.178.677	**682.517**	821.469
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Em investimentos em controladas		**(9.136)**	(3.135)	**(9.136)**	(3.135)
Aporte de capital em controladas		-	-	**(10.000)**	(379.500)
Em ativo imobilizado e intangível		**(460.916)**	(669.414)	**(257.606)**	(292.985)
Aquisição de debêntures privadas de controlada		-	-	**(190.000)**	-
Dividendos recebidos		-		**276.615**	63.230
Recebimento por venda de ativo imobilizado		**22.800**	18.612	**19.286**	707
Caixa e equivalentes de caixa líquidos aplicados nas atividades de investimentos		**(447.252)**	(653.937)	**(170.841)**	**(611.683)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos					
Adições de empréstimos e debêntures		**1.000.000**	1.050.000	**1.000.000**	1.050.000
Pagamento de valor principal de empréstimos e debêntures		**(404.055)**	(443.383)	**(404.055)**	(443.383)
Pagamento de juros/variação monetária de empréstimos e debêntures		**(422.850)**	(300.297)	**(422.850)**	(300.297)
Pagamento de outras despesas financeiras sobre debêntures		**(25.549)**	(29.031)	**(25.549)**	(29.031)
Pagamento de passivo de arrendamento		**(329.111)**	(265.781)	**(186.672)**	(155.027)
Ações em Tesouraria		-	(421)	-	(421)
Pagamento de outorga - ANATEL		**(19.475)**	(19.728)	**(19.475)**	(19.728)
Pagamento de dividendos		**(17.028)**	(75.933)	**(17.028)**	(75.933)
Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (aplicados) nas atividades de financiamentos		**(218.068)**	(84.574)	**(75.629)**	26.180
Aumento no caixa e equivalentes de caixa		**470.283**	440.166	**436.047**	235.966
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		**720.872**	280.706	**431.914**	195.948
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		**1.191.155**	720.872	**867.961**	431.914

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas explicativas às demonstrações financeiras 31 de dezembro de 2023
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional - A Algar Telecom S.A. ("Algar Telecom" ou "Companhia"), com sede na cidade de Uberlândia, Minas Gerais, é uma sociedade por ações de capital aberto e suas principais atividades são a prestação de serviços de telefonia fixa e celular, e de comunicação de dados, em conformidade com as concessões, autorizações e permissões que lhe foram outorgadas pela Agência Nacional de Telecomunicações ("ANATEL"). A Companhia é a *holding* operacional do segmento de telecomunicações do Grupo Algar, cujas operações, incluindo as exercidas por suas controladas, abrangem a prestação de serviços de telefonia fixa e celular, telecomunicações e multimídia, comunicação de dados, internet em banda larga, engenharia de telecomunicações, revenda de equipamentos e outros relacionados com as atividades de telecomunicações.

Concessões e autorizações - Os serviços ofertados pela Companhia são regulamentados pela ANATEL, órgão responsável pela regulação do setor de telecomunicações no Brasil, de acordo com a Lei Geral de Telecomunicações e seus respectivos regulamentos. Em 20 de janeiro de 2023 a Anatel prorrogou, por meio do Ato no 494, o prazo de vigência das autorizações de uso das radiofrequências de 850MHz, 900MHz e 1800MHz, outorgadas à Algar Telecom para o Serviço Móvel Pessoal – SMP. As concessões e autorizações vigentes na data de publicação dessas Demonstrações Financeiras Anuais abrangendo a Companhia e as controladas Algar Multimídia, Smart e Vogel estão descritas, em resumo, conforme quadro abaixo.

ALGAR TELECOM S.A. - CNPJ: 71.208.516/0001-74 - Companhia Aberta

Empresa	Outorga	Área de abrangência	Vencimento
Algar Telecom	Concessão para prestação de Serviço Telefônico Fixo Comutado ("STFC")	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.	31/12/2025
	Autorização para prestação do STFC longa distância internacional	Todas as regiões do Brasil.	Indeterminado
	Autorização para prestação do STFC local e longa distância nacional	Todas as regiões do Brasil, exceto área de concessão.	Indeterminado
	Autorização para prestação de Serviço de Comunicação Multimídia – SCM	Todas as regiões do Brasil.	Indeterminado
	Autorizações para prestação do Serviço Móvel Pessoal "SMP"	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.	Indeterminado
	Autorização de uso da radiofrequência de 850 MHz para o SMP	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.	29/11/2028
	Autorização de uso da radiofrequência de 2.100 MHz para o SMP	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul; e Estado de Minas Gerais, em cidades com códigos de área 34, 35 e 37, exceto região do Triângulo Mineiro.	30/04/2038
	Autorização de uso das radiofrequências de 900MHz e 1.800 MHz para o SMP	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.	22/12/2032
	Autorização de uso da radiofrequência de 700 MHz para o SMP	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.	08/12/2029, renováveis por mais 15 anos
	Autorização de uso das radiofrequências de 2.3 GHz, 3.5 GHz e 26 GHz (5G), para o SMP	Região do Triângulo Mineiro e algumas cidades da região do Alto Paranaíba, noroeste do Estado de São Paulo, sul do Estado de Goiás e nordeste de Mato Grosso do Sul.	08/12/2041, renováveis por mais 20 anos
Algar Multimídia	Autorização para prestação de Serviço de Comunicação Multimídia – SCM	Todas as regiões do Brasil.	Indeterminado
Smart	Autorização para prestação de Serviço de Comunicação Multimídia – SCM	Todas as regiões do Brasil.	Indeterminado
Vogel	Autorização para prestação de Serviço de Comunicação Multimídia – SCM e do Serviço Telefônico Fixo Comutado - STFC	Todas as regiões do Brasil.	Indeterminado

Eventos relevantes ocorridos em 2022 - a) Outorga de direitos sobre a valorização das ações – Phantom Share - O Conselho de Administração da Companhia aprovou os termos e as condições para a outorga de determinados direitos sobre a valorização das ações de emissão da Companhia, estendidos aos seus administradores e empregados em posições de comando que optarem pela adesão ao Instrumento firmado com a empresa. O cálculo do prêmio previsto nesta modalidade de remuneração de alguns empregados com poder decisório e alçada superior tem por base a Phantom Share, que representa o direito sobre a valorização de 1 (uma) ação de emissão da Companhia, e possui regras e condições a serem observadas na operacionalização desse Instrumento, dentre elas a previsão de que os participantes não terão os seus direitos, aqui adquiridos, convertidos em ações da Companhia. Até o final do exercício de 31 de dezembro de 2023, este modelo ainda não estava sendo aplicado e, portanto, não houve impacto contábil registrado. b) Incorporação da Algar Soluções - Em 31 de dezembro de 2022 a Algar Soluções S.A foi incorporada pela sua controlada Vogel Soluções em Telecomunicações e informática S/A. A operação de incorporação, deliberada pela assembleia geral extraordinária, realizada naquela data, teve como base o protocolo e justificação, bem como o laudo de avaliação, o qual demonstrou o acervo contábil líquido da sociedade incorporada, apurado na data base de 30 de novembro de 2022, apresentado como segue:

Ativo	30/11/2022
Ativo circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	23.481
Contas a receber	212.097
Estoques	73.477
Tributos a recuperar	21.317
Despesas antecipadas	22.650
Outros	15.852
Total do ativo circulante	368.874
Ativo não circulante	
Contas a receber	28.473
Tributos a recuperar	73.719
Despesas antecipadas	51.212
Direito indenizatório de provisões	46.423
Investimento	120
Imobilizado	720.186
Intangível	153.396
Ativo de direito de uso - arrendamento	6.804
Outros	5.265
Total do ativo não circulante	1.085.598
Total do ativo	**1.454.472**
Passivo	
Passivo circulante	
Passivo de arrendamento	4.232
Fornecedores	68.906
Impostos, taxas e contribuições	19.331
Salários, provisões e encargos sociais	63.131
Dividendos a pagar	50.219
Títulos a pagar	7.763
Outras obrigações	12.838
Total do passivo circulante	226.420
Passivo não circulante	
Passivo de arrendamento	2.507
Salários, provisões e encargos sociais	4.212
Impostos, taxas e contribuições	74.356
Provisões	2.730
Outras obrigações	7.051
Total do passivo não circulante	90.856
Total do passivo	**317.276**
Acervo contábil líquido	**1.137.196**

Eventos relevantes ocorridos em 2023 - a) Emissão de debêntures - Em 2023 a Companhia realizou duas emissões de debêntures (13ª e 14ª), conforme descrito na nota explicativa nº 16, sendo uma emissão em março e outra em dezembro, nos montantes respectivos de R$ 300.000 e R$ 700.000. Os recursos foram captados com o objetivo de alongamento de dívida e investimento na expansão dos negócios da Companhia. b) Venda de imóvel e arrendamento de imóvel - Em outubro de 2023 a Algar Telecom firmou contrato de compra e venda de imóvel de sua propriedade, localizado na rua José Alves Garcia nº 415, bairro Brasil, cidade de Uberlândia-MG, abrangendo o terreno e edificações. O valor da operação foi de R$ 31.000. Simultaneamente, em 6 de outubro de 2023 foi celebrado um contrato de locação do imóvel acima mencionado, em que a compradora, na qualidade de locadora, cedeu o imóvel adquirido, em locação, por um prazo de 5 anos, para a Algar Telecom (vendedora e locatária). c) Cessão de direito de uso do Cabo Monet - Em 12 de dezembro de 2023, a A Algar Telecom firmou contrato com a Telecom Italia Sparkle S.P.A ("Sparkle") para a cessão de frequências do Cabo Submarino ("Monet") que liga o Brasil aos Estados Unidos, relativamente ao par de fibras de sua propriedade, integrante daquele cabo. Estando já em vigência um contrato de IRU, um contrato com direito irrevogável e irretratável (Indefeasible Right of Use) em que a Algar Telecom cedeu 25% das frequências do referido cabo para a Sparkle, na operação de dezembro de 2023 a Companhia cedeu os 75% restantes das frequências, por um prazo de 18 anos, por um valor total de US$ 25,4 milhões. A conclusão da cessão do direito de uso se dará até 31 de março de 2024, quando a Sparkle terá 100% do direito de exploração das frequências emanadas do par de fibras cedido. Conforme avaliação da Companhia, tendo como base normativa contábil o CPC 06 (R2) - Arrendamentos, houve o entendimento de que a operação atendeu aos requisitos de um arrendamento financeiro, e, sob esse conceito, foi contabilmente reconhecida, com a consequente baixa do ativo envolvido. d) Análise de ativo imobilizado - Em janeiro de 2024, o Comitê de Auditoria e Gestão de Riscos da Algar Telecom tomou conhecimento de uma denúncia anônima recebida pela Companhia, via Canal de Ética. Em resumo, a denúncia apresentou alegações acerca de potenciais equívocos relacionados ao processo de reconhecimento de ativos imobilizados e o saldo de inversão fixa da Companhia, os quais teriam sido causados por problemas de integração e interface entre sistemas e eventuais falhas de processo, gerando um acúmulo de ativos na conta transitória de inversão fixa. Ao informar o assunto para o Conselho de Administração, foi determinada a criação de um Comitê Especial para apurar as referidas alegações. O Comitê Especial, por sua vez, decidiu pela contratação de consultores externos, para auxiliar nos trabalhos e apuração dos fatos. Durante as análises, o Comitê Especial se deparou com itens de aplicação mista, para os quais há análise e julgamento, podendo ser classificados tanto como capex quanto como opex. Apurou-se que, devido à ausência de integração entre os sistemas contábil e auxiliar e à falha nos controles, R$ 15.000, no consolidado, e R$ 4.303, individual, foram capitalizados indevidamente em 2023, ao invés de terem sido contabilizados como opex. Para esse valor, a Companhia aplicou a correta técnica contábil e efetuou sua baixa em contrapartida de resultado. Nesse mesmo trabalho, foram apurados outros itens que podem ter sido capitalizados equivocadamente em razão das diferenças entre os controles de aplicação física versus a contabilidade. Para esses valores há a necessidade de aprofundamentos adicionais para que se possa determinar sua correta forma de contabilização. Neste contexto, a administração da Companhia decidiu constituir provisão para perda de R$ 73.000, no consolidado, e R$ 20.940, no individual, com base na melhor estimativa disponível neste momento, até que trabalhos adicionais permitam a conclusão acerca do valor e da devida classificação contábil. Os ajustes realizados não implicam em alterações nos saldos de caixa e dívida anteriormente apresentados, tampouco em quebras de cláusulas restritivas (*covenants*) de empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, a companhia está trabalhando na implantação das medidas necessárias para o adequado controle da aplicação física de itens de ativo versus a contabilidade e realizará os investimentos necessários para a maior automação possível deste processo

2. Bases de preparação - a) Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC) - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia foram elaboradas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), e pelos padrões internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidos pelo International Accounting Standards Board ("IASB"). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas na gestão das operações da Companhia. A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pelo Conselho de Administração em 24 de abril de 2024. b) Base de mensuração - As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a avaliação de ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado. c) Moeda funcional e moeda de apresentação - As demonstrações financeiras, individual e consolidada, estão apresentadas em Real (R$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia e de suas controladas com sede no Brasil. d) Uso de estimativas e julgamentos - A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, de acordo com a legislação societária vigente e normas contábeis aplicáveis, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que são realizadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As informações sobre julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como as informações sobre incertezas relacionadas às premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro, envolvendo, por exemplo, critérios de provisões, taxa de desconto, análise der risco, entre outros, estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota Explicativa nº 6 - Contas a receber; • Nota Explicativa nº 9 - Imposto de renda e contribuição social; • Nota Explicativa nº 11 - Imobilizado; • Nota Explicativa nº 12 - Intangível; • Nota Explicativa nº 13 - Ativo de direito de uso; • Nota Explicativa nº 21 - Provisões e depósitos judiciais.

3. Informações materiais da política contábil - As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram adotadas de maneira uniforme em todos os exercícios apresentados. a) Bases de consolidação - i) *Controladas* - Controladas são as entidades em que a controladora, inclusive de forma indireta, tem poder que lhe assegure, de forma permanente, a preponderância nas deliberações sociais e o poder de eleger a maioria dos administradores. As controladas integram a consolidação a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia e deixam de ser consolidadas, nos casos aplicáveis, a partir da data em que o controle deixar de existir. ii) *Controladas diretas e indiretas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas*

Participações societárias (%)	31/12/2022 e 31/12/2023	
	No capital social	No capital votante
Participações diretas:		
Algar Multimídia	100	100
Smart Telecomunicações	100	100
Vogel Soluções	100	100

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram utilizadas as informações contábeis individuais das controladas na mesma data-base e consistentes com as políticas contábeis da controladora. Os procedimentos de consolidação utilizados pela Companhia são os previstos no CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e IFRS 10 - *Consolidated Financial Statements*. b) Transações em moeda estrangeira - As transações em moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional da Companhia e de suas controladas pela taxa correspondente nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no início do exercício, ajustado pela taxa e pagamentos efetivos durante o período e o valor de custo amortizado na moeda estrangeira, convertido pela taxa correspondente ao final do exercício. Ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira que são mensurados ao valor justo são convertidos para a moeda funcional da entidade na taxa correspondente ao fechamento do período que o valor justo foi determinado. Diferenças em moedas estrangeiras decorrentes da conversão são reconhecidas diretamente no resultado do exercício. Itens não monetários que são mensurados pelo custo histórico em uma moeda estrangeira são convertidos utilizando-se a taxa da data da transação. c) Ativos circulantes e não circulantes - i) *Caixa e equivalentes de caixa* - Incluem os saldos em caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras consideradas de liquidez imediata, conversíveis em um montante conhecido de caixa, que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor justo e que são resgatáveis no prazo de até 90 dias da data de sua aplicação. ii) *Investimentos* - São avaliados pelo método da equivalência patrimonial os investimentos em controladas e em coligadas nas quais a Companhia exerce influência administrativa significativa, bem como os investimentos em sociedades do mesmo grupo ou que estejam sob o controle comum. Outros investimentos que não se enquadrem na categoria acima são avaliados pelo custo de aquisição, deduzido de provisão para perda de investimento, quando aplicável. iii) *Imobilizado* - *Reconhecimento e mensuração* - Os itens do ativo imobilizado são mensurados ao custo de aquisição ou construção, deduzido dos impostos compensáveis, e da depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável. Os custos de itens registrados no ativo imobilizado incluem todos aqueles que sejam diretamente atribuíveis à aquisição e formação do ativo. Os custos de ativos construídos pela própria entidade incluem o custo de materiais e de salários de funcionários diretamente envolvidos nos projetos de construção ou formação desses ativos. Inclui quaisquer outros custos diretamente atribuíveis ao ativo até que ele esteja em condições de ser utilizado para os fins previstos pela entidade, além de custos de desmobilização de itens do ativo e de restauração de sites nos quais esses ativos estejam instalados, e custos de empréstimos em ativos qualificáveis. O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte desse ativo. Quando partes de um item do ativo imobilizado possuem vidas úteis significativamente diferentes, essas partes constituem itens individualizados e são contabilizadas e controladas separadamente, inclusive para fins de depreciação. Ganhos e perdas na alienação de um item do ativo são originados pela diferença apurada entre o valor de alienação e o valor líquido resultante do valor de custo deduzido do valor residual e da depreciação acumulada desse ativo, e são reconhecidos diretamente no resultado do exercício. *Custos subsequentes* - Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado. *Depreciação* - A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada para o ativo, conforme segue:

	Vida útil média em anos	
	31/12/2023	31/12/2022
Edifícios e benfeitorias	25	25
Equipamentos de comutação	11	11
Equipamentos de terminais	7	7
Equipamentos e meios de transmissão	20	20
Equipamentos de energia e climatização	9	9
Infraestruturas	27	27
Veículos	7	7
Móveis e utensílios	8	8
Equipamentos de processamento de dados	7	7

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis. iv) *Intangível* - *Ágio* - O ágio é mensurado como o excesso da soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver) sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos identificáveis assumidos. Caso a reavaliação conclua que os valores líquidos dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis na data de aquisição forem superiores à soma da contraprestação transferida, do valor das participações minoritárias na entidade adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na entidade adquirida (se houver), o excedente é reconhecido imediatamente no resultado como ganho de compra vantajosa. O ágio por rentabilidade futura, resultante de uma aquisição de negócios, é submetido ao teste de recuperabilidade pelo menos anualmente e, quando aplicável, é apresentado deduzido de eventuais ajustes para refletir o valor recuperável. *Concessões e autorizações* - A Companhia reconhece um ativo intangível, decorrente de contratos de concessão ou autorização, quando comprovada a utilização pelos usuários finais de infraestrutura ou de algum direito de exploração, como nos casos do direito de uso do espectro de ondas de radiofrequência - PPDUR e direito de uso de Backbone, entre outros. *Outros ativos intangíveis* - As licenças de programas de computador ("softwares") e de sistemas de gestão empresarial adquiridas são mensuradas pelo seu valor de custo. Os gastos com aquisição e implementação de sistemas de gestão empresarial são capitalizados como ativo intangível quando é provável que os benefícios econômicos futuros por ele gerados serão superiores ao seu respectivo custo, considerando sua viabilidade econômica e tecnológica. *Gastos subsequentes* - Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os futuros benefícios econômicos incorporados ao ativo específico ao qual se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos. *Amortização* - As amortizações são reconhecidas no resultado do exercício através do método linear, com base nas seguintes vidas úteis estimadas:

	Vida útil média em anos	
	31/12/2023	31/12/2022
Sistemas de informação (i)	6	6
PPDUR - Preço Público Rádio Frequência	16	16
Direito do uso de Backbone	17	17
Marcas e patentes	5	5
Outorgas regulatórias	16	16
Desenvolvimento de Soluções Tecnológicas	5	5

v) *Ativo não circulante mantido para venda* - Quando a Administração da Companhia decide pela negociação de ativo não circulante, esse ativo, ou grupo de ativos, são contabilmente tratados conforme o disposto no CPC 31 Ativo não circulante mantido para a venda e operação descontinuada. *Reconhecimento e mensuração* - O ativo não circulante mantido para a venda, desde que atendidos aos requisitos aplicáveis, são reclassificados para um grupo específico de contas, classificado entre o ativo circulante e o ativo não circulante. Para que ocorra esta alocação, é necessário que a venda do ativo seja altamente provável, a Administração esteja comprometida com o plano de venda, e deve ter sido iniciado um programa firme para localizar um comprador e concluir o plano O ativo mantido para venda deve ser efetivamente colocado à venda por preço que seja razoável em relação ao seu valor justo corrente, e deve considerar que a venda seja concluída em até um ano a partir da data da classificação contábil, cabendo exceções em casos justificáveis da não conclusão da venda nesse prazo. O Pronunciamento CPC 31 exige que os ativos que satisfazem aos critérios de classificação como mantidos para venda sejam mensurados pelo menor entre o valor contábil e o valor justo menos as despesas de venda, e que seja cessada a depreciação ou a amortização desses ativos. vi) *Ativos financeiros* - *Reconhecimento inicial* - Um ativo financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Esta condição não se aplica aos itens mensurados ao valor justo por meio do resultado. A Companhia reconhece um ativo financeiro ou um passivo financeiro em seu balanço patrimonial quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento. Ao reconhecer, pela primeira vez, um ativo financeiro, a Companhia realiza uma classificação do mesmo, tendo por base as três categorias: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes ("VJORA") e valor justo por meio do resultado ("VJR") e mensurá-lo de acordo com os critérios mencionados abaixo. A compra ou a venda de forma regular de ativos financeiros é reconhecida e desreconhecida, conforme aplicável, utilizando-se a contabilização na data da negociação ou na data da liquidação. *Desreconhecimento de ativo financeiro* - Um ativo financeiro é desreconhecido apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expirarem, ou quando houver a transferência do ativo financeiro e essa transferência se qualificar para desreconhecimento. *Classificação de instrumentos financeiros* - A classificação do ativo financeiro tem por base o modelo de negócio pelo qual esse ativo é gerenciado pelos seus fluxos de caixa contratuais. A classificação do valor justo observa, dentre outras orientações aplicáveis, os seguintes critérios: i) a parcela da alteração no valor justo que está relacionada às alterações no risco de crédito do passivo é apresentada em outros resultados abrangentes; ii) a parcela remanescente da variação no valor justo é apresentada no resultado do exercício. *Classificação de ativos financeiros* - O reconhecimento inicial de um ativo financeiro requer que ele seja mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer as seguintes condições: • o ativo é mantido em um modelo de negócios com o objetivo de obter fluxos de caixa contratuais; • os termos contratuais do ativo financeiro originam, em datas específicas, fluxos de caixa de pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal não liquidado. Um instrumento de dívida é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes somente se atender às duas seguintes condições: • o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios, sendo o objetivo alcançado tanto pela obtenção de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; • os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o saldo a pagar do valor principal. Os demais ativos financeiros são todos classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar, em caráter irrevogável, um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, o que poderá garantir a consistência contábil perante os resultados produzidos pelo respectivo ativo. A partir de janeiro de 2023, os modens utilizados pelos clientes da Companhia passaram a ser dados em comodato, integrando o valor mensal da fatura de serviços de telecomunicações prestados. Desta forma, caso haja um cancelamento involuntário dos serviços prestados, a Companhia suspende os serviços e recolhe o equipamento no local da instalação, não havendo multa a ser imputada ao cliente, relativo ao modem. *Redução ao valor recuperável* - Os requisitos de redução ao valor recuperável objetivam reconhecer perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos financeiros para os quais houve aumentos significativos no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, avaliados de forma individual ou coletiva, considerando todas as informações razoáveis e sustentáveis, incluindo informações prospectivas. *Reconhecimento de perda de crédito esperada* - A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas em ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, incluindo o contas a receber de clientes, em recebível de arrendamento, em ativo contratual ou em compromisso de empréstimo e em contrato de garantia financeira aos quais são aplicados os requisitos de redução ao valor recuperável. A Companhia aplica os requisitos de redução ao valor recuperável para o reconhecimento e mensuração de provisão para perdas de ativos financeiros que são mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Essa provisão é contabilizada em outros resultados abrangentes, não reduzindo o valor contábil do ativo financeiro no balanço patrimonial. Na data do balanço é mensurada a provisão para perdas de instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas, caso o risco de crédito desse instrumento financeiro tenha sofrido aumento significativo desde o reconhecimento inicial. Se, na data do balanço, o risco de crédito de instrumento financeiro não apresentar aumento significativo, é feita a mensuração da provisão para perdas para esse instrumento financeiro ao valor equivalente às perdas de crédito esperadas para 12 meses. O valor das perdas de crédito esperadas (ou reversão) requerido para ajustar a provisão para perdas na data de balanço é reconhecido no resultado, como ganho ou perda na redução ao valor recuperável. vii) *Ativos não financeiros* - Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia e de suas controladas, que não estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é estimado todo ano. Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou Unidade Geradora de Caixa ("UGC") exceder o seu valor recuperável. *Redução ao valor recuperável* - O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo ou UGC. Para a finalidade de teste do valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados ao menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos (a "unidade geradora de caixa ou UGC"). Para fins do teste do valor recuperável do ágio, o montante do ágio apurado em uma combinação de negócios é alocado à UGC ou ao grupo de UGCs para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflete o menor nível no qual o ágio é monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas na redução de qualquer ágio alocado a essa UGC (ou grupo de UGC), e subsequentemente na redução dos outros ativos dessa UGC (ou grupo de UGC) de forma pro rata. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida. A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para deterioração ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Essas perdas, se aplicável, são contabilizadas como outras despesas operacionais. d) Passivos circulantes e não circulantes - Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando existentes, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial. Quando aplicável, os passivos circulantes e não circulantes são registrados em valor presente, calculados transação a transação, com base em taxas de juros que refletem o prazo, a moeda e o risco de cada transação. A contrapartida do ajuste a valor presente é a conta de resultado que deu origem ao referido passivo. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do passivo é apropriada ao resultado no prazo do contrato com base no método do custo amortizado e da taxa de juros efetiva. i) *Concessão e autorização de serviços de telecomunicações a pagar* - O valor devido é registrado com base em atos expedidos pela ANATEL, no percentual de 2% da receita líquida abrangida pela concessão, relativa ao serviço telefônico fixo comutado (STFC), e 2% sobre a receita líquida de serviço móvel pessoal (SMP). Considera-se a receita apurada no ano anterior ao do pagamento, líquida de impostos e contribuições sociais. ii) *Provisões* - Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia e suas controladas possuem uma obrigação legal ou construtiva como resultado de um evento passado que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. A provisão é determinada pela Administração de acordo com a expectativa de perdas, com base na opinião dos consultores legais internos e externos, por montantes considerados suficientes para cobrir perdas e riscos. iii) *Benefícios a empregados* - *Plano de pensão* - As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. *Benefícios de curto prazo a empregados, inclusive plano de participação nos resultados* - Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como custos ou despesas conforme o serviço relacionado seja prestado. O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia e suas controladas têm uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. iv) *Imposto de renda e contribuição social* - O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido. É considerada a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro tributável anual. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são mensurados pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas revertem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras. Na determinação do imposto de renda corrente e diferido, a Companhia e suas controladas levam em consideração o impacto de incertezas relativas à posição fiscal tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros tem que ser realizado. A Companhia e suas controladas acreditam que a provisão para imposto de renda no passivo está adequada para com relação a todos os períodos fiscais em aberto baseada em sua avaliação de diversos fatores, incluindo interpretações das leis fiscais e experiência passada. Essa avaliação é baseada em estimativas e premissas que podem envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem ser disponibilizadas, o que levaria a Companhia e suas controladas a mudarem os seus julgamentos quanto à adequação da provisão existente; tais alterações impactarão a despesa com imposto de renda no ano em que forem realizadas. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação. A Companhia e suas controladas praticam a divulgação dos tributos diferidos ativos ou passivos líquidos nas demonstrações financeiras. . A controlada Algar Soluções é isenta da contribuição social sobre o lucro líquido. Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Ativos de imposto de renda e contribuição social diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável. v) *Passivos financeiros* - Passivo financeiro é qualquer passivo que seja: (a) uma obrigação contratual de: (i) entregar caixa ou outro ativo financeiro a uma entidade; (ii) trocar ativos financeiros ou passivos financeiros com outra entidade sob condições que são potencialmente desfavoráveis para a entidade; (b) ou contrato que será ou poderá ser liquidado por instrumentos patrimoniais da própria entidade, e seja: (i) um não derivativo no qual a entidade é ou pode ser obrigada a entregar um número variável de instrumentos patrimoniais da entidade; (ii) ou um derivativo que será ou poderá ser liquidado de outra forma que não pela troca de um montante fixo em caixa, ou outro ativo financeiro, por um número fixo de instrumentos patrimoniais da própria entidade. *Reconhecimento inicial* - A entidade deve reconhecer contabilmente o passivo financeiro quando, e apenas quando, a entidade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. O reconhecimento do passivo financeiro pela primeira vez requer a sua classificação como mensurado subsequentemente ao custo amortizado, observadas certas exceções expressas no CPC 48. *Desreconhecimento* - A entidade deve fazer o desreconhecimento contábil de um passivo financeiro (ou parte dele quando, e apenas quando, ele for extinto, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for retirada, cancelada ou expirar. e) Reconhecimento de receitas - O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do exercício. i) *Venda de serviços de telefonia fixa, telefonia móvel e banda larga* - As receitas relativas a esses serviços são contabilizadas pelo valor da tarifa na data da prestação do serviço e se compõem de tarifas de assinatura, de utilização, de uso da rede, de manutenção e de outros serviços prestados aos assinantes e clientes. Todos os serviços são faturados mensalmente de acordo com medição realizada pelos sistemas operacionais que identificam as informações para reconhecimento contábil e apropriação aos devidos componentes da receita. Os serviços prestados entre a data de faturamento e o final de cada mês são calculados e contabilizados como receita no mês da prestação do serviço. A receita referente à venda dos créditos de recarga de telefones celulares pré-pagos é diferida e reconhecida no resultado à medida que esses créditos são efetivamente consumidos. ii) *Locação de equipamentos* - As receitas são geradas via locação de modens relacionados a prestação de serviços de banda larga a clientes do segmento varejo, e também via locação de roteadores e switches relacionados a prestação de serviços de internet link a clientes corporativos. Estes valores são reconhecidos mensalmente durante a vigência contratual. iii) *Operações de permuta de bens e serviços* - As entidades Algar Telecom e Algar Multimídia possuem operações de permuta de ativos e de serviços, ou seja, troca de serviços e troca de infraestruturas com empresas do mesmo setor ou de setores distintos. Tais receitas são reconhecidas por seu valor justo e são reconhecidas por seu valor justo pelo regime de competência quando há a transferência do risco, no caso de mercadorias, e a efetiva prestação dos serviços. A permuta de infraestrutura visa, principalmente, garantir a redundância dos serviços prestados pelas entidades, como estratégia de garantia da continuidade dos serviços no caso de danos causados às redes ou aos sistemas informatizados, ou a qualquer outra eventualidade que possa comprometer a prestação de serviços pelas entidades. Isto objetiva reduzir, ou mesmo eliminar os riscos aos clientes finais destes serviços. iv) Receitas de aparelhos e acessórios - A Companhia reconhece receitas de aparelhos e acessórios quando um cliente assume o controle do dispositivo. Em caso de o cliente adquirir um aparelho com subsídio, ou seja, "serviço + aparelho", a Algar aloca uma parte de seus faturamentos de serviços futuros ao aparelho e reconhece a receita na entrega do aparelho no início do contrato, o que resulta em um ativo contratual. Adotamos o expediente prático para desconsiderar os efeitos de um componente de financiamento significativo, quando o período entre o momento em que o bem ou o serviço prometido é transferido para um cliente e o momento em que o cliente paga esse bem ou serviço é de um ano ou menos. Para os contratos com prazos superiores a um ano (somente para venda de modem), os valores relacionados são imateriais. *Julgamentos e estimativas significativas* - Os clientes da Companhia geralmente assinam contratos de serviço com um período de fidelização em troca de descontos em aparelhos, taxas, ou ainda nas mensalidades do serviço. Foi aplicado um julgamento para determinar que, para fins contábeis, o período de contrato abrange todo o período de fidelização do cliente, concluindo que o prazo de fidelização precisa ser cumprido devido à cobrança de multa proporcional, sendo esta multa significativa em qualquer momento da vida do contrato com o cliente. Nos casos em que um contrato inclui um aparelho e acessórios, para os quais reconhecemos receita em um determinado momento, e serviços, para os quais reconhecemos receita proporcionalmente ao longo do tempo, é necessário julgamento para determinar o "Standalone Selling Price – SSP" para cada obrigação de desempenho distinta e alocar a receita correspondente. Usamos uma gama de valores para estimar o "SSP" quando vendemos cada um dos produtos e serviços separadamente. *Ativos e passivos do contrato* - Os ativos contratuais referem-se principalmente à parcela remanescente dos faturamentos de serviços futuros da Companhia alocados aos aparelhos e reconhecidos na receita na entrega do aparelho no início do contrato, bem como ajustes temporais no reconhecimento das demais linhas de receita. Incluímos substancialmente todos os ativos contratuais em nosso balanço patrimonial consolidado como um componente de despesas antecipadas. Já os passivos contratuais, apresentados no grupo de receitas antecipadas, referem-se às obrigações de transferir bens e serviços aos clientes, em relação aos quais a entidade recebeu contraprestação ou o valor já é devido ao cliente. Custo para obter contratos com clientes - Um ativo para os custos incrementais de obtenção de um contrato com um cliente é reconhecido, se for esperado que existam benefícios futuros pelo pagamento desses custos. Esses valores são compostos de comissões, benefícios relacionados e impostos sobre folha de pagamento para funcionários de vendas da Companhia e comissões pagas a nossos parceiros de canal de distribuição terceirizados. Amortizamos esses custos proporcionalmente ao longo do período estimado de fidelização com o cliente, o que exclui futuras renovações contratuais. Os custos diferidos relacionados a despesas necessárias para obter um contrato estão reconhecidos como um componente de despesas antecipadas em nosso balanço patrimonial consolidado. f) Receitas e despesas financeiras - Receitas financeiras compreendem juros sobre investimentos realizados pela Companhia e suas controladas, incluindo rendimentos de aplicações financeiras, ajustes ao valor presente de ativos financeiros, ganhos na alienação de ativos financeiros, alterações no valor justo de ativos financeiros avaliados a valor justo através do resultado, e ganhos em instrumentos financeiros derivativos. Despesas financeiras compreendem despesas com juros de empréstimos e financiamentos, atualizações monetárias de tributos parcelados e de provisões, alterações no valor justo de ativos financeiros ao valor justo através do resultado, perdas por ajuste ao valor recuperável de ativos financeiros ("impairment") e perdas em instrumentos financeiros derivativos reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, são reconhecidos no resultado do exercício, de acordo com o regime de competência. Ganhos ou perdas por variações cambiais são demonstrados líquidos, no resultado do exercício. g) Resultado por ação - O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada, quando aplicável, pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, nos exercícios apresentados. h) Informações por segmento - A diretoria executiva entende que a Companhia atua num único segmento operacional, o de telecomunicações ("Telecom"), segregado por tipo de serviço prestado (B2B e B2C) e utiliza relatórios, de modo consistente, para a tomada de decisões estratégicas. Segmento Telecom - representa a agregação dos resultados e do capital empregado das unidades de negócio (i) telefonia fixa; (ii) internet banda larga; (iii) comunicação de dados; (iv) telefonia celular; (v) provedor de internet; telefônicos. As informações referentes aos segmentos por tipo de serviço prestado estão na nota explicativa nº 34, a qual inclui o modelo de acompanhamento dos negócios pela Companhia, com a segregação das rubricas de resultado por tipo de cliente – B2B e B2C. i) Patrimônio líquido - *Reserva de lucros* - Refere-se a uma modalidade de destinação do lucro líquido do exercício, sendo aplicável à Companhia, nos exercícios reportados, a reserva legal e a reserva de retenção de lucros. *Reserva legal* - A Companhia constitui reserva legal em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com seu Estatuto Social, na base de 5% do lucro líquido de cada exercício social, obedecendo ao limite de 20% do capital social. *Reserva de retenção de lucros* - A partir das exigências da Lei 11.638/2007 a Companhia reclassificou os saldos remanescentes dos lucros acumulados para reservas de lucros, de forma a ser aplicado na modernização e expansão, por proposta da Administração da Companhia, com base em orçamento aprovado pelo Conselho de Administração. *Dividendos* - Conforme previsto no Estatuto Social da Companhia, sobre os lucros do exercício, após deduzido 5% para constituição da reserva legal, são calculados dividendos mínimos obrigatórios de 35%. Tendo por base o disposto na Lei das sociedades porá ações, os dividendos não reclamados no prazo de 3 (três) anos, a contar da data da assembleia geral de acionistas que houver aprovado a distribuição, são considerados prescritos. Em linha com o seu estatuto social, que prevê a reversão dos dividendos prescritos em favor da Entidade, a Companhia assim procede, realizando a baixa do passivo de dividendos prescritos, tendo como contrapartida rubrica específica no resultado do exercício. Valores a restituir aos acionistas - Para os casos de grupamentos ou conversões de ações realizados pela Companhia, conforme autorizado pela legislação societária e pelos Órgãos da Administração, sempre com a comunicação oficial, legalmente requerida, cálculos são realizados para as frações de ações resultantes, apurando-se os valores a restituir aos acionistas envolvidos. As frações de ações são convertidos em valores com base no VPA - Valor Patrimonial da Ação aplicável à época da operação. Com o montante apurado, uma obrigação de restituição aos acionistas é contabilmente reconhecida pela Companhia. Após a conclusão dos atos societários aplicáveis aos grupamentos ou conversões de ações e tendo completados os prazos previstos como parte dessas operações, os valores são pagos ou colocados à disposição dos acionistas. Os valores não reclamados no prazo de 3 (três) anos, contados da data oficialmente comunicada, são considerados prescritos pela Companhia, sendo o passivo correspondente baixado em contrapartida do resultado do exercício. j) Demonstração dos fluxos de caixa - A Companhia classifica o pagamento de juros e variações monetárias sobre empréstimos e debêntures, e o recebimento de dividendos como atividades de financiamento e investimento, respectivamente, em seu fluxo de caixa. Tal classificação foi adotada por se tratar de custos de obtenção de recursos financeiros e de retorno sobre investimentos, em linha com o disposto no item 33 do CPC 03.k) Demonstração do Valor Adicionado (DVA) - A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimento controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios. l) Arrendamento - Ao firmar os contratos, a Companhia e suas controladas avaliam se esses contratos são ou contêm arrendamentos. O contrato é, ou contém, um arrendamento se ele transmite o direito de controlar o uso de ativo identificado, por um prazo estipulado, em troca de uma contraprestação definida. Os seguintes requisitos são considerados na avalição dos contratos de arrendamento: • A existência de ativo expressamente identificado no contrato ou implicitamente especificado, com identificação no momento em que é disponibilizado para a Companhia; • A Companhia tem o direito de obter, substancialmente, todos os benefícios econômicos do uso do ativo identificado, ao longo do período contratual; • A Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo identificado durante todo o prazo do contrato. No início de um contrato de arrendamento, as empresas arrendatárias reconhecem um passivo de arrendamento referente às contraprestações a serem transferidas, assim como é reconhecido um ativo de direito de uso, que representa o direito de utilizar o ativo subjacente durante o prazo do arrendamento. Não são reconhecidos ativos e passivos para os contratos com prazos que não ultrapassam 12 meses, e para os casos de arrendamento de ativos de baixo valor. Para efeito desta política, a Companhia definiu, na adoção da norma contábil, como baixo valor os montantes até R$ 20. Para os arrendamentos sobre os quais não é reconhecido um ativo e passivo inicialmente, as empresas reconhecem os pagamentos de arrendamento operacional como despesa operacional pelo método linear pelo período do arrendamento, exceto quando outra base sistemática é mais representativa para refletir o padrão de tempo no qual os benefícios econômicos do ativo arrendado são consumidos. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado ao valor presente dos pagamentos de arrendamento que não são pagos na data de início, descontados aplicando-se a taxa implícita no arrendamento. Se essa taxa não puder ser prontamente determinada, a taxa incremental de captação é utilizada. Os pagamentos de arrendamento considerados na mensuração do passivo de arrendamento incluem: • Pagamentos fixos de arrendamento, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento a receber; • Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de um índice ou uma taxa, inicialmente mensurados utilizando-se o índice ou a taxa na data de início; • O valor estimado devido pelo arrendatário em garantias de valor residual; • O preço de exercício das opções de compra, se o arrendatário tiver certeza razoável do exercício das opções; e • Pagamentos de multas pelo término do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o exercício da opção para término do arrendamento. O passivo de arrendamento é apresentado em uma linha separada no balanço patrimonial e é subsequentemente mensurado, aumentando o valor contábil para refletir os juros (taxa efetiva) sobre esse passivo e reduzindo o valor contábil para refletir o pagamento de arrendamento realizado. O passivo de arrendamento é remensurado, refletindo o efeito no respectivo ativo de direito de uso, sempre que: • O prazo de arrendamento for alterado ou houver um evento ou uma mudança significativa nas circunstâncias que resulte em uma mudança na avaliação do exercício da opção de compra de ações e, nesse caso, o passivo de arrendamento é remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto revisada. • Os pagamentos de arrendamento são alterados devido a mudanças no índice ou na taxa ou uma mudança no pagamento esperado no valor residual garantido, sendo, nesse caso, o passivo de arrendamento remensurado descontando-se os pagamentos de arrendamento revisados usando a taxa de desconto não alterada (a menos que a mudança nos pagamentos de arrendamento resulte da mudança na taxa de juros variável, sendo, nesse caso, utilizada a taxa de desconto revisada). Os ativos de direito de uso incluem a mensuração inicial do passivo de arrendamento correspondente e os pagamentos de arrendamento efetuados na ou antes da data de início, deduzidos de eventuais incentivos de arrendamento recebidos e eventuais custos diretos iniciais. Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo deduzido da depreciação acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. Sempre que uma obrigação for assumida com relação aos custos para desmontar e remover um ativo arrendado, restaurar o local no qual o ativo estiver localizado ou retornar o correspondente ativo à condição exigida segundo os termos e as condições do arrendamento, a provisão é reconhecida e mensurada de acordo com a IAS 37 (CPC 25). Na medida em que os custos se referem ao ativo de direito de uso, os custos são incluídos no correspondente ativo de direito de uso, a menos que esses custos sejam incorridos para produzir estoques. Os ativos de direito de uso são depreciados durante o período de arrendamento e a vida útil do ativo de direito de uso, qual for o menor. Se o arrendamento transferir a titularidade do correspondente ativo ou o custo do ativo de direito de uso refletir que a arrendatária espera exercer uma opção de compra, o correspondente ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do correspondente ativo. A depreciação começa na data de início do arrendamento. Os ativos de direito de uso são apresentados como uma linha separada no balanço patrimonial e são objetos de avaliação para verificação da aplicabilidade de provisão para perda para redução ao valor recuperável, conforme dispõe a IAS 36 (CPC 01 (R1). Aluguéis variáveis que não dependem de um índice ou uma taxa não fazem parte da mensuração do passivo de arrendamento e do ativo de direito de uso. Nesse caso, os pagamentos correspondentes são reconhecidos como despesa operacional do período em ocorreu o evento ou a condição que resultou nesses pagamentos. Na demonstração dos fluxos de caixa, a Companhia registra, tanto o principal quanto os juros com passivos de arrendamentos, como atividade de financiamento. PIS e COFINS sobre contratos de arrendamento - A Companhia reconhece o passivo de arrendamento pelo seu valor integral, ajustado ao valor presente, sem a redução do saldo pelos tributos PIS e COFINS.

ALGAR TELECOM S.A. - CNPJ: 71.208.516/0001-74 - Companhia Aberta

No corrente exercício, a Companhia e as suas controladas aplicaram as alterações às IFRSs emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), aplicáveis aos seus negócios, e que são obrigatoriamente válidas para um período contábil iniciado a partir de 1º de janeiro de 2023. A sua adoção não teve impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nessas demonstrações financeiras. • CPC 50 (IFRS 17) Contratos de Seguro (incluindo alterações publicadas em junho de 2020 e dezembro de 2021) - A norma estabelece os princípios para reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro e substitui o CPC 11 (IFRS 4) – Contratos de Seguro e descreve o modelo geral, modificado para contratos de seguro com características de participação direta, descrito como abordagem de taxa variável. Na avaliação da Companhia, ela não possui contratos que atendam à definição de contrato de seguro de acordo com o CPC 50 (IFRS 17). • Alterações à IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras e IFRS Declaração de Prática 2 – Fazendo Julgamentos de Materialidade - As alterações, adotadas pela Companhia no exercício corrente, modificam as exigências contidas na IAS 1 com relação à divulgação das políticas contábeis e substituem todos os exemplos do termo 'principais políticas contábeis' por 'informações materiais da política contábil'. As informações da política contábil são materiais se, quando consideradas em conjunto com outras informações incluídas nas demonstrações financeiras de uma entidade, puderem razoavelmente influenciar as decisões dos principais usuários das demonstrações financeiras de propósito geral, tomadas com base nessas demonstrações financeiras. Os parágrafos de apoio na IAS 1 também são alterados para esclarecer que as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições imateriais são irrelevantes e não precisam ser divulgadas. As informações da política contábil podem ser materiais devido à natureza das correntes transações, outros eventos ou condições, mesmo que os valores sejam irrelevantes. Nem todas as informações da política contábil relacionadas a transações, outros eventos ou condições relevantes são materiais por si só. As alterações, cuja adoção não traz impacto relevante nas demonstrações financeiras da Companhia, introduzem uma exceção adicional da isenção de reconhecimento inicial. De acordo com as alterações, a Companhia não aplica a isenção de reconhecimento inicial para transações que resultam em diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares. Dependendo da legislação tributária aplicável, diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis similares podem surgir no reconhecimento inicial de um ativo e passivo em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afeta nem o lucro contábil nem o lucro tributável. A entidade deve reconhecer o correspondente ativo e passivo fiscal diferido, sendo que o reconhecimento de eventual ativo fiscal diferido está sujeito aos critérios de recuperabilidade contidos na IAS 12. • Alterações à IAS 8 – Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativas e Retificação de Erros — Definição de Estimativas Contábeis - A Companhia adotou as alterações à IAS 8 pela primeira vez no exercício corrente. Essas alterações substituem a definição de mudança nas estimativas contábeis pela definição de estimativas contábeis. De acordo com a nova definição, estimativas contábeis são "valores monetários nas demonstrações financeiras sujeitos à incerteza na mensuração". A definição de mudança nas estimativas contábeis foi excluída. Normas novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis - As normas e interpretações novas e alteradas, que foram emitidas, mas ainda não estavam em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras do Grupo, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor, e não espera que a sua adoção tenha um impacto relevante sobre as suas demonstrações financeiras, em períodos futuros. • Alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) - Demonstrações Consolidadas e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) – Investimentos em Coligadas, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto — Venda ou Contribuição na forma de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou Controlada em Conjunto - As alterações à IFRS 10 (CPC 36 (R3)) e à IAS 28 (CPC 18 (R2)) tratam de situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou *joint venture*. Especificamente, os ganhos e as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou *joint venture* contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial são reconhecidos no resultado da controladora apenas proporcionalmente às participações do investidor não relacionado nessa coligada ou *joint venture*. Da mesma forma, os ganhos e as perdas resultantes da remensuração de investimentos retidos em alguma antiga controlada (que tenha se tornado coligada ou *joint venture* contabilizada pelo método de equivalência patrimonial) ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações do investidor não relacionado na nova coligada ou *joint venture*. A data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB, mas a adoção antecipada é permitida. Os diretores da Companhia acreditam que a adoção dessas alterações não terá impacto relevante sobre as demonstrações financeiras consolidadas, caso venham a ocorrer transações dessa natureza. • Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras (CPC 26 (R1)) - Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes - As alterações à IAS 1 publicadas em janeiro de 2020 afetam apenas a apresentação de passivos como circulantes ou não circulantes no balanço patrimonial e não o valor ou a época de reconhecimento de qualquer ativo, passivo, receita ou despesas, ou as informações divulgadas sobre esses itens. De acordo com essas alterações: (i) a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço; (ii) a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, (iii) os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço; (iv) a definição de 'liquidação' diz que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços. As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Os diretores da Companhia não acreditam que a aplicação dessas alterações possa acarretar algum impacto significativo sobre as suas demonstrações financeiras consolidadas. • Alterações à IAS 1 – Apresentação das Demonstrações Financeiras - Passivo Não Circulante com Covenants - As alterações indicam que apenas covenants que uma entidade deve cumprir em ou antes que o final do período de relatório, afetam o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório. Isto deve ser considerado na avaliação da classificação do passivo como circulante ou não circulante. Esses covenants afetam se o direito existe no final do período de relatório, mesmo se o cumprimento do covenant é avaliado apenas após a data do relatório. O IASB também determina que o direito de postergar a liquidação de um passivo por no mínimo 12 meses após a data do relatório não é afetado se uma entidade tem apenas que cumprir um covenant após o período de relatório. Porém se o direito da entidade de postergar a liquidação de um passivo estiver sujeito ao cumprimento de covenants pela entidade dentro do período de 12 meses após a data do relatório, a entidade deve divulgar informações que permitem aos usuários das demonstrações financeiras entenderem o risco dos passivos se tornarem amortizáveis dentro do período de 12 meses após a data do relatório. As alterações são aplicadas retrospectivamente para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. Os diretores da Companhia entendem que a aplicação dessas alterações não tenha um impacto relevante sobre as demonstrações financeiras consolidadas, tendo em vista a natureza e a composição dos Covenants previstos nos contratados de captação de recursos financeiros atualmente vigentes. • Alterações a IAS 7 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e ao IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações—Acordos de Financiamento de Fornecedores. As alterações acrescentam um objetivo de divulgação na IAS 7 afirmando que uma entidade deve divulgar informações sobre seus acordos de financiamento de fornecedores que permitem aos usuários das demonstrações financeiras avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa da entidade. Adicionalmente, a IFRS 7 foi alterada para acrescentar acordos de financiamento de fornecedores como um exemplo dentro das exigências para divulgar informações sobre a exposição da entidade à concentração do risco de liquidez. O termo 'acordos de financiamento de fornecedores' não é definido. Em vez disso, as alterações descrevem as características de um acordo para o qual a entidade deveria fornecer as informações. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores: • Os termos e as condições dos acordos; • O valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos; • O valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento • As faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores • Informações sobre o risco de liquidez. As alterações, que contêm medidas de transição específicas para o primeiro período anual no qual a entidade aplica as alterações, são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. • Alterações à IFRS 16 – Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de "Sale and Leaseback". As alterações ao IFRS16 acrescentam exigências de mensuração subsequente para transações de venda e leaseback, que satisfazem as exigências do CPC 47 (IFRS 15), para fins de contabilização como venda. As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine 'pagamentos de arrendamento' ou 'pagamentos de arrendamento revisados' de modo que o ele não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de que aplica as exigências gerais na IFRS16. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa. As alterações são aplicáveis para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024, sendo permitida a adoção antecipada. O vendedor-arrendatário aplica as alterações retrospectivamente de acordo com o CPC 23 (IAS 8) a transações de venda e leaseback celebradas após a data da adoção inicial, que é definida como o início do período anual de relatório no qual a entidade aplicou a IFRS16 pela primeira vez.

4. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Caixa e bancos	18.551	23.911	11.307	5.691
Aplicações de liquidez imediata	1.172.604	696.961	856.654	426.223
	1.191.155	720.872	867.961	431.914

As aplicações financeiras referem-se, principalmente, a CDB (Certificados de Depósito Bancário) e Operações Compromissadas (títulos emitidos pelos bancos, lastreados por títulos privados ou públicos, registrados na CETIP), remuneradas por uma taxa média de 103,9% (107,7% em 2022) do CDI no individual e 102,7% (105,9% em 2022) do CDI no consolidado. A exposição da Companhia e suas controladas a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros estão divulgados na nota explicativa nº 34c.

5. Aplicações financeiras de longo prazo - Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 a Companhia e a sua controlada Algar Multimídia possuíam aplicações financeiras de liquidez não imediata, as quais estavam dadas em garantia de processos judiciais envolvendo essas sociedades.

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Aplicações de longo prazo:				
Algar Telecom	1.290	1.163	1.290	1.163
Algar Multimídia	-	1.565	-	-
Total das aplicações de longo prazo	1.290	2.728	1.290	1.163

6. Contas a receber

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Valores faturados	686.443	874.633	524.087	520.218
Valores não faturados	215.790	207.303	119.639	104.480
	902.233	1.081.936	643.726	624.698
Ajuste a valor presente	(8.789)	(23.559)	(5.747)	(16.178)
Provisão para perda esperada	(98.854)	(99.320)	(57.167)	(55.097)
	794.590	959.057	580.812	553.423
Ativo circulante	782.808	869.118	570.636	491.767
Ativo não circulante	11.782	89.939	10.176	61.656

a) Composição, por idade, dos valores a receber vencidos e saldo dos valores a vencer:

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Vencidos até 30 dias	65.767	77.507	40.784	40.425
Vencidos entre 31 e 60 dias	21.169	38.005	12.634	19.004
Vencidos entre 61 e 90 dias	12.938	24.593	8.653	13.264
Vencidos entre 91 e 120 dias	12.175	22.847	7.330	13.153
Vencidos há mais de 120 dias	189.210	252.829	110.469	139.654
Total vencidos	301.259	415.781	179.870	225.500
Valores faturados a vencer	385.189	458.852	344.217	294.718
Valores não faturados	215.785	207.303	119.639	104.480
	902.233	1.081.936	643.726	624.698

b) Movimentação da provisão para perda esperada

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	(99.320)	(86.549)	(55.097)	(64.631)
Constituição de provisão no período	(92.351)	(36.329)	(56.823)	(9.003)
Baixas contra contas a receber	92.817	23.558	54.753	18.537
Saldo Final	(98.854)	(99.320)	(57.167)	(55.097)

7. Tributos a recuperar

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
ICMS - ativo imobilizado (i)	117.267	133.118	39.567	40.764
ICMS a compensar	15.815	16.701	6.736	3.140
PIS/COFINS	22.338	42.802	16.141	33.811
IRPJ/CSLL	87.468	101.826	73.349	79.370
IRRF	-	1.407	-	-
INSS	8.707	8.315	6.591	6.248
ISS	98	14	-	14
Outros	988	-	645	-
	252.681	304.183	143.029	163.347
Ativo circulante	108.866	154.037	65.727	90.497
Ativo não circulante	143.815	150.146	77.302	72.850

(i) Os valores correspondentes ao "ICMS - ativo imobilizado" referem-se a créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado, compensáveis à razão de 1/48 por mês, conforme Lei Complementar nº 102/2000.

8. Despesas antecipadas

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Comissões sobre vendas (CPC 47) (i)	182.886	170.916	58.528	64.732
Licenças de softwares	17.964	10.190	6.856	5.741
Taxas ANATEL	5.808	8.438	5.808	8.438
Infraestrutura de telecomunicações - contrato de uso (ii)	-	67.975	-	67.975
Seguros a apropriar	1.627	1.606	919	843
Subsídios de aparelhos celulares	8.456	7.005	8.456	7.005
Custo de serviços de Telecom	13.362	-	13.362	-
Outras	5.366	4.972	4.946	4.556
	235.469	271.102	98.875	159.290
Ativo circulante	128.286	116.589	70.107	66.905
Ativo não circulante	107.183	154.513	28.768	92.385

(i) Refere-se ao custo incremental por obtenção de contratos, reconhecido conforme disposto no CP 47- Receita de contrato com cliente. As apropriações ocorrem em bases sistemáticas consistentes com as transferências dos serviços ao cliente, tendo como base o prazo médio estimado para os contratos.

(ii) De acordo com o contrato firmado com a Sparkle em 12 de dezembro de 2023, no qual a Companhia cedeu o restante das frequências do cabo submarino (Cabo Monet), houve o entendimento de que a operação caracterizou um arrendamento financeiro, sendo reconhecido um ativo de direito de uso no montante de R$ 19.975, já disponibilizado para venda, e portanto, reclassificado para rubrica especifica de ativo mantido para venda. Durante o exercício de 2023 foi apropriado ao resultado o valor de R$ 2.839 e, em razão da característica da negociação final, conforme o contrato, o saldo restante, de R$ 45.161, foi baixado para resultado, como ajuste ao valor recuperável.

9. Imposto de renda e contribuição social - a) Imposto de renda e contribuição social a compensar (pagar)

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Imposto de renda e contribuição social (i)	(27.992)	(34.449)	(2.400)	-
Antecipação de IRPJ e CSLL e incentivos fiscais	6.370	2.083	2.400	-
	(21.622	(32.366)	-	-
Saldo passivo circulante	(21.622	(32.366	-	-

(i) A Algar Soluções, ex controlada da Companhia e incorporada pela Vogel, , possuiu decisões transitadas em julgado nos anos de 1992 e 2014, as quais prescreveram o direito do não recolhimento da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Em decorrência da conclusão do julgamento relativo aos Temas 881 e 885, que discutem os efeitos da coisa julgada, o Supremo Tribunal Federal ("STF"), definiu que as decisões proferidas em controle difuso ou concentrado cessam os efeitos de decisões anteriores transitadas em julgado, e, quanto a análise de modulação de efeitos, o STF não acatou o pedido para que os efeitos deste julgamento se iniciassem após a conclusão do julgamento. Por ocasião deste julgamento, em 31 de dezembro de 2022 foi reconhecido o montante de R$ 21.456 referente aos valores não recolhidos a título de CSLL nos últimos 5 (cinco) anos. Considerando a particularidade de possuir duas decisões transitadas em julgado sobre o tema (a primeira de 1992 e a segunda de 2014), a Companhia ajuizou medida judicial visando afastar a exigibilidade da CSLL, tendo obtido decisão liminar favorável ao seu pleito. Em paralelo, a Companhia aguarda o julgamento dos Embargos de Declaração a ser realizado pelo STF nos Temas 881 e 885 ou a publicação de ato normativo pelo Congresso Nacional e/ou Receita Federal para definir as medidas a serem adotadas.

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos

		Consolidado		Individual	
		31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
	Diferenças temporárias ativas				
a	Prejuízo fiscal (*)	924.080	692.617	433.363	412.845
b	Base de cálculo negativa CSLL (*)	947.970	719.449	458.176	439.261
c	Provisões de processos	264.426	254.914	189.988	178.713
d	Provisões para perda esperada com clientes	65.035	101.660	36.110	45.236
e	Provisão para perda de imobilizado e estoque	113.273	40.273	61.213	40.273
f	Fornecedores a Faturar	117.190	61.000	89.557	36.199
g	Arrendamentos - IFRS 16	85.742	57.360	60.881	43.359
h	Provisões e outras	248.073	118.007	186.801	74.716
i	Base de cálculo diferenças temporárias ativas (soma de c até h)	893.739	633.214	624.550	418.496
	Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
j	IR Diferido prejuízos fiscais 25% (25% de a)	231.020	173.154	108.341	103.211
k	CSLL Diferido 9% (9% de b)	85.317	64.750	41.235	39.533
l	Total (34% de i) + j + kl)	620.208	453.197	361.923	285.033
m	Impostos diferidos não constituídos	(674)	(674)	(674)	(674)
n	Total (l+m)	619.534	452.523	361.249	284.359
	Diferenças temporárias passivas				
o	Ajuste de Avaliação patrimonial de ativos próprios (Custo Atribuído a Ativos)	4.098	4.126	4.098	4.126
p	Diferença de depreciação - CPC 20	785.805	631.834	429.428	350.291
q	Juros sobre obras, capitalizados	56.282	64.628	52.857	60.701
r	Ajustes CPC 47 - comissões diferidas	183.184	169.732	58.825	64.732
s	Ajustes CPC 48 - provisão para perdas de contas a receber	120.823	132.157	70.063	59.471
t	Amortização despesas com emissão de Debêntures	42.414	23.400	42.414	23.400
u	Mais valia Vogel	55.360	55.360	-	-
v	Lei 11.638/2007 e outros	14.829	12.446	11.969	10.116
w	Base de cálculo diferenças temporárias passivas (o até v)	1.262.795	1.093.683	669.654	572.837
	Alíquota nominal	34%	34%	34%	34%
x	Total (34% de w)	429.350	371.852	227.682	194.765
y	Imposto de renda e contribuição social (n + x)	1.048.885	824.375	588.931	479.123
z	Total do imposto de renda e contribuição social (x)	429.350	371.852	227.682	194.765
aa	Total do imposto de renda e contribuição social- Passivo Líquido (n - z)	190.184	80.671	133.567	89.594
ab	Imposto de renda e contribuição social diferidos ativo, líquido	199.872	129.719	99.442	89.594
ac	Imposto de renda e contribuição social diferidos passivos, líquidos (aa - ab)	(9.688)	(49.048)	34.125	-

(*) Em decorrência da avaliação e mensuração acerca dos lucros tributáveis futuros, necessários para a recuperabilidade dos tributos diferidos sobre prejuízos fiscais, a Companhia decidiu suspender a constituição adicional de imposto de renda e contribuição social diferidos, acima do respectivo limite, até o momento em que se torne possível a recuperação desses tributos. Em 31/12/2023 havia o montante de R$ 48 milhões de IRPJ/CSLL diferidos não constituídos.

A expectativa de realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos, sobre o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social está apresentada a seguir:

	Consolidado
	31/12/2023
2027	6
2028	7
2029	9
2030	15
2031	20
2032 e após	364.315
	364.372

c) Tributos sobre o resultado

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Corrente:				
Imposto de renda	967	(851)	586	-
Contribuição social	254	(22.444)	201	-
	1.221	(23.295)	787	-
Diferido:				
Imposto de renda	80.716	120.654	32.439	53.783
Contribuição social	28.797	29.387	11.534	19.426
	109.513	150.041	43.973	73.209
	110.734	126.746	44.760	73.209
Imposto de renda	81.683	119.803	33.025	53.783
Contribuição social	29.051	6.943	11.735	19.426
	110.734	126.746	44.760	73.209

d) Demonstração da alíquota efetiva de imposto de renda e contribuição social - A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais nominais combinadas com a despesa registrada no resultado está demonstrada abaixo:

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes dos tributos sobre o lucro e da equivalência patrimonial	(263.494)	(75.303)	(109.054)	(182.669)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota fiscal nominal combinada de 34%	89.588	25.603	37.078	62.108
Baixa Amortização de ágio diferido (i)	-	18.014	-	5.694
IR/CS diferidos constituídos (ii)	-	88.632	-	-
Reconhecimento de contribuição social em controlada	-	(21.456)	-	-
Efeito de crédito presumido de ICMS sobre a base fiscal de IRPJ/CSLL	2.692	-	2.692	-
Baixa por prescrição de IRPJ/CSLL (iii)	7.640	-	1.828	-
Efeito de isenção de contribuição social	-	7.927	-	-
PAT – Programa de alimentação do trabalhador	969	73	469	-
Redução de IR por incentivo fiscal - Sudene	-	1.027	-	-
Outras adições e exclusões permanentes	8.048	8.387	2.279	5.258
Outros ajustes	1.797	(1.461)	414	149
Imposto de renda e contribuição social sobre o resultado do exercício	110.734	126.746	44.760	73.209
Alíquota efetiva	-42,03%	-168,31%	-41,04%	-40,08%

(i) Baixa de IRPJ/CSLL diferidos passivo sobre amortização de *Goodwill.*

(ii) Constituição IR/CS diferidos ativo na Vogel.

(iii) Refere-se a passivo de imposto de renda e contribuição social, cuja exigibilidade cessou, por decorrência de prazo, sendo a baixa reconhecida em 2023.

10. Investimentos

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Participação em empresas controladas:				
Investimento pela equivalência patrimonial	-	-	2.430.039	2.793.540
Mais-valia sobre ativos de sociedade adquirida	-	-	11.081	13.065
Ágio (*goodwill*) na aquisição de sociedade	-	-	21.149	21.149
Outros investimentos	1.466	1.466	1.340	1.340
	1.466	1.466	2.463.609	2.829.094

a) Mutação dos investimentos

	Algar Multimídia	Algar Soluções	Smart	Vogel	Outros investimentos	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2021	961.315	1.286.428	65.462	-	1.340	2.314.545
Equivalência patrimonial	19.818	166.305	4.796	(30.016)	-	160.903
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	369.500	10.000	-	-	379.500
Dividendos mínimos obrigatórios - 2022	(4.867)	-	(1.254)			(6.121)
Dividendos adicionais de 2021, aprovados	-	(3.400)	(14.349)	-	-	(17.749)
Amortização de Mais valia – Smart	-	-	(1.984)	-	-	(1.984)
Reclassificação devido incorporação da Algar Soluções pela Vogel em 31/12/2022	-	(1.818.833)	-	1.818.833	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2022	976.266	(88.466)	62.671	1.788.817	1.340	2.829.094
Equivalência patrimonial	27.270	-	(262)	(115.474)	-	(88.466)
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	10.000	-	10.000
Dividendos mínimos obrigatórios - 2023	(6.697)	-	-	-	-	(6.697)
Dividendos adicionais de 2022, aprovados	(1.722)	-	-	-	-	(1.722)
Distribuição de lucros retidos	(276.615)	-	-	-	-	(276.615)
Amortização de Mais valia – Smart	-	-	(1.985)	-	-	(1.985)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	718.502	-	60.424	1.683.343	1.340	2.463.609

b) Informações sobre as controladas diretas, com base nas demonstrações financeiras. de 31 de dezembro de 2023

	31/12/2023		
	Algar Multimídia	Smart Telecom	Vogel
Ativo circulante	260.437	27.111	409.078
Ativo não circulante	781.402	41.334	1.869.387
Total do ativo	1.041.839	68.445	2.278.465
Passivo circulante	131.281	16.558	244.458
Passivo não circulante	195.458	9.343	361.612
Patrimônio líquido	715.100	42.544	1.672.395
Capital social	646.177	31.500	2.099.617
Receita líquida	486.931	18.049	688.587
Resultado líquido do exercício	27.270	(262)	(115.473)

	31/12/2022			
	Algar Multimídia	Algar Soluções (incorporada)	Smart Telecom	Vogel (*)
Ativo circulante	414.266	-	21.220	424.432
Ativo não circulante	903.859	-	45.916	1.812.469
Total do ativo	1.318.125	-	67.136	2.236.901
Passivo circulante	148.498	-	8.138	252.946
Passivo não circulante	196.762	-	16.192	206.087
Patrimônio líquido	972.865	-	42.806	1.777.868
Capital social	646.177	-	31.500	2.019.617
Receita líquida	512.537	588.135	22.575	152.118
Resultado líquido do exercício	19.818	166.305	4.796	75.339

(*) Controlada direta da Companhia a partir de 31/12/2022.

b) Quantidades de ações e quotas possuídas pela controladora:

	31/12/2023 e 31/12/2022		
	Algar Multimídia	Smart Telecom	Vogel
Quantidade de ações ou quotas possuídas:			
Ações ON	41.015	-	607.654.024
Ações PN	21.250	-	-
Quotas	-	2.500.000	-
	62.265	2.500.000	607.654.024
Percentual de participação direta da controladora:			
No capital social	100%	100%	100%
No capital votante	100%	100%	100%

11. Imobilizado - Com base nos fatos citados na nota explicativa n° 1(d), no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023 houve a deterioração de determinadas atividades-chave de controles internos relacionadas ao reconhecimento e mensuração de gastos relacionados a obras em andamento. Diante disso, a Administração decidiu que irá rever os processos e controles internos relacionados a obras em andamento durante o exercício de 2024 a fim de mensurar adequadamente o montante relacionado a provisão para a perda constituída além de dar mais segurança e celeridade ao processo de reconhecimento de tais ativos. Os trabalhos e análises encontram-se em andamento na data de aprovação das demonstrações financeiras, individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. A estimativa de perda registrada preliminarmente com base na melhor estimativa disponível neste momento, até que trabalhos adicionais permitam a conclusão acerca do valor e da devida classificação contábil, é de R$73.000, no consolidado e R$ 20.940 no individual, com efeitos nas rubricas de obra em andamento no ativo não circulante e outras despesas operacionais no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Por fim, conforme também mencionado na nota explicativa n° 1(d) a Companhia reconheceu o montante de R$15.000, no consolidado, e R$ 4.303 no individual, na rubrica de custos de manutenção de rede no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, decorrente da correção de capitalizações errôneas de determinados gastos com manutenção de redes.

11. Imobilizado - a) Imobilizado - Valor líquido contábil - consolidado:

Consolidado	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos de comutação	Equipamentos de terminais	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Infraestrutura	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Terrenos	Mais Valia	Obras em andamento e outros	Total
31/12/2023													
Custo	198.024	386.090	1.161.287	3.018.741	151.533	177.482	7.934	140.193	1.229.269	13.473	64.020	207.670	6.755.716
Depreciação acumulada	(108.861)	(348.147)	(562.493)	(1.537.521)	(25.154)	(116.673)	(7.009)	(121.693)	(912.380)	-	(8.315)	-	(3.748.246)
Imobilizado líquido	89.163	37.943	598.794	1.481.220	126.379	60.809	925	18.500	316.889	13.473	55.705	207.670	3.007.470
31/12/2022													
Custo	211.571	385.576	966.595	3.033.377	142.523	175.454	8.193	139.100	1.137.425	17.007	64.020	484.510	6.765.351
Depreciação acumulada	(111.438)	(340.576)	(457.966)	(1.491.852)	(100.633)	(111.010)	(7.075)	(116.652)	(834.872)	-	(4.782)	-	(3.576.856)
Imobilizado líquido	100.133	45.000	508.629	1.541.525	41.890	64.444	1.118	22.448	302.553	17.007	(59.238)	484.510	3.188.495

b) Imobilizado - movimentação do custo - consolidado:

Consolidado	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos de comutação	Equipamentos de terminais	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Infraestrutura	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Terrenos	Mais valia	Obras em andamento e outros	Eliminações	Total
31/12/2021	206.727	386.873	869.810	2.872.136	134.114	171.521	10.121	103.592	1.125.834	17.007	64.020	349.707	-	6.311.462
Adições	-	-	430	1.239	-	-	-	6	1.120	-	-	503.780	(147)	506.428
Baixas	(26)	(2.383)	(56.717)	(10.437)	(1.001)	(262)	(1.928)	(382)	(6.181)	-	-	(387)	147	(79.557)
Transferências *	4.870	1.086	153.072	170.439	9.410	4.195	-	35.884	16.652	-	-	(368.590)	-	27.018
31/12/2022	211.571	385.576	966.595	3.033.377	142.523	175.454	8.193	139.100	1.137.425	17.007	64.020	484.510	-	6.765.351
Adições	9	9	7.786	6.496	257	376	-	362	2.946	-	-	411.752	-	429.993
Baixas	(25.019)	(983)	(53.937)	(253.304)	(1.429)	(282)	(259)	(2.102)	(14.730)	(3.534)	-	(6.693)	-	(362.272)
Provisão para perda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(73.000)	-	(73.000)
Transferências *	11.463	1.488	240.843	232.172	10.182	1.934	-	2.833	103.628	-	-	(608.899)	-	(4.356)
31/12/2023	198.024	386.090	1.161.287	3.018.741	151.533	177.482	7.934	140.193	1.229.269	13.473	64.020	207.670	-	6.755.716

(*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

c) Imobilizado - movimentação da depreciação - consolidado:

Consolidado	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos de comutação	Equipamentos de terminais	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Infraestrutura	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Mais valia	Total
31/12/2021	(106.369)	(333.095)	(370.557)	(1.235.569)	(91.936)	(239.640)	(8.314)	(81.516)	(773.094)	-	(3.240.090)
Adições	(5.080)	(9.789)	(133.947)	(98.345)	(9.277)	(17.983)	(159)	(8.833)	(97.654)	(4.782)	(385.849)
Baixas	10	2.308	50.935	4.866	968	252	1.398	300	4.050	-	65.087
Transferências *	1	-	(4.397)	(162.804)	(388)	146.361	-	(26.603)	31.826	-	(16.004)
31/12/2022	(111.438)	(340.576)	(457.966)	(1.491.852)	(100.633)	(111.010)	(7.075)	(116.652)	(834.872	(4.782)	(3.576.856)
Adições	(4.686)	(8.554)	(150.758)	(116.309)	(9.260)	(5.799)	(132)	(6.952)	(90.876)	(3.533)	(396.859)
Baixas	8.445	983	46.231	152.327	1.270	136	198	1.911	13.968	-	225.469
Transferências *	(1.182)	-	-	(81.687)	83.469	-	-	-	(600)	-	-
31/12/2023	(108.861)	(348.147)	(562.493)	(1.537.521)	(25.154)	(116.673)	(7.009)	(121.693)	(912.380)	(8.315)	(3.748.246)

(*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

d. Imobilizado – valor líquido contábil - individual:

Individual	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos de comutação	Equipamentos de terminais	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Infraestrutura	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Terrenos	Obras em andamento e outros	Total
31/12/2023												
Custo	117.548	384.307	665.987	1.393.012	98.794	115.743	2.074	74.211	621.417	8.484	94.881	3.576.458
Depreciação acumulada	(69.740)	(346.430)	(341.341)	(907.357)	(18.134)	(86.187)	(1.401)	(65.861)	(486.871)	-	-	(2.323.322)
Saldo líquido	47.808	37.877	324.646	485.655	80.660	29.556	673	8.350	134.546	8.484	94.881	1.253.136
31/12/2022												
Custo	136.769	383.784	587.057	1.545.520	93.620	114.550	2.224	73.727	566.966	11.918	185.274	3.701.409
Depreciação acumulada	(73.967)	(338.870)	(300.105)	(954.672)	(72.209)	(83.017)	(1.470)	(64.935)	(461.657)	-	-	(2.350.902)
Saldo líquido	62.802	44.914	286.952	590.848	21.411	31.533	754	8.792	105.309	11.918	185.274	1.350.507

e) Imobilizado – movimentação do custo - individual:

Individual	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos de comutação	Equipamentos de terminais	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Infraestrutura	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Terrenos	Obras em andamento e outros	Total
31/12/2021	135.035	385.081	571.794	1.513.486	91.887	114.406	3.473	73.798	550.465	11.918	113.244	3.564.587
Adições	-	-	14	51	-	-	-	-	-	-	201.189	201.254
Baixas	(25)	(2.383)	(45.774)	(5.406)	(727)	(238)	(1.249)	(337)	(4.155)	-	(263)	(60.557)
Transferências *	1.759	1.086	61.023	37.389	2.460	382	-	266	20.656	-	(128.896)	(3.875)
31/12/2022	136.769	383.784	587.057	1.545.520	93.620	114.550	2.224	73.727	566.966	11.918	185.274	3.701.409
Adições	4	10	4.252	3.021	217	334	-	261	1.430	-	225.635	235.164
Baixas	(25.010)	(974)	(43.759)	(249.102)	(821)	(210)	(150)	(1.923)	(11.460)	(3.434)	(2.966)	(339.809)
Provisão para perda	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(20.940)	(20.940)
Transferências *	5.785	1.487	118.437	93.573	5.778	1.069	-	2.146	64.481	-	(292.122)	634
31/12/2023	117.548	384.307	665.987	1.393.012	98.794	115.743	2.074	74.211	621.417	8.484	94.881	3.576.458

(*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

ALGAR TELECOM S.A. - CNPJ: 71.208.516/0001-74 - Companhia Aberta

f) Imobilizado – movimentação da depreciação - individual:

	Individual									
	Edifícios e benfeitorias	Equipamentos de comutação	Equipamentos de terminais	Equipamentos e meios de transmissão	Equipamentos de energia e climatização	Infraestrutura	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de processamento de dados e outros	Total
31/12/2021	(70.703)	(331.415)	(269.161)	(912.553)	(67.759)	(79.631)	(2.273)	(61.889)	(427.986)	(2.223.370)
Adições	(3.274)	(9.763)	(72.820)	(44.845)	(5.169)	(3.620)	(80)	(3.314)	(37.514)	(180.399)
Baixas	10	2.308	41.874	2.688	719	234	883	268	3.849	52.833
Transferências *	-	-	2	38	-	-	-	-	(6)	34
31/12/2022	(73.967)	(338.870)	(300.105)	(954.672)	(72.209)	(83.017)	(1.470)	(64.935)	(461.657)	(2.350.902)
Adições	**(3.045)**	**(8.534)**	**(79.344)**	**(46.308)**	**(5.222)**	**(3.279)**	**(53)**	**(2.739)**	**(36.400)**	**(184.924)**
Baixas	**8.445**	**974**	**38.108**	**150.953**	**794**	**109**	**122**	**1.813**	**11.186**	**212.504**
Transferências *	**(1.173)**	**-**	**-**	**(57.330)**	**58.503**	**-**	**-**	**-**	**-**	**-**
31/12/2023	**(69.740)**	**(346.430)**	**(341.341)**	**(907.357)**	**(18.134)**	**(86.187)**	**(1.401)**	**(65.861)**	**(486.871)**	**(2.323.322)**

(*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

Informações complementares sobre o ativo imobilizado - g) Bens vinculados à concessão - Os contratos de concessão do STFC - "Serviço Telefônico Fixo Comutado" preveem que os bens da Companhia indispensáveis à prestação do serviço e qualificados como "bens reversíveis", quando da extinção da concessão reverterão automaticamente à ANATEL, sendo resguardado à Companhia o direito à indenização cabível, conforme legislação aplicável. Os valores de 2022 apresentados abaixo referem-se à relação de bens reversíveis encaminhada à ANATEL em abril de 2023. Esses valores substituem aqueles divulgados quando da apresentação das demonstrações financeiras do exercício de 2022, na época considerados como prévia. Os bens relacionados em 2023, conforme valores demonstrados abaixo, são uma prévia da relação de bens reversíveis a ser encaminhada para aprovação da ANATEL em abril de 2024, conforme regulamentação.

	Consolidado					
	31/12/2023			31/12/2022		
	Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Direito de Uso de Backbone	**2.754**	**(849)**	**1.905**	2.753	(690)	2.063
Edifícios e benfeitorias	**69.200**	**(29.224)**	**39.976**	89.564	(35.262)	54.302
Equipamentos de energia e climatização	**74.454**	**(61.101)**	**13.353**	70.824	(58.071)	12.753
Equipamentos de comutação	**218.391**	**(196.082)**	**22.309**	218.151	(192.647)	25.504
Equipamentos de processamento de dados	**227.298**	**(189.895)**	**37.403**	212.282	(184.201)	28.081
Equipamentos e meios de transmissão	**818.562**	**(558.737)**	**259.825**	891.922	(661.076)	230.846
Equipamentos de terminais	**68.695**	**(43.400)**	**25.295**	66.571	(41.727)	24.844
Infraestruturas	**101.990**	**(75.840)**	**26.150**	101.172	(73.099)	28.073
Licenças de concessão PPDUR	**5.640**	**(4.887)**	**753**	5.640	(4.631)	1.009
Móveis e utensílios	**31.321**	**(27.702)**	**3.619**	30.748	(28.004)	2.744
Outorgas regulatórias	**2.947**	**(2.663)**	**284**	2.820	(2.603)	217
Sistemas de informação	**290.695**	**(242.386)**	**48.309**	270.478	(228.231)	42.247
Terrenos	**26.429**	**-**	**26.429**	28.880	-	28.880
Veículos	**1.416**	**(889)**	**527**	1.567	(969)	598
	1.939.792	**(1.433.655)**	**506.137**	1.993.372	(1.511.211)	482.161

h) Bens dados em garantia - Em 31 de dezembro de 2023 a Companhia e suas controladas não possuíam bens dados em garantia de processos judiciais e empréstimos e financiamentos. i) Saldos de custos de empréstimos capitalizados no ativo imobilizado - No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia capitalizou custos de empréstimos em itens qualificáveis do ativo imobilizado no valor de R$ 16.408 (R$ 18.780 em 2022), o que corresponde a 32% (27% em 2022) do total de juros contabilizados e passíveis de capitalização. No consolidado, o valor e o percentual são os mesmos apresentado pela Companhia, individualmente. j) Ociosidade de ativos - A Companhia e suas controladas não possuíam ativos imobilizados relevantes que estivessem na condição de ociosos em 31 de dezembro de 2023.

k) Imobilizado em andamento - Os principais projetos que compõem o grupo de "Obras em andamento" são:

	Consolidado		Consolidado	
Descrição	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Investimento para atendimento de clientes	**95.545**	**127.636**	32.203	46.322
Investimentos de melhorias de rede	**44.444**	**64.858**	38.762	38.713
Investimento na rede Ultra Banda Larga	**4.999**	**15.967**	4.633	16.101
Investimentos de expansão de rede	**7.402**	**13.991**	4.193	5.371
Investimentos de Infra para TI	**1.930**	**12.595**	1.302	7.178
Aparelhos e materiais imobilizados	**120.597**	**239.589**	29.232	65.923
Outros	**5.753**	**9.874**	5.496	5.666
Provisão para perda	**(73.000)**	**-**	(20.940)	-
	207.670	**484.510**	94.881	185.274

l) Teste de redução ao valor recuperável - Conforme descrito na nota explicativa 12g.

12. Intangível - a) Intangível – valor líquido contábil – consolidado

	Consolidado										
	Marcas e patentes	PPDUR - Preço público rádio frequência	Direito de uso - backbone	Outorgas regulatórias	Sistemas de informação	Desenvolvimento de soluções tecnológicas	Carteira de clientes	Mais valia na aquisição de sociedades	Ágio em investimentos na aquisição de sociedades	Intangível em andamento	Total
	31/12/2023										
Custo	**517**	**6.142**	**93.455**	**186.394**	**814.108**	**47.986**	**2.185**	**78.896**	**243.140**	**75.817**	**1.548.640**
Amortização acumulada	**(214)**	**(5.596)**	**(46.021)**	**(120.061)**	**(606.031)**	**(13.435)**	**(750)**	**(71.820)**	**(10.567)**	**-**	**(874.495)**
Saldo líquido	**303**	**546**	**47.434**	**66.333**	**208.077**	**34.551**	**1.435**	**7.076**	**232.573**	**75.817**	**674.145**
	31/12/2022										
Custo	517	6.209	93.388	185.799	742.710	20.956	2.800	78.896	243.140	96.523	1.470.938
Amortização acumulada	(110)	(5.031)	(41.646)	(88.285)	(570.605)	(7.858)	(481)	(67.711)	(10.567)	-	(792.294)
Saldo líquido	407	1.178	51.742	97.514	172.105	13.098	2.319	11.185	232.573	96.523	678.644

b) Intangível – movimentação do custo - consolidado

	Consolidado											
	Marcas e patentes	PPDUR - Preço público rádio frequência	Direito de uso - backbone	Outorgas regulatórias	Sistemas de informação	Desenvolvimento de soluções tecnológicas	Carteira de clientes	Mais valia na aquisição de sociedades	Ágio em investimentos na aquisição de sociedades	Intangível em andamento	Eliminações	Total
31/12/2021	517	6.209	93.322	122.098	682.225	16.323	3.651	78.896	227.508	179.324	-	1.410.073
Adições	-	-	-	-	36.999	-	-	-	-	73.230	(36.925)	73.304
Baixas	-	-	-	-	(202)	-	(851)	-	-	(36.925)	36.925	(1.053)
Outros ajustes - ágio	-	-	-	-	-	-	-	-	15.632	-	-	15.632
Transferências *	-	-	66	63.701	23.688	4.633	-	-	-	(119.106)	-	(27.018)
31/12/2022	517	6.209	93.388	185.799	742.710	20.956	2.800	78.896	243.140	96.523	-	1.470.938
Adições	**-**	**-**	**-**	**-**	**5.153**	**-**	**-**	**-**	**-**	**75.033**	**(5.135)**	**75.051**
Baixas	**-**	**-**	**-**	**-**	**(926)**	**-**	**(615)**	**-**	**-**	**(5.299)**	**5.135**	**(1.705)**
Transferências *	**-**	**(67)**	**67**	**595**	**67.171**	**27.030**	**-**	**-**	**-**	**(90.440)**	**-**	**4.356**
31/12/2023	**517**	**6.142**	**93.455**	**186.394**	**814.108**	**47.986**	**2.185**	**78.896**	**243.140**	**75.817**	**-**	**1.548.640**

(*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado

c) Intangível – movimentação da amortização - consolidado

	Consolidado									
	Marcas e patentes	PPDUR - Preço público rádio frequência	Direito de uso - backbone	Outorgas regulatórias	Sistemas de informação	Desenvolvimento de soluções tecnológicas	Carteira de clientes	Mais valia na aquisição de sociedades	Ágio em investimentos na aquisição de sociedades	Total
31/12/2021	(6)	(4.694)	(36.806)	(77.201)	(532.034)	(4.582)		(61.159)	(10.567)	(727.049)
Adições	(104)	(337)	(4.845)	(11.080)	(56.359)	(3.261)	(585)	(4.782)	-	(81.353)
Baixas	-	-	-	-	-	-	104	-	-	104
Transferências *	-	-	5	(4)	17.788	(15)	-	(1.770)	-	16.004
31/12/2022	(110)	(5.031)	(41.646)	(88.285)	(570.605)	(7.858)	(481)	(67.711)	(10.567)	(792.294)
Adições	**(104)**	**(289)**	**(4.828)**	**(9.577)**	**(57.620)**	**(5.577)**	**(424)**	**(4.109)**	**-**	**(82.528)**
Baixas	**-**	**-**	**-**	**-**	**172**	**-**	**-**	**-**	**-**	**172**
Transferências *	**-**	**(276)**	**453**	**(22.199)**	**22.022**	**-**	**155**	**-**	**-**	**155**
31/12/2023	**(214)**	**(5.596)**	**(46.021)**	**(120.061)**	**(606.031)**	**(13.435)**	**(750)**	**(71.820)**	**(10.567)**	**(874.495)**

(*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

d) Intangível – valor líquido contábil - individual

	Individual								
	PPDUR - Preço público rádio frequência	Direito de uso - backbone	Outorgas regulatórias	Sistemas de informação	Desenvolvimento de soluções tecnológicas	Ágio em investimentos na aquisição de sociedades	Carteira de clientes	Intangível em andamento	Total
	31/12/2023								
Custo	**5.833**	**24.616**	**183.452**	**586.481**	**14.854**	**17.942**	**2.185**	**71.274**	**906.637**
Depreciação acumulada	**(5.364)**	**(5.131)**	**(110.126)**	**(459.590)**	**(3.835)**	**(1.733)**	**(749)**	**-**	**(586.528)**
Saldo líquido	**469**	**19.485**	**73.326**	**126.891**	**11.019**	**16.209**	**1.436**	**71.274**	**320.109**
	31/12/2022								
Custo	5.899	24.550	182.857	534.809	7.760	17.942	2.801	79.015	855.633
Depreciação acumulada	(4.813)	(4.476)	(85.769)	(437.683)	(2.262)	(1.733)	(480)	-	(537.216)
Saldo líquido	1.086	20.074	97.088	97.126	5.498	16.209	2.321	79.015	318.417

e) Intangível – movimentação do custo - individual

	Individual								
	PPDUR - Preço público rádio frequência	Direito de uso - backbone	Outorgas regulatórias	Sistemas de informação	Desenvolvimento de soluções tecnológicas	Ágio em investimentos na aquisição de sociedades	Carteira de clientes	Intangível em andamento	Total
31/12/2021	5.899	24.550	119.156	492.383	5.874	17.942	3.651	124.613	794.068
Adições	-	-	-	14.035	-	-	-	53.258	67.293
Baixas	-	-	-	-	-	-	(850)	(8.753)	(9.603)
Transferências *	-	-	63.701	28.391	1.886	-	-	(90.103)	3.875
31/12/2022	5.899	24.550	182.857	534.809	7.760	17.942	2.801	79.015	855.633
Adições	**-**	**-**		**12**	**-**	**-**	**-**	**58.243**	**58.255**
Baixas	**-**	**-**	**-**	**(725)**	**-**	**-**	**(616)**	**(5.276)**	**(6.617)**
Transferências *	**(66)**	**66**	**595**	**52.385**	**7.094**	**-**	**-**	**(60.708)**	**(634)**
31/12/2023	**5.833**	**24.616**	**183.452**	**586.481**	**14.854**	**17.942**	**2.185**	**71.274**	**906.637**

(*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

f) Intangível - movimentação da amortização - individual

	Individual							
	PPDUR - Preço público rádio frequência	Direito de uso - backbone	Outorgas regulatórias	Sistemas de informação	Desenvolvimento de soluções tecnológicas	Carteira de clientes	Ágio em investimentos na aquisição de sociedades	Total
31/12/2021	(4.494)	(3.372)	(74.705)	(402.268)	(1.133)	-	(1.733)	(487.705)
Adições	(319)	(1.104)	(11.065)	(35.404)	(1.114)	(585)	-	(49.591)
Baixas	-	-	-	9	-	105	-	114
Transferências *	-	-	1	(20)	(15)	-	-	(34)
31/12/2022	(4.813)	(4.476)	(85.769)	(437.683)	(2.262)	(480)	(1.733)	(537.216)
Adições	**(271)**	**(1.102)**	**(9.546)**	**(36.708)**	**(1.573)**	**(424)**	**-**	**(49.624)**
Baixas	**-**	**-**	**-**	**157**	**-**		**-**	**157**
Transferências *	**(280)**	**447**	**(14.811)**	**14.644**	**-**	**155**	**-**	**155**
31/12/2023	**(5.364)**	**(5.131)**	**(110.126)**	**(459.590)**	**(3.835)**	**(749)**	**(1.733)**	**(586.528)**

(*) As transferências referem-se a reclassificações de valores do intangível em andamento, identificados como imobilizado.

g) Teste de redução ao valor recuperável para unidades geradoras de caixa - A companhia revisa anualmente por ocasião do encerramento de suas demonstrações financeiras (ou quando eventos e circunstâncias adversas ocorrem), o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar se houve eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar perdas no seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou da UGC é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. A base para apuração do valor recuperável dos ativos adotada pela Companhia é o valor em uso. Considerando as convergências de ofertas de produtos e serviços e os ativos operacionais da Companhia e em linha com sua estratégia de atuação, a administração da Companhia adotou o conceito de segregação dos seus grupos de clientes para garantir que os investimentos e esforços da Companhia, tenham a assertividade necessária para o atendimento das necessidades específicas de cada grupo de clientes.Tal segregação implicou na separação em dois grupos distintos de clientes (B2B e B2C) de modo que o portfólio e a personalização dos produtos oferecidos possibilitem o atendimento adequado aos anseios desses dois grupos. Assim, conforme CPC 22 – Informações por Segmento – entende-se que o negócio da Companhia atua num único segmento operacional (Telecomunicações) segregado por tipo de cliente, B2B e B2C, compondo duas unidades geradoras de caixa (UGC). Na estimativa do valor em uso do ativo dessas UGC, os fluxos de caixa futuro da Companhia são estimados em reais constantes (sem efeito inflacionário) e são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto WACC (Weighted Average Cost of Capital) real de 7,8% em 2023 (real de 7,99% em 2022) que reflete a taxa ponderada entre (i) o custo de capital (incluindo riscos específicos) com base no Capital Asset Pricing Model ("CAPM") (Modelo de Precificação de Ativos); e (ii) de dívida, sendo estes componentes aplicáveis ao ativo ou UGC antes dos tributos. O cálculo do valor em uso é impactado principalmente pelas seguintes premissas: • Crescimento da receita e consequentemente do fluxo de caixa futuro: é baseada nas estratégias de criação de valor, as quais incluem observação do comportamento histórico de cada linha de receita. Conservadoramente a Companhia optou por não incluir crescimento em suas receitas e custos, mantendo a performance, mantendo sua projeção do valor em uso utilizando como base o realizado do ano de 2023. O cálculo da taxa de desconto é baseado em circunstâncias específicas da Companhia, sendo calculada pelo Custo Médio Ponderado de Capital (WACC) real de 7,8% em 2023 (real de 7,99% em 2022). O WACC leva em consideração tanto a dívida quanto o patrimônio (capital próprio). O custo do patrimônio é derivado do rendimento esperado sobre o investimento pelos investidores da Companhia. O custo da dívida é baseado nos financiamentos com rendimento de juros que a Companhia é obrigada a honrar. O risco específico do segmento é incorporado mediante a aplicação de fatores individuais, notadamente o Beta. • Taxa de crescimento na perpetuidade: reflete condição da Companhia de gerar um fluxo de maneira eterna. O percentual considerado leva em conta, principalmente, os investimentos ao longo do período projetado e reproduz a condição da Companhia na perpetuidade. A companhia não considerou em suas previsões crescimento na perpetuidade. A Companhia emprega uma análise de sensibilidade do teste de recuperabilidade considerando variações razoáveis nas principais premissas utilizadas no teste. A seguir, apresentam-se as variações sensibilizadas em aumentos/diminuições e expressas em pontos percentuais que foram assumidas para os fluxos dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022: Variações nas principais premissas:

Variações Financeiras	Em pontos percentuais
Taxa de desconto	+/- 1,0
Taxa de crescimento na perpetuidade	+/- 1,0

A análise de sensibilidade empregada no final dos exercícios 2022 e 2023 indica que não existem riscos significativos de possíveis alterações nas variáveis financeiras e operacionais, consideradas individualmente. Em outras palavras, a Companhia considera que com os limites acima nenhuma perda seria reconhecida. De forma consistente com as políticas internas, a avaliação do valor em uso foi efetuada para um período de 10 anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas (exclusivamente para o ágio) tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A administração julgou apropriada a utilização do período de 10 anos com base em sua experiência passada em elaborar as projeções de seu fluxo de caixa e principalmente devido ao fato de o retorno na indústria de telecomunicações ser superior ao período de 5 anos. Os fluxos de caixa futuros estimados foram descontados à taxa de desconto de 7,8% para 2023 e 7,99% para 2022, em valores constantes. Em decorrência de as projeções estarem em reais constantes (sem efeito inflacionário), não se utiliza da taxa de desconto nominal. Baseando-se no teste anual de recuperação dos ativos da Companhia, elaborado com as projeções realizadas sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2023 e 2022, perspectivas de crescimento e resultados operacionais durante os exercícios findos em 31 de dezembro 2023 e 2022, não foram identificadas ou indicativos de perdas, visto que o valor em uso é superior ao valor líquido contábil na data da avaliação.

13. Ativo de direito de uso (IFRS 16) - No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia identificou a deterioração de determinadas atividades de controle relacionadas à mensuração dos direitos de uso registrados nesta data base. Em decorrência da identificação de falhas em determinados controles-chave no contexto do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Administração da Companhia decidiu também avaliar a segurança e a acuracidade dos controles internos relacionados aos contratos de aluguel regulados pelo pronunciamento técnico CPC 06 (R2) (IFRS 16) - Arrendamentos. Neste contexto, a Administração da Companhia assumiu o compromisso de revisão desses processos e controles internos para o exercício de 2024, recalculando todos os contratos de arrendamento. Essas análises encontram-se em andamento na data de aprovação das Demonstrações Financeiras individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Por meio das análises preliminares da Administração da Companhia, a percepção é que o valor reconhecido até 31 de dezembro de 2023 como direito de uso, caso tenha algum tipo de impacto, poderá ocorrer entre ativos de direito de uso e passivos de arrendamentos, depreciação e resultado financeiro líquido, não impactando, portanto, determinadas mensurações não contábeis relevantes para a Companhia, como por exemplo o EBTIDA."

a) Movimentação do ativo de direito de uso - consolidado

	Consolidado				
	31/12/2023				
Classes de Ativos	Saldo 31/12/2022	Adições	Baixas	Provisão	Saldo 31/12/2023
Movimentação do custo:					
Torres	353.470	55.169	(8.593)	13.206	**413.252**
Veículos	49.709	2.864	(1.402)	-	**51.171**
Imóveis	278.680	47.224	(6.240)	6.315	**325.979**
Usinas fotovoltaicas	72.020	3.527	(3.975)	4.373	**75.945**
Fibras ópticas	101.982	14.698	(4.277)	6.546	**118.949**
Equipamentos	44.263	7.800	(445)	811	**52.429**
Dutos	50.703	3	-	927	**51.633**
Postes	382.481	81.399	(26.936)	15.047	**451.991**
Colocation	-	44.922	(221)	268	**44.969**
	1.333.308	257.606	(52.089)	47.493	**1.586.318**
Movimentação da depreciação					
Torres	(117.083)	(53.361)	-	-	**(170.444)**
Veículos	(18.316)	(15.030)	-	-	**(33.346)**
Imóveis	(130.993)	(62.285)	-	-	**(193.278)**
Usinas fotovoltaicas	(12.664)	(5.550)	-	-	**(18.214)**
Fibras ópticas	(21.127)	(10.413)	-	-	**(31.540)**
Equipamentos	(14.127)	(13.349)	-	-	**(27.476)**
Dutos	(24.726)	(4.293)	-	-	**(29.019)**
Postes	(152.783)	(82.911)	10.534	-	**(225.160)**
Colocation	-	(20.670)	-	-	**(20.670)**
Total da depreciação	(491.819)	(267.862)	10.534	-	**(749.147)**
Total geral	841.489	(10.256)	(41.555)	47.493	**837.171**

	Consolidado				
	31/12/2022				
Classes de Ativos	Saldo 31/12/2021	Adições	Baixas	Transferências	Saldo 31/12/2022
Movimentação do custo:				-	
Torres	305.652	96.074	(48.256)	-	**353.470**
Veículos	7.671	38.293	(10.567)	14.312	**49.709**
Imóveis	219.979	52.648	(29.155)	35.208	**278.680**
Usinas fotovoltaicas	68.086	5.170	(1.236)	-	**72.020**
Fibras ópticas	280.030	68.490	(800)	(245.738)	**101.982**
Equipamentos	17.914	29.163	(2.814)	-	**44.263**
Dutos	-	14.847	-	35.856	**50.703**
Postes	-	222.392	(273)	160.362	**382.481**
Total do custo	899.332	527.077	(93.101)	-	**1.333.308**
Movimentação da depreciação					
Torres	(78.653)	(45.581)	7.151	-	**(117.083)**
Veículos	(3.624)	(16.458)	6.711	(4.945)	**(18.316)**
Imóveis	(85.902)	(53.259)	20.051	(11.883)	**(130.993)**
Usinas fotovoltaicas	(7.848)	(4.816)	-	-	**(12.664)**
Fibras ópticas	(134.227)	(9.129)	-	122.229	**(21.127)**
Equipamentos	(4.947)	(9.660)	480	-	**(14.127)**
Dutos	-	(5.387)	-	(19.339)	**(24.726)**
Postes	-	(66.721)	-	(86.062)	**(152.783)**
Total da depreciação	(315.201)	(211.011)	34.393	-	**(491.819)**
Total geral	584.131	316.066	(58.708)	-	**841.489**

b) Movimentação do ativo de direito de uso – individual

	Individual				
	31/12/2023				
Classes de Ativos	Saldo 31/12/2022	Adições	Baixas	Provisão	Saldo 31/12/2023
Movimentação do custo:					
Torres	336.826	30.145	(8.079)	2.181	**361.073**
Veículos	34.837	1.421	(109)	-	**36.149**
Imóveis	182.557	19.240	(143)	1.044	**202.698**
Usinas fotovoltaicas	72.020	3.527	(3.975)	722	**72.294**
Fibras ópticas	1.042	12.542	-	1.081	**14.665**
Equipamentos	17.211	888	(91)	134	**18.142**
Dutos	1.460	0	-	153	**1.613**
Postes	140.396	40.580	-	2.486	**183.462**
Colocation	-	14.333	(7)	44	**14.370**
Total do custo	786.349	122.676	(12.404)	7.845	**904.466**
Movimentação da depreciação:					
Torres	(113.927)	(47.771)	-	-	**(161.698)**
Veículos	(10.284)	(11.885)	-	-	**(22.169)**
Imóveis	(84.936)	(32.489)	-	-	**(117.425)**
Usinas fotovoltaicas	(12.664)	(5.550)	-	-	**(18.214)**
Fibras ópticas	(72)	(1.595)	-	-	**(1.667)**
Equipamentos	(3.915)	(5.517)	-	-	**(9.432)**
Dutos	(300)	(325)	-	-	**(625)**
Postes	(30.495)	(38.268)	392	-	**(68.371)**
Colocation	-	(6.272)	-	-	**(6.272)**
Total da depreciação	(256.593)	(149.672)	392	-	**(405.873)**
Saldo líquido	529.756	(26.996)	(12.012)	7.845	**498.593**

	Individual			
	31/12/2022			
Classes de Ativos	Saldo 31/12/2021	Adições	Baixas	Saldo 31/12/2022
Movimentação do custo:				
Torres	302.508	82.369	(48.051)	**336.826**
Veículos	6.749	35.770	(7.682)	**34.837**
Imóveis	165.880	24.726	(8.049)	**182.557**
Usinas fotovoltaicas	68.086	5.170	(1.236)	**72.020**
Fibras ópticas	214	828	-	**1.042**
Equipamentos	-	19.434	(2.223)	**17.211**
Dutos	-	1.460	-	**1.460**
Postes	-	140.396	(91.997)	**140.396**
Total do custo	543.437	310.153	(67.241)	**786.349**
Movimentação da depreciação:				
Torres	(77.149)	(43.931)	7.153	**(113.927)**
Veículos	(2.729)	(11.625)	4.070	**(10.284)**
Imóveis	(60.758)	(28.670)	4.492	**(84.936)**
Usinas fotovoltaicas	(7.848)	(4.816)	-	**(12.664)**
Fibras ópticas	(15)	(57)	-	**(72)**
Equipamentos	-	(3.915)	-	**(3.915)**
Dutos	-	(300)	-	**(300)**
Postes	-	(30.495)	-	**(30.495)**
Total da depreciação	(148.499)	(123.809)	15.715	**(256.593)**
Saldo líquido	394.938	186.344	(51.526)	**529.756**

14. Empréstimos e financiamentos - Em 16 de junho de 2023 a Companhia e a controlada Vogel assinaram o Instrumento particular de escritura da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição privada. As debêntures foram emitidas pela Vogel Soluções em Telecomunicações e Informática S.A. e adquiridas pela Algar Telecom S.A., conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 12 de junho de 2023, no valor de R$ 40.000, com prazo de quatro anos, vencimento em 16 de junho de 2027 e remuneração de CDI + 2% a.a. Em 28 de setembro de 2023 a Vogel Soluções em Telecomunicações e Informática S.A. realizou sua 4ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição privada. As debêntures foram adquiridas pela Algar Telecom S.A., conforme deliberação da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 27 de setembro de 2023, no valor de R$ 150.000, com prazo de quatro anos, vencimento em 02 de outubro de 2027 e remuneração de CDI + 2% a.a

a) Movimentação da debênture privada

	Individual 31/12/2023
Valor das transações	190.000
Juros no período	8.031
Pagamentos de juros no período	(2.953)
Saldos em 31 de dezembro	195.078
Ativo circulante	5.078
Ativo não circulante	190.000
	195.078

	31/12/2023 Individual
2024	5.078
2025	63.333
2026	63.333
2027	63.334
	195.078

15. Empréstimos e financiamentos - As informações sobre os termos contratuais dos empréstimos e financiamentos, que são mensurados pelo custo amortizado, são descritas a seguir. Outras informações, incluindo aquelas sobre o valor justo, sobre a exposição ao risco de taxa de juros e liquidez estão na nota explicativa nº 34.

Arrendamento mercantil financeiro (leasing) - Movimentação dos empréstimos e financiamentos

	Consolidado e Individual	
	Moeda nacional	
Saldos em 31 de dezembro	**3.391**	5.011
Pagamento de principal	**(1.293)**	(1.620)
Saldos em 31 de dezembro	**2.098**	3.391
Circulante	**1.213**	1.293
Não circulante	**885**	2.098
	2.098	3.391

	Consolidado e Individual	
	31/12/2023	31/12/2022
Financiamento em moeda nacional:		
Arrendamento mercantil financeiro - IAS17	**2.098**	3.391
Passivo circulante	**1.213**	1.293
Passivo não circulante	**885**	2.098

Os contratos de empréstimos e financiamentos da Companhia e das controladas estão indexados de acordo com a tabela a seguir:

	Consolidado e Individual	
	31/12/2023	31/12/2022
Pré-fixada	**2.098**	3.391
Total	**2.098**	3.391

As taxas anuais de juros sobre os empréstimos e financiamentos são demonstradas a seguir:

		31/12/2023	
Juros	Instituição financeira	Consolidado	Individual
De 4,0% a 6,0%	SBA (Leasing)	**2.098**	**2.098**
Total		**2.098**	**2.098**

		31/12/2022	
Juros	Instituição financeira	Consolidado	Individual
De 6,0% a 8,0%	SBA (Leasing)	**3.391**	**3.391**
Total		**3.391**	**3.391**

Os empréstimos e financiamentos de longo prazo apresentam a seguinte maturidade:

	31/12/2023	
	Consolidado	Individual
2025	**885**	**885**
2026	**-**	**-**
	885	**885**

	31/12/2022	
	Consolidado	Individual
2024	1.213	1.213
2025	885	885
	2.098	2.098

16. Debêntures - a) Movimentação de debêntures

	Consolidado e Individual 31/12/2023 Moeda nacional
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.391.496
Emissão de debêntures no exercício	1.000.000
Pagamento de principal	(402.763)
Pagamentos de juros e correção monetária	(422.785)
Atualização monetária no exercício	48.772
Juros incorrido no exercício	359.488
Total debêntures	3.974.208
Gastos com emissão de debêntures, a apropriar	(44.693)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	3.929.515
Circulante	835.493
Não circulante	3.094.022
Total	3.929.515

	Consolidado e Individual 31/12/2022 Moeda nacional
Saldo em 31 de dezembro de 2021	2.673.436
Emissão de debêntures no exercício	1.050.000
Pagamento de principal	(441.763)
Pagamentos de juros e correção monetária	(300.297)
Atualização monetária no exercício	64.054
Juros incorrido no exercício	346.066
Total debêntures	3.391.496
Gastos com emissão de debêntures, a apropriar	(26.789)
Saldo em 31 de dezembro de 2022	3.364.707
Circulante	599.601
Não circulante	2.765.106
Total	3.364.707

b) Informações adicionais de debêntures - 13ª emissão de debêntures - Em 7 de março de 2023, ocorreu a liquidação da 13ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 160, no montante total de R$ 300.000 com vencimento em 17/02/2027. Os recursos serão destinados ao alongamento de dívidas e propósitos gerais da Companhia. 14ª emissão de debêntures - Em dezembro de 2023, ocorreu a liquidação da 14ª emissão de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em série única, para distribuição pública, nos termos da Instrução da CVM nº 160, no montante de R$ 700.000 com vencimento em 15/11/2033. Os recursos serão destinados aos investimentos em expansão da Cia.

Informações individualizadas por emissão, sem os gastos com as captações

Emissões de debêntures	Valor Contratado	Pagamento de juros e principal, de janeiro a dezembro de 2023	Saldo 31/12/2023
6ª emissão	432.000	(218.256)	207.756
7ª emissão	600.000	(285.559)	105.750
8ª emissão	350.000	(49.025)	366.682
9ª emissão	350.000	(48.261)	359.281
11ª emissão	700.000	(75.947)	780.669
12ª emissão	1.050.000	(128.006)	1.136.042
13ª emissão	300.000	(20.494)	315.299
14ª emissão	700.000	-	702.729
	4.482.000	(825.548)	3.974.208

Composição dos saldos de debêntures:

	Consolidado e Individual	
	31/12/2023	31/12/2022
Moeda nacional:		
Principal	3.737.497	3.070.238
Juros	236.711	321.258
	3.974.208	3.391.496
(-) Gastos com emissão de debêntures, a apropriar	(44.693)	(26.789)
Total debêntures	3.929.515	3.364.707
Passivo circulante	835.493	599.601
Passivo não circulante	3.094.022	2.765.106

	31/12/2023 Consolidado e Individual		
	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Total
Saldo de debêntures	842.756	3.131.452	3.974.208
(-) Gastos com emissão, a apropriar	(7.263)	(37.430)	(44.693)
Valor líquido debêntures	835.493	3.094.022	3.929.515

	31/12/2022 Consolidado e Individual		
	Passivo Circulante	Passivo não Circulante	Total
Saldo de debêntures	606.173	2.785.323	3.391.496
(-) Gastos com emissão, a apropriar	(6.572)	(20.217)	(26.789)
Valor líquido debêntures	599.601	2.765.106	3.364.707

As debêntures, sem a dedução dos gastos com emissão, apresentam a seguinte maturidade:

31/12/2023	Consolidado e Individual	31/12/2022	Consolidado e Individual
2024	842.756	2023	606.173
2025	277.078	2024	688.306
2026	225.000	2025	174.789
2027	300.000	2026	125.000
2028	567.500	2027	200.000
Após 2028	1.761.874	Após 2027	1.597.228
	3.974.208		3.391.496

Os contratos de debêntures da Companhia estão indexados de acordo com a tabela a abaixo:

	Consolidado e Individual	
	31/12/2023	31/12/2022
CDI	2.247.805	2.213.631
IPCA	1.726.403	1.177.865
Total	3.974.208	3.391.496

Conforme cláusulas contratuais, os índices previstos para as debêntures da Companhia, calculados trimestralmente, têm por base as demonstrações financeiras e informações intermediárias consolidadas da Companhia, e estão apresentados no quadro abaixo, para os exercícios de 2023 e 2022.

	Consolidado			
	31/12/2023		31/12/2022	
Dívida líquida/EBITDA – realizado (*)	=	2,88	=	2,34
Meta trimestral	<	3,00	≤	3,00
EBITDA / Despesa financeira líquida – realizado (*)	=	2,79	=	3,52
Meta trimestral	>	2,00	≥	2,00

(*) A dívida líquida utilizada no cálculo do índice não considera o passivo de arrendamento e está em conformidade com o previsto em cláusulas das emissões de debêntures.

c) Cláusulas contratuais (covenants) - A Companhia possui emissões de debêntures, as quais contêm cláusulas restritivas ("covenants"). Essas cláusulas preveem índices mínimos para cobertura de dívida e índices máximos de endividamento, que devem ser mantidos durante toda a vigência dos respectivos contratos. O não atingimento dos índices acordados, por dois períodos (trimestre ou semestre, conforme o contrato) consecutivos, ou por quatro períodos não consecutivos, implica o vencimento antecipado dos empréstimos e financiamentos e debêntures abrangidos por essa previsão contratual. Em 26 de maio de 2022 e em 23 de agosto de 2022, foram realizadas as Assembleias Gerais de Debenturistas, referentes à 7ª e à 6ª emissões de debêntures, respectivamente, nas quais foi deliberada a anuência prévia para a dispensa do cumprimento do Índice Financeiro "Dívida Líquida/EBITDA" menor ou igual a 2,25, sem que seja configurado evento de inadimplemento, desde que, durante o período acordado, o índice não ultrapasse a 3,00. Períodos acordados: 7ª emissão - entre o 4º trimestre de 2022 e o 4º trimestre de 2024, ou seja, até o dia 31 de dezembro de 2024; 6ª emissão - entre o 4º trimestre de 2022 e o 4º trimestre de 2023, ou seja, até o dia 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os índices exigidos, em bases trimestrais, foram todos cumpridos.

17. Obrigações com outorga ANATEL - a) Movimentação da outorga 5G

	Consolidado e Individual	
	31/12/2023	31/12/2022
Aquisição de lotes do 5G – leilão da ANATEL	62.658	58.857
Pagamentos	(3.847)	(3.437)
Atualização monetária no exercício	8.087	7.238
Saldos em 31 de dezembro	66.898	62.658
Circulante	3.935	3.481
Não circulante	62.963	59.177
	66.898	62.658

b) Outras informações sobre a outorga 5G - O contrato referente à outorga 5G está indexado com 100% da Selic. O passivo de longo prazo referente à outorga 5G apresenta a seguinte maturidade:

31/12/2023	Consolidado e Individual	31/12/2022	Consolidado e Individual
2025	3.935	2024	3.481
2026	3.935	2025	3.481
2027	3.935	2026	3.481
2028	3.935	2027	3.481
Após 2028	47.223	Após 2027	45.253
	62.963		59.177

18. Passivo de arrendamento - a) Movimentação

Consolidado – 31/12/2023

Classes de Ativos	Saldo 31/12/2022	Adições	Pagamentos	Baixas	Juros	Transferências	Ajuste	Saldo 31/12/2023
Passivo circulante:								
Torres	44.738	5.691	(67.219)	(2.969)	20.274	40.606	-	41.121
Veículos	13.010	1.444	(17.040)	(1.269)	2.516	16.777	-	15.438
Imóveis	52.211	6.781	(68.859)	(1.218)	11.576	54.514	-	55.005
Usinas fotovoltaicas	13.406	-	(9.951)	(2.319)	5.782	1.934	-	8.852
Fibras ópticas	25.662	872	(17.061)	(4.276)	10.340	76	-	15.613
Equipamentos	16.448	2.511	(13.801)	(88)	3.272	2.602	-	10.944
Dutos	4.329	1	(6.560)	(118)	3.186	8.652	-	9.490
Postes	25.925	15.291	(104.986)	(8.870)	26.117	133.902	-	87.379
Colocation	-	5.420	(23.635)	(145)	4.463	21.695	-	7.798
Total	195.729	38.011	(329.112)	(21.272)	87.526	280.758	-	251.640
Passivo não circulante:								
Torres	211.449	49.478	-	(5.679)	-	(40.609)	13.206	227.845
Veículos	18.359	1.420	-	(134)	-	(16.777)	-	2.868
Imóveis	104.176	44.136	-	(6.400)	-	(54.516)	6.315	93.711
Usinas fotovoltaicas	52.159	3.527	-	(1.656)	-	(1.934)	4.373	56.469
Fibras ópticas	63.537	13.826	-	-	-	(76)	6.546	83.833
Equipamentos	14.399	5.289	-	(355)	-	(2.605)	811	17.539
Dutos	20.290	1	-	(321)	-	(10.115)	927	10.782
Postes	217.097	66.108	-	(9.602)	-	(132.431)	15.047	156.219
Colocation	-	39.502	-	(76)		(21.695)	268	17.999
Total	701.466	223.287	-	(24.223)	-	(280.758)	47.493	667.265
Total circulante e não circulante	897.195	261.298	(329.112)	(45.495)	87.526	-	47.493	918.905

Consolidado – 31/12/2022

Classes de Ativos	Saldo 31/12/2021	Adições	Pagamentos	Baixas	Juros	Transferências	Saldo 31/12/2022
Passivo circulante:							
Torres	47.396	42.831	(56.508)	(13.716)	16.901	7.834	44.738
Veículos	1.793	22.643	(16.437)	(1.873)	2.844	4.040	13.010
Imóveis	43.444	3.869	(56.572)	(2.134)	10.252	53.352	52.211
Usinas fotovoltaicas	7.605	999	(8.143)	-	5.399	7.546	13.406
Fibras ópticas	53.703	18.066	(35.859)	(767)	7.758	(17.239)	25.662
Equipamentos	5.327	2.172	(11.433)	(1.067)	2.241	19.208	16.448
Dutos	-	3.918	(5.350)	-	2.832	2.929	4.329
Postes	-	-	(75.479)	(77)	29.983	71.498	25.925
Total	159.268	94.498	(265.781)	(19.634)	78.210	149.168	195.729
Passivo não circulante:							
Torres	192.006	54.245	-	(26.968)	-	(7.834)	211.449
Veículos	2.284	15.650	-	(2.065)	-	2.490	18.359
Imóveis	101.098	48.779	-	(8.049)	-	(37.652)	104.176
Usinas fotovoltaicas	56.770	4.171	-	(1.236)	-	(7.546)	52.159
Fibras ópticas	97.464	49.829	-	-	-	(83.756)	63.537
Equipamentos	7.879	26.991	-	(1.263)	-	(19.208)	14.399
Dutos	-	10.929	-	-	-	9.361	20.290
Postes	-	222.393	-	(273)	-	(5.023)	217.097
Total	457.501	432.987	-	(39.854)	-	(149.168)	701.466

Individual – 31/12/2023

Classes de Ativos	Saldo 31/12/2022	Adições	Pagamentos	Baixas	Juros	Transferências	Ajuste	Saldo 31/12/2023
Passivo circulante:								
Torres	41.500	3.321	(59.747)	(2.525)	16.975	37.623	-	37.147
Veículos	10.894	985	(13.735)	(4)	2.273	12.450	-	12.863
Imóveis	28.706	4.126	(36.716)	(3)	6.900	25.146	-	28.159
Usinas fotovoltaicas	13.406	-	(9.951)	(2.319)	5.782	1.934	-	8.852
Fibras ópticas	808	149	(2.554)	-	1.583	335	-	321
Equipamentos	8.035	-	(4.973)	(27)	1.658	1.171	-	5.864
Dutos	850	-	(424)	(1)	136	1	-	562
Postes	7.388	124	(51.457)	(319)	15.103	76.749	-	47.588
Colocation	-	2.646	(7.115)	(2)	1.256	7.957	-	4.742
Total	111.587	11.351	(186.672)	(5.200)	51.666	163.366	-	146.098
Passivo não circulante:								
Torres	199.862	26.824	-	(5.553)	-	(37.623)	2.181	185.691
Veículos	14.708	436	-	(106)	-	(12.450)	-	2.588
Imóveis	79.452	18.806	-	(147)	-	(25.146)	1.044	74.009
Usinas fotovoltaicas	52.159	3.527	-	(1.656)	-	(1.934)	722	52.818
Fibras ópticas	175	12.393	-	-	-	(335)	1.081	13.314
Equipamentos	5.315	888	-	(63)	-	(1.171)	134	5.103
Dutos	370	-	-	-	-	(1)	153	522
Postes	109.576	40.456	-	(207)	-	(76.749)	2.486	75.562
Colocation	-	11.687	-	(5)	-	(7.957)	44	3.769
Total	461.617	115.017	-	(7.737)	-	(163.366)	7.845	413.376
Total circulante e não circulante	573.204	126.368	(186.672)	(12.937)	51.666	-	7.845	559.474

Individual – 31/12/2022

Classes de Ativos	Saldo 31/12/2021	Adições	Pagamentos	Baixas	Juros	Transferências	Saldo 31/12/2022
Passivo circulante:							
Torres	46.623	38.971	(54.972)	(13.882)	17.128	7.632	41.500
Veículos	1.773	20.764	(12.920)	(1.629)	2.388	518	10.894
Imóveis	30.711	2.543	(33.678)	(536)	7.074	22.592	28.706
Usinas fotovoltaicas	7.605	999	(8.143)	-	5.399	7.546	13.406
Fibras ópticas	47	-	(82)	-	36	807	808
Equipamentos	-	-	(5.294)	(962)	1.434	12.857	8.035
Dutos	-	1.090	(393)	-	153	-	850
Postes	-	-	(39.545)	-	16.112	30.821	7.388
Total	86.759	64.367	(155.027)	(17.009)	49.724	82.773	111.587
Passivo não circulante:							
Torres	191.026	43.398	-	(26.930)	-	(7.632)	199.862
Veículos	2.284	15.006	-	(2.064)	-	(518)	14.708
Imóveis	83.147	22.183	-	(3.286)	-	(22.592)	79.452
Usinas fotovoltaicas	56.769	4.171	-	(1.235)	-	(7.546)	52.159
Fibras ópticas	154	828	-	-	-	(807)	175
Equipamentos	-	19.434	-	(1.262)	-	(12.857)	5.315
Dutos	-	370	-	-	-	-	370
Postes	-	140.397	-	-	-	(30.821)	109.576
Total	333.380	245.787		(34.777)		(82.773)	461.617
Total circulante e não circulante	420.139	310.154	(155.027)	(51.786)	49.724	-	573.204

b) Pagamentos mínimos:

	Em 1 ano	de 2 a 5 anos	de 6 a 10 anos	Acima de 10 anos	Total	PIS/COFINS potencial 9,25%
Consolidado - 31/12/2023						
Valores mínimos a pagar	410.985	691.671	186.833	69.607	1.359.096	125.716
Despesas de juros	(159.345)	(220.517)	(51.383)	(8.946)	(440.191)	
	251.640	471.154	135.450	60.661	918.905	125.716
Consolidado - 31/12/2022						
Valores mínimos a pagar	275.767	686.150	201.793	74.737	1.238.447	114.556
Despesas de juros	(80.038)	(196.109)	(52.829)	(12.276)	(341.252)	-
	195.729	490.041	148.964	62.461	897.195	114.556
Individual - 31/12/2023						
Valores mínimos a pagar	203.979	409.173	108.216	36.219	757.587	70.077
Despesas de juros	(57.881)	(109.439)	(26.402)	(4.391)	(198.113)	
	146.098	299.734	81.814	31.828	559.474	70.077
Individual - 31/12/2022						
Valores mínimos a pagar	157.928	449.666	122.165	30.359	760.118	70.311
Despesas de juros	(46.340)	(112.988)	(23.040)	(4.545)	(186.913)	
	111.588	336.678	99.125	25.814	573.205	70.311

c) Contratos por prazo e taxa de descontos

Prazos dos contratos	Taxa anual – Sem garantia	Taxa anual – Com garantia (*)	Prazos dos contratos	Taxa anual – Sem garantia	Taxa anual – Com garantia (*)
1 ano	13,86%	13,36%	16 anos	22,33%	21,83%
2 anos	13,40%	12,90%	17 anos	22,90%	22,40%
3 anos	13,04%	12,54%	18 anos	23,44%	22,94%
4 anos	13,02%	12,52%	19 anos	23,96%	23,46%
5 anos	13,04%	12,54%	20 anos	24,46%	23,96%
6 anos	13,05%	12,55%	21 anos	24,92%	24,42%
7 anos	14,52%	14,02%	22 anos	25,37%	24,87%
8 anos	15,80%	15,30%	23 anos	25,80%	25,30%
9 anos	16,93%	16,43%	24 anos	26,21%	25,71%
10 anos	17,92%	17,42%	25 anos	26,60%	26,10%
11 anos	18,82%	18,32%	26 anos	26,98%	26,48%
12 anos	19,65%	19,15%	27 anos	27,34%	26,84%
13 anos	20,38%	19,88%	28 anos	27,69%	27,19%
14 anos	21,08%	20,58%	29 anos	28,03%	27,53%
15 anos	21,73%	21,23%	30 anos	28,35%	27,85%

(*) Somente para o grupo de imóveis.

19. Impostos, taxas e contribuições

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Individual 31/12/2023	Individual 31/12/2022
ICMS	30.211	34.508	19.442	15.263
Taxas Anatel	101.375	65.591	101.375	65.591
PIS e Cofins	10.176	21.181	6.463	10.316
IRRF	9.258	9.251	4.650	4.135
ISS	1.932	1.251	657	210
INSS	1.125	369	992	188
Outros tributos circulantes	5.042	2.953	2.791	1.716
	159.119	135.104	136.370	97.419

20. Salários, provisões e encargos sociais

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Individual 31/12/2023	Individual 31/12/2022
Salários e ordenados	13.344	19.750	4.562	8.077
Encargos sociais sobre salários e ordenados	9.097	9.802	4.252	4.110
Férias e encargos	60.519	66.934	28.853	30.033
Gratificações	24.531	58.365	14.063	34.776
Outras obrigações trabalhistas	1.728	1.125	274	118
	109.219	155.976	52.004	77.114
Passivo circulante	103.557	135.200	47.643	61.371
Passivo não circulante (gratificações)	5.662	20.776	4.361	15.743

21. Provisões e depósitos judiciais - A Companhia e suas controladas avaliam periodicamente seus riscos para demandas judiciais e administrativas, considerando critérios jurídicos e contábeis, incluídas as análises e avaliações dos assessores jurídicos. Esses riscos são classificados com base na expectativa de perda, podendo ser provável, possível ou remota, conforme o grau de exigibilidade existente em cada caso. Por determinação legal ou por cautela, são efetuados depósitos judiciais, os quais podem estar vinculados aos processos provisionados ou não provisionados.

a) Processos judiciais e administrativos provisionados

Consolidado

	Trabalhistas	Tributárias	Processos Adm. Anatel	Cíveis e outros	Total
Provisões em 31/12/2021	28.726	147.663	56.135	116.985	349.509
Adições (i)	14.614	2.084	13.091	32.059	61.848
Atualização monetária	5.109	10.527	23.614	96.428	135.678
Transferência	-	(5.425)	-	5.425	-
Reclassificação para obrigações	-	-	-	(158.123)	(158.123)
Baixa por ganho	(4.009)	(9.199)	(16.784)	(17.320)	(47.312)
Baixa por prescrição	-	(17.835)	-	-	(17.835)
Pagamentos com depósitos judiciais	(3.568)	(136)	(1)	(1.704)	(5.409)
Pagamentos no período	(1.803)	(442)	(4.826)	(7.278)	(14.349)
Provisões em 31/12/2022	39.069	127.237	71.229	66.472	304.007
Depósitos judiciais	(944)	(45.682)	(3.606)	(267)	(50.499)
Provisões líquidas em 31/12/2022	38.125	81.555	67.623	66.205	253.508
Direito indenizatório de provisões	(167)	(85)	-	(2.522)	(2.774)
Provisões liquidas em 31/12/2022, ajustadas	37.958	81.470	67.623	63.683	250.734
Provisões em 31/12/2022	39.069	127.237	71.229	66.472	304.007
Adições (i)	19.649	3.840	6.852	14.191	44.532
Atualização monetária	8.189	9.310	9.071	11.558	38.128
Transferência	-	583	-	(583)	-
Baixa por ganho	(13.187)	(20.972)	(10.016)	(14.726)	(58.901)
Baixa por prescrição	-	(10.902)	-	-	(10.902)
Pagamentos com depósitos judiciais	(4.393)	-	-	(417)	(4.810)
Pagamentos no período	(5.835)	(2.999)	(1.087)	(12.295)	(22.216)
Provisões em 31/12/2023	43.492	106.097	76.049	64.200	289.838
Depósitos judiciais	(3.602)	(43.540)	(3.795)	(257)	(51.194)
Provisões líquidas em 31/12/2023	39.890	62.557	72.254	63.943	238.644
Direito indenizatório de provisões	(175)	(605)	-	(2.525)	(3.305)
Provisões liquidas em 31/12/2023, ajustadas	39.715	61.952	72.254	61.418	235.339

(i) Adições de provisões no período, decorrente de novos processos e por alteração de grau de risco de certas demandas, de possível para provável.

Individual

	Trabalhistas	Tributárias	Processos Adm. Anatel	Cíveis e outros	Total
Provisões em 31/12/2021	10.591	79.327	55.817	101.918	247.653
Adições	9.011	266	12.766	22.748	44.791
Atualização monetária	2.769	5.555	23.533	89.788	121.645
Reclassificação para obrigações	-	-	-	(158.123)	(158.123)
Baixa por ganho	(1.569)	(9.066)	(16.748)	(16.953)	(44.336)
Baixa por Prescrição	-	(3.875)	-	-	(3.875)
Pagamentos com depósitos judiciais	(381)	(42)	-	(266)	(689)
Pagamentos no período	(1.193)	(268)	(4.826)	(6.551)	(12.838)
Provisões em 31/12/2022	19.228	71.897	70.542	32.561	194.228
Depósitos judiciais	(687)	(39.937)	(3.606)	(240)	(44.470)
Provisões líquidas em 31/12/2022	18.541	31.960	66.936	32.321	149.758
Provisões em 31/12/2022	19.228	71.897	70.542	32.561	194.228
Adições	6.220	552	6.852	12.056	25.680
Atualização monetária	3.755	5.403	9.001	4.983	23.142
Baixa por ganho	(5.948)	(11.422)	(10.017)	(5.322)	(32.709)
Pagamentos com depósitos judiciais	(1.197)	-	-	(152)	(1.349)
Pagamentos no período	(3.063)	(128)	(1.087)	(10.498)	(14.776)
Provisões em 31/12/2023	18.995	66.302	75.291	33.628	194.216
Depósitos judiciais	(561)	(36.699)	(3.795)	(255)	(41.310)
Provisões líquidas em 31/12/2023	18.434	29.603	71.496	33.373	152.906

Os processos judiciais e administrativos e demais riscos têm como principais objetos:

Cíveis (valor da provisão, consolidado: R$ 64.200 (R$ 66.472 em 31/12/2022)) - (i) Ações judiciais movidas por consumidores (inscrição em cadastro de inadimplentes, habilitação de serviços, contestação de contas, bloqueio de serviços e outros) (valor envolvido R$ 20.386 (R$ 21.575 em 31/12/2022)). (ii) Discussões judiciais com ex-fornecedores e/ou ex-parceiros comerciais, e com ex-clientes (valor envolvido R$ 6.820 (R$ 7.923 em 31/12/2022)). (iii) Ações coletivas movidas por entidades representativas de consumidores (valor envolvido R$ 2.877 (R$ 6.321 em 31/12/2022)). (iv) Ações que envolvem relação contratual com clientes e ex-clientes classificados como governo (valor envolvido R$ 12.015 (R$ 11.437 em 31/12/2022)). (v) Demandas judiciais da Algar Telecom, Algar Multimídia e Vogel Soluções, com concessionárias de rodovias discutindo a legalidade da cobrança de valores para passagem subterrânea/aérea de infraestrutura de telecom nas faixas de domínio das rodovias. A variação no período deve-se ao fato de movimentação processual, bem como de provisionamento de parte dos valores envolvidos nos processos. Tendo em vista a evolução dos processos judiciais, houve redução de provisão (valor envolvido: R$ 22.102 (R$ 19.216 em 31/12/2022)).

Processos administrativos e judiciais regulatórios (valor da provisão, consolidado: R$76.049 (R$ 71.229 em 31/12/2022)) - (i) Processos administrativos e judiciais discutindo sanções aplicadas pela ANATEL. *Trabalhistas (valor da provisão, consolidado: R$43.492 (R$ 39.070 em 31/12/2022))* - (i) Reclamatórias trabalhistas, envolvendo a Companhia e as controladas Algar Multimídia, Smart e Vogel, que discutem vínculos de emprego, responsabilidade subsidiárias, horas extras, diferenças salariais, indenizações por acidentes de trabalho e outros. *Tributários (valor da provisão consolidado: R$106.097 (R$ 127.236 em 31/12/2022))* - (i) Fundo de Universalização dos Serviços de Telecomunicações ("FUST"): a Companhia e suas controladas, Algar Multimídia e Algar Soluções (incorporada pela Vogel em 31/12/2022) mantêm, desde 2006, discussão judicial em face das alterações impostas pela Súmula nº 07/2005 da ANATEL, que, ilegalmente, vedou a exclusão das receitas de interconexão e EILD da base de cálculo da contribuição, bem como impôs a sua cobrança retroativamente ao ano 2000 (valor da provisão: R$ 25.082 e depósito judicial vinculado: R$ 35.202 (R$ 34.089 em 31/12/2022)). ii) ICMS: a Companhia e suas controladas Algar Multimídia e Algar Soluções (incorporada pela Vogel em 31/12/2022) possuem discussões sobre direito a créditos de ICMS; exigência de ICMS sobre operações de leasing; exigência relativa a ICMS sobre operações não enquadradas no conceito legal de prestação de serviços de telecomunicações, bem como relativas à regularidade de incentivos fiscais do imposto (valor da provisão: R$ 8.870 (R$ 10.262 em 31/12/2022)). (iii) Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional (CONDECINE): a Companhia e a sua controlada Algar Multimídia, questionam a legalidade e constitucionalidade da exação para as empresas de comunicações, vez que se trata de contribuição destinada à promoção do audiovisual nacional, não havendo referibilidade com a prestação de serviço de comunicação para justificar a intervenção no referido setor econômico (valor da provisão: R$ 13.192 e depósito judicial vinculado: R$ 18.845 (R$ 17.626 em 31/12/2022)). (iv) Contribuição para o Fomento da Radiodifusão Pública (EBC): a Companhia questiona judicialmente a constitucionalidade da referida contribuição por ofensa ao princípio da anterioridade/irretroatividade, bem como por ausência de referibilidade entre a atividade econômica explorada pelas companhias e a finalidade da contribuição (valor provisionado: R$ 14.135 (R$ 13.271 em 31/12/2022) e depósito judicial vinculado: R$ 14.098 (R$ 13.237 em 31/12/2022)). (v) IRPJ e CSLL: referem-se a tributos sobre a baixa de valores devidos a terceiros. A Companhia efetuou a baixa, em novembro de 2017, em decorrência do decurso do prazo prescricional aplicável (valor da provisão: R$12.504 (R$ 11.287 em 31/12/2022)). (vi) Contribuições Previdenciárias: a Companhia possui mandado de segurança visando a declaração da não incidência da contribuição patronal e de terceiras entidades sobre determinadas rubricas, valendo-se, por determinado período, de decisão liminar para não realizar o recolhimento dos tributos. Contudo, algumas dessas rubricas foram analisados pelos Tribunais Superiores com formação de tese desfavorável aos contribuintes (valor da provisão: R$ 10.936 (R$ 9.124 em 31/12/2022)).

b) Processos judiciais e administrativos não provisionados

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Individual 31/12/2023	Individual 31/12/2022
Tributários	313.359	309.499	237.681	225.785
Trabalhistas	62.506	60.965	32.560	25.082
Processos Regulatórios – ANATEL	351.985	219.942	351.985	219.942
Cíveis	837.172	750.228	117.310	106.196
Total	1.565.022	1.340.634	739.536	577.005

Os principais processos da Companhia e de suas controladas, com grau de risco considerado pelos seus assessores jurídicos como possível, são os relacionados abaixo, para os quais não há provisão contábil:

Tributários - (valor envolvido R$313.359 (R$ 309.409 em 31/12/2022)). (i) Taxa de Fiscalização de Instalação/Funcionamento ("TFI/TFF"): cobrança, em face da Algar Telecom, quando da prorrogação da autorização da licença para operação das suas estações. A cobrança está baseada em resolução da ANATEL que ampliou a hipótese de incidência da referida taxa. Bem como discussões de TFI/TFF das movimentações mensais (valor envolvido: R$26.989 (R$ 25.740 em 31/12/2022)). (ii) Fundo para o Desenvolvimento Tecnológico das Telecomunicações ("FUNTTEL") e FUST: a Companhia e suas controladas, Algar Multimídia e Vogel Soluções, impugnaram lançamentos referentes a diferenças apuradas no recolhimento das contribuições ao FUST e FUNTTEL, em decorrência da inclusão na base de cálculo da contribuição de receitas de interconexão, EILD, e de outros serviços que não constituem serviços de telecomunicações (valor envolvido: R$139.607 (R$ 129.511 em 31/12/2022)). (iii) ICMS: a Companhia e suas controladas, Algar Multimídia e Vogel Soluções, possuem discussão relativa à escrituração de créditos de ICMS em estabelecimento diverso do indicado no documento fiscal de entrada, discussão relativa à exigência de ICMS sobre operações não enquadradas no conceito legal de prestação de serviços de telecomunicações (ex. locação de modem e outros), discussão judicial quanto a incidência de ICMS sobre receitas de locações de fibras apagadas, e sobre importação de equipamentos (valor envolvido: R$108.969 (R$ 120.730 em 31/12/2022)). *Trabalhistas* - (valor envolvido R$62.506 (R$ 60.965 em 31/12/2022)). (i) A Companhia e suas controladas Algar Multimídia e Vogel possuem ações trabalhistas envolvendo discussões relacionadas a dano moral e material, jornada de trabalho, vale-transporte, benefícios e honorários advocatícios. *Processos administrativos e judiciais regulatórios* - (valor envolvido R$ 351.985 (R$ 219.942 em 31/12/2022)). (i) Processos administrativos e judiciais discutindo sanções aplicadas pela ANATEL (valor envolvido R$77.890 (R$ 174.992 em 31/12/2022)). (ii) Demandas administrativas e judiciais em que se discute a divergência na base de cálculo dos montantes devidos referentes ao ônus contratual e dos Termos de Autorização de RFs do SMP (valor envolvido R$158.597 (R$ 44.949 em 31/12/2022). (iii) Processo administrativo instaurado pela Anatel objetivando analisar a obrigatoriedade de eventual repasse, aos usuários do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), do crédito decorrente da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS. A Algar Telecom protocolou manifestações formalizando a discordância da obrigatoriedade do referido repasse aos usuários. Por meio do Ato nº 254, de 11 de janeiro de 2024, a Anatel aprovou a redução do valor de eventual repasse aos usuários do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) alterando o valor inicial para fins de repasse de R$ 221.000 para R$ 115.000 e aprovou que a eventual transferência seja realizada por meio da construção de 1.671,294 km de rede de transporte de telecomunicações de alta capacidade (backhaul em fibra óptica). A Algar Telecom formalizará perante a Anatel, pedido para suspensão do referido processo até que as premissas e condições relacionadas à adaptação da outorga de concessão para autorização sejam definidas e aprovadas, considerando que eventual valor objeto de repasse aos usuários do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC) poderá constar no saldo para a adaptação da outorga (valor envolvido R$115.498). *Cíveis* - (valor envolvido R$ 837.172 (R$ 750.228 em 31/12/2022). (i) Ações judiciais movidas por consumidores (cobrança indevida, inscrição em cadastro de inadimplentes, habilitação de serviços, contestação de contas e bloqueio de serviços), bem como ações indenizatórias decorrentes de acidente de trânsito (valor envolvido R$56.066 (R$ 49.054 em 31/12/2022)). (ii) Discussões contratuais com ex-fornecedores e/ou ex-parceiros comerciais e discussões judiciais com ex-clientes corporativos (valor envolvido R$43.881 (R$ 40.005 em 31/12/2022)). (iii) Ações coletivas movidas por entidades representativas de consumidores. (valor envolvido R$5.138 (R$ 4.133 em 31/12/2022)). (iv) Ação judicial pautada em direito autoral em virtude de suposta utilização irregular de serviço patenteado. Os elementos de cálculo não são conhecidos e nem as variáveis que seriam adotadas em decisão judicial. Após tais definições (como período de pagamento, percentual, retroatividade, prescrição etc.) seria necessária a realização de perícia contábil para apuração de valores. (v) Processos judiciais discutindo a distribuição e comercialização de cartões indutivos de telefones de uso público. A Companhia entende que, no momento, não há uma estimativa de valor envolvido, nem mesmo um critério de cálculo financeiro definido, uma vez que os elementos de cálculo não são conhecidos e nem as variáveis que seriam adotadas em decisão judicial, como o período de pagamento, percentual, retroatividade, prescrição etc.). (vi) Demandas judiciais da Algar Telecom, Algar Multimídia e da Vogel Soluções, com concessionárias de rodovias discutindo a legalidade da cobrança de valores para passagem subterrânea de cabos na faixa de domínio das rodovias. A variação no período deve-se ao fato de movimentação processual, bem como de reavaliação do risco de parte dos valores envolvidos nos processos. (valor envolvido: R$59.023 (R$ 52.764 em 31/12/2022). (vii) Demandas judiciais (Ações Civis Públicas), tendo como causa o incidente de segurança de disparo de mensagens de cunho ideológico/político ocorrido nos dias 23 e 24 de setembro de 2022. (valor envolvido: R$673.064 (R$ 602.215 em 31/12/2022)).

c) Depósitos Judiciais

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Individual 31/12/2023	Individual 31/12/2022
Depósitos judiciais sem provisões:				
Tributário	27.797	20.399	26.605	19.689
Trabalhista	565	5.377	316	556
Cível	427	1.958	406	488
Pados – ANATEL	-	-	-	-
	28.789	27.734	27.327	20.733
Depósitos judiciais com provisões:				
Tributário	43.540	45.682	36.699	39.938
Trabalhista	3.602	944	561	687
Cível	257	267	255	240
Pados – ANATEL	3.795	3.606	3.795	3.605
	51.194	50.499	41.310	44.470
Total	79.983	78.233	68.637	65.203

d) Direito indenizatório de provisões - Conforme previsto em cláusulas contratuais dos contratos de compra e venda das sociedades Smart e Vogel, as adquirentes, têm o direito de serem indenizadas pelos vendedores, por quaisquer perdas, sejam tributárias, cíveis e ou trabalhistas, cujos fatos geradores tenham ocorrido até o fechamento das transações de compra e venda. Sob esse fundamento, a Smart e a Vogel possuem os direitos indenizatórios contabilmente reconhecidos, registrados em rubrica específica do ativo realizável a logo prazo.

A posição contábil desse direito é apresentada como segue:

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022
Smart - fechamento da operação de compra e venda em 09/07/2019	4.205	12.909
Vogel - fechamento da operação de compra e venda em 16/08/2021	43.081	49.425
	47.286	62.334

22. Fornecedores

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Individual 31/12/2023	Individual 31/12/2022
Fornecedores faturados	202.881	241.085	118.493	146.071
Fornecedores a faturar	122.721	61.210	95.530	34.586
Fornecedor risco sacado	7.710	-	3.752	-
Obrigações com tráfego de interconexão e cobrança conjunta	17.712	32.725	17.665	32.724
	351.024	335.020	235.440	213.381

23. Receitas antecipadas

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Individual 31/12/2023	Individual 31/12/2022
Receita com arrendamento mercantil	7.337	11.529	7.337	11.529
Receita com créditos de celular pré-pago	3.879	3.921	3.879	3.921
Cessão de direito de uso de ativos- IRU (i)	14.569	85.038	-	68.393
Outras receitas antecipadas	11.403	3.296	3.540	1.697
	37.188	103.784	14.756	85.540
Passivo circulante	15.298	14.460	8.916	12.008
Passivo não circulante	21.890	89.324	5.840	73.532

(i) Em consequência da cessão adicional de 50% de direito de uso do Cabo Monet, mencionada na Nota Explicativa nº 1 (c), a operação foi classificada como arrendamento financeiro, gerando um impacto sobre a receita antecipada, correspondente à cessão dos 25% do cabo, realizada em 2022, apropriada para outras receitas operacionais.

24. Outras obrigações

	Consolidado 31/12/2023	Consolidado 31/12/2022	Individual 31/12/2023	Individual 31/12/2022
Obrigações com concessionárias (i)	5.370	158.123	5.370	158.123
Outras obrigações	33.764	39.732	13.516	16.730
	39.134	197.855	18.886	174.853
Passivo circulante	31.903	183.729	16.203	168.186
Passivo não circulante	7.231	14.126	2.683	6.667

(i) A variação deve-se aos pagamentos, no período, realizados para concessionárias de rodovias, pelo uso de infraestrutura nelas instaladas. Em 31 de dezembro de 2023, os saldos no passivo circulante e no passivo não circulante eram, respectivamente, de R$ 2.687 (R$ 151.456 em 31/12/2022) e R$ 2.383 (6.667 em 31/12/2022).

25. Patrimônio líquido - a) Capital social - O capital social autorizado da Companhia poderá ser aumentado por deliberação da Assembleia Geral quando inteiramente subscrito ou quando a diferença entre o capital social subscrito e o autorizado não comportar a capitalização prevista para o exercício social. A Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social até o limite de R$1.721.420. Até o limite do capital social autorizado, o capital social subscrito poderá ser aumentado independentemente de alteração estatutária, mediante deliberação do Conselho de Administração, por proposta da Diretoria e ouvido o Conselho Fiscal, quando instalado, cabendo ao Conselho de Administração fixar as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de integralização. A critério do Conselho de Administração, poderá, dentro do limite do capital social autorizado, ser realizada a emissão, sem direito de preferência ou com redução do prazo de que trata o parágrafo 4º do artigo 171 da Lei das Sociedades por Ações, de ações, debêntures conversíveis em ações ou bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa de valores ou por subscrição pública ou mediante permuta por ações em oferta pública de aquisição de controle, nos termos estabelecidos em lei, ou ainda, nos termos de lei especial de incentivos fiscais. As ações ordinárias conferem a seus titulares o direito de voto, cabendo um voto para cada ação da Companhia. Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 o valor do capital social da Companhia e o valor patrimonial da ação (VPA) eram como segue:

	Individual 31/12/2023	Individual 31/12/2022
Capital social	901.831	901.831
Quantidade de Ações (ON)	295.019.806	295.019.806
Patrimônio líquido da Companhia	1.487.640	1.640.399
Valor patrimonial da ação (VPA) em R$	5,0425	5,5603

b) Dividendos - A Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2023, saldo de dividendos a pagar, no passivo circulante, no montante de R$ 1.637 referente a exercícios anteriores. Em razão do prejuízo apurado em 2023, não houve distribuição de dividendos nesse exercício. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022 houve a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios de R$ 17.105.

26. Benefícios a empregados - Benefícios de curto prazo - Além das obrigações oriundas da legislação trabalhista e dos acordos com entidades representantes de seus associados, a Companhia e suas controladas concedem plano de saúde, convênio odontológico, seguro de vida em grupo, programas de auxílio à educação e programas de participação nos resultados. As provisões contábeis são apuradas mensalmente em bases estimadas e apropriadas ao resultado, tendo como contrapartida as obrigações com "salários, provisões e encargos sociais". Esses benefícios são registrados nas contas de custos e despesas no resultado quando incorridos. Plano de previdência complementar - Plano de Aposentadoria Algar-Prev - A Companhia e suas controladas e parte de seus associados contribuem como patrocinadores de um plano de aposentadoria na modalidade de contribuição definida, administrado pela BrasilPrev. Os benefícios pelo referido plano podem ser basicamente assim resumidos: (a) Benefício de aposentadoria por sobrevivência: é um plano de contribuição definida cujas reservas são atualizadas financeiramente e não atuarialmente; (b) Benefício de riscos que estão estruturados na modalidade de benefício definido no regime de repartição. Compete à Companhia e suas controladas o pagamento das contribuições e compete a BrasilPrev a constituição de todas as reservas necessárias ao compromisso assumido com o pagamento do benefício a partir da ocorrência do evento gerador, não gerando passivo atuarial para a Companhia.

27. Partes relacionadas - A controladora direta da Companhia é a Algar S.A. Empreendimentos e Participações ("Algar S.A."). Abaixo estão demonstrados os principais saldos ativos e passivos, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, assim como os efeitos das transações entre partes relacionadas nos resultados desses períodos

Consolidado – Saldos - ativo circulante

	31/12/2023 Contas a receber (a)	31/12/2023 Total	31/12/2022 Contas a receber (a)	31/12/2022 Total
Controladora:				
Algar S.A.	49	49	21	21
Total	49	49	21	21
Outras partes relacionadas:				
Algar TI	15	15	2	2
Algar Tecnologia	141	141	103	103
Algar Farming	11	11	-	-
CTRQ – (AVIVA)	-	-	9	9
Outros	69	69	17	17
Total	236	236	131	131
Total partes relacionadas	285	285	152	152

Consolidado

Saldos - passivo circulante

	31/12/2023					31/12/2022				
	Fornecedores	Passivo de arrendamento	Títulos a pagar	Dividendos a pagar	Total	Fornecedores	Passivo de arrendamento	Títulos a pagar	Dividendos a pagar	Total
	(d)	(i)	(e)	(f)		(d)	(i)	(e)	(f)	
Controladora:										
Algar S.A.	-	-	5.152	3.256	8.408	2	-	5.126	11.609	16.737
Total		-	5.152	3.256	8.408	2	-	5.126	11.609	16.737
Outras partes relacionadas:										
Algar Tecnologia	6.801	-	-	-	6.801	8.195	-	-	-	8.195
Algar TI	338	-	-	-	338	988	-	-	-	988
Engeset	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Space Empreendimentos	20	34.871	-	-	34.891	22	34.843	-	-	34.865
Archy LLC (acionista)	-	-	-	1.216	1.216	-	-	-	4.336	4.336
Outros	1.384	-	-	1.962	3.346	29	-	-	2.719	2.748
Total	8.543	34.871	-	3.178	46.592	9.234	34.843	-	7.055	51.132
Total partes relacionadas	8.543	34.871	5.152	6.434	55.000	9.236	34.843	5128	18.664	67.869
				Saldos - passivo não circulante						
Space Empreendimentos	-	37.273	-	-	37.273	-	60.043	-	-	60.043
Total partes relacionadas	-	37.273	-	-	37.273	-	60.043	-	-	60.043

Resultado - Consolidado

	31/12/2023				31/12/2022			
	Receita operacional bruta	Custos dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas	Receita operacional bruta	Custos dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas
	(g)	(h)	(h)	(h)	(g)	(h)	(h)	(h)
Controladora:								
Algar S.A.	1.360	-	-	-	1.284	-	-	-
Total	1.360	-	-	-	1.284	-	-	-
Outras partes relacionadas:								
Algar Tecnologia	2.206	(8.187)	(33.702)	(133)	2.670	(7.250)	(35.475)	-
Algar TI Consultoria	117	(1.510)	-	-	171		(2.948)	-
Algar Farmiing	520	-	-	-	315	-	-	-
Space Empreendimentos	49	(33.022)	-	-	30	(31.185)	-	-
Outros	128	(1.469)	(1.967)	-	102	(36)	-	-
Total	3.020	(44.188)	(35.669)	(133)	3.288	(38.471)	(38.423)	-
Total partes relacionadas	4.380	(44.188)	(35.669)	(133)	4.572	(38.471)	(38.423)	-

Individual

Saldos - ativo circulante

	31/12/2023					31/12/2022			
	Contas a receber	Títulos a receber	Dividendos a receber	Debênture privada	Total	Contas a receber	Títulos a receber	Dividendos a receber	Total
	(a)	(b)	(c)	(j)		(a)	(b)	(c)	
Controladora:									
Algar S.A.	-	-	-	-	-	4	-	-	4
Total	-	-	-	-	-	4	-	-	4
Controladas diretas:									
Algar Multimídia	236	2.295	14.163	-	16.694	1.539	3.256	4.867	9.662
Smart	2.071	215	1.382	-	3.668	2	146	1.254	1.402
Vogel	1.057	18.788	-	5.078	24.923	397	9.052	-	9.449
Total	3.364	21.298	15.545	5.078	45.285	1.938	12.454	6.121	20.513
Outras partes relacionadas:									
Algar Tecnologia	8	-	-	-	8	6	-	-	6
Outros	64	-	-	-	64	-	-	-	-
Total	72	-	-	-	72	6	-	-	6
Total partes relacionadas	3.436	21.298	15.545	5.078	45.357	1.948	12.454	6.121	20.523
				Saldos - ativo não circulante					
Vogel	-	-	-	190.000	190.000	-	-	-	-
	-	-	-	190.000	190.000	-	-	-	-

Individual

Saldos - passivo circulante

	31/12/2023					31/12/2022				
	Fornecedores	Passivo de arrendamento	Títulos a pagar	Dividendos a pagar	Total	Fornecedores	Passivo de arrendamento	Títulos a pagar	Dividendos a pagar	Total
	(d)	(i)	(e)	(f)		(d)	(i)	(e)	(f)	
Controladora:										
Algar S.A.		-	5.152	3.256	8.408	2	-	5.044	11.609	16.655
Total		-	5.152	3.256	8.408	2	-	5.044	11.609	16.655
Controladas diretas:										
Algar Multimídia	356	-	-	-	356	902	-	-	-	902
Algar Soluções	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Smart	36	-	-	-	36	572	-	-	-	572
Vogel	1.330	-	-	-	1.330	16.536	-	-	-	16.536
Total	1.722	-	-	-	1.722	18.010	-	-	-	18.010
Outras partes relacionadas:										
Algar Tecnologia	6.790	-	-	-	6.790	8.061	-	-	-	8.061
Algar TI	110	-	-	-	110	466	-	-	-	466
Engeset	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Space Empreendimentos	20	31.035	-	-	31.055	22	31.039	-	-	31.061
Archy LLC (acionista)	-	-	-	1.216	1.216	-	-	-	4.336	4.336
Outros	1.384	-	-	1.962	3.346	29	-	-	2.719	2.748
Total	8.304	31.035	-	3.178	42.517	8.578	31.039	-	7.055	46.672
Total partes relacionadas	10.026	31.035	5.152	6.434	52.647	26.590	31.039	5.044	18.664	81.337
				Saldos - passivo não circulante						
Space Empreendimentos	-	33.545	-	-	33.545	-	59.502	-	-	59.502
Total partes relacionadas	-	33.545	-	-	33.545	-	59.502	-	-	59.502

Resultado - Individual

	31/12/2023				31/12/2022			
	Receita operacional bruta	Custos dos serviços prestados	Despesas com vendas	Receitas Financeiras	Receita operacional bruta	Custos dos serviços prestados	Despesas com vendas	Despesas gerais e administrativas
	(g)	(h)	(h)	(k)	(g)	(h)	(h)	(h)
Controladora:								
Algar S.A.	181	-	-	-	174	-	-	-
Total	181	-	-	-	174	-	-	-
Controladas diretas:								
Algar Multimídia	298	(1.342)	-	-	915	(4.155)	-	-
Algar Soluções	-	-	-	-	55	(5.896)	-	-
Smart	3	(31)	-	8.032	-	(91)	-	-
Vogel	77	(192)	-	-	3	(157)	-	-
Total	378	(1.565)	-	8.002	973	(10.299)	-	-
Outras partes relacionadas:								
Algar Tecnologia	1.076	(8.187)	(33.702)	-	1.250	(5.667)	(35.475)	-
Algar TI	43	(559)	-	-	88	-	(1.219)	-
Algar Farming	273	-	-	-	232	-	-	-
Space Empreendimentos	47	(24.205)	-	-	30	(22.704)	-	-
CTRQ – (AVIVA)	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras	63	(1.468)	(1.967)	-	54	(37)	-	-
Total	1.502	(34.419)	(35.669)	-	1.654	(28.408)	(36.694)	-
Total partes relacionadas	2.061	(35.984)	(35.669)	8.032	2.801	(38.707)	(36.694)	-

Os saldos e valores decorrentes das transações entre as partes relacionadas são descritos como segue:
a) Refere-se a contas a receber pela prestação de serviços relacionados às atividades operacionais das empresas. b) Créditos por repasses de gastos entre as empresas do Grupo Algar, decorrentes de utilização partilhada de soluções de infraestruturas. c) Saldos de dividendos a receber de controladas. d) Obrigações pelo fornecimento de bens e serviços decorrentes das operações das empresas do Grupo Algar. e) Débitos por conta de repasses de gastos entre as empresas do Grupo Algar, decorrentes de negociação corporativa com o compartilhamento de soluções de infraestruturas utilizadas nas atividades operacionais. f) Dividendos a pagar. g) Receita da prestação de serviços conforme objeto social explorado pelas empresas. h) Refere-se a custos e despesas com serviços de telecomunicações; serviço de monitoramento eletrônico comercial, recepção, portaria, guarda de documentos, serviços de vigilância e segurança armada; serviço de administração e armazenagem de estoque, manutenção de redes, instalação de terminais, gestão de almoxarifado e manutenção de terminais públicos; serviço de telemarketing, administração de *call center*, locação de pontos de atendimento, cobrança e *back office*. i) Passivo de arrendamento. j) Operação de debêntures privadas entre a Companhia e a controlada Vogel. k) Receita financeira referente à remuneração de debêntures privadas. Remuneração dos administradores - As remunerações dos administradores, os quais são representados pelos membros do conselho de administração e pelos diretores estatutários, responsáveis pelo planejamento, direção e controle dos negócios da Companhia e controladas, são computadas como custos e despesas do período, incluindo os benefícios e encargos sociais correspondentes. A Assembleia Geral Ordinária de acionistas da Companhia, realizada em 19 de abril de 2022, aprovou a modalidade de remuneração baseada na valorização das ações da Companhia, além das remunerações fixa e variável previstas para a diretoria estatutária, no exercício social de 2022.
Os valores para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 são apresentados como segue:

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Salários e outros benefícios de curto prazo:				
Conselho de administração:				
Remuneração fixa	**4.500**	4.500	**4.500**	4.500
Diretoria executiva:				
Remuneração fixa	**9.371**	8.082	**4.641**	2.627
Remuneração variável	**2.148**	9.301	**1.064**	2.784
Previdência privada	**402**	279	**199**	94
	16.421	22.162	**10.404**	10.005

28. Receita operacional líquida

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Telecom				
B2B	**2.262.270**	2.344.216	**869.239**	821.080
B2C	**1.039.244**	1.132.255	**1.018.528**	1.099.779
Receita operacional bruta	**3.301.514**	3.476.471	**1.887.767**	1.920.859
Impostos e deduções	**(554.786)**	(677.567)	**(301.621)**	(361.342)
Receita operacional líquida	**2.746.728**	2.798.904	**1.586.146**	1.559.517

29. Custos dos serviços prestados e das mercadorias vendidas

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	**(243.852)**	(285.477)	**(103.271)**	(120.956)
Materiais	**(26.756)**	(26.210)	**(14.359)**	(12.096)
Serviços de terceiros	**(381.166)**	(278.854)	**(211.342)**	(139.727)
Interconexão e meios de conexão	**(128.607)**	(191.008)	**(86.177)**	(143.423)
Aluguéis e seguros	**(101.217)**	(95.320)	**(20.140)**	(22.537)
Depreciação e amortização	**(426.055)**	(411.691)	**(203.836)**	(201.813)
Depreciação de Direito de Uso (IFRS 16)	**(267.862)**	(207.453)	**(149.672)**	(121.356)
Custos das mercadorias vendidas	**(15.614)**	(69.093)	**(16.059)**	(49.830)
Outros	**(28.023)**	(8.702)	**(38.561)**	(29.547)
	(1.619.152)	(1.573.808)	**(843.417)**	(841.285)

30. Despesas com vendas

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	**(205.212)**	(206.864)	**(82.981)**	(69.693)
Serviços de terceiros	**(173.155)**	(205.277)	**(109.919)**	(145.484)
Propaganda e marketing	**(28.267)**	(26.259)	**(23.319)**	(18.954)
Provisão para perda esperada de contas a receber	**(92.352)**	(36.329)	**(56.824)**	(9.003)
Aluguéis e seguros	**(3.866)**	(7.605)	**(3.592)**	(3.230)
Depreciação e amortização	**(24.148)**	(23.959)	**(16.362)**	(16.557)
Depreciação de Direito de Uso (IFRS 16)	-	(2.434)	-	(1.485)
Baixa de recebíveis	**(52.398)**	-	**(30.730)**	-
Outros	**(35.502)**	(35.372)	**(33.352)**	(28.581)
	(614.900)	(544.099)	**(357.079)**	(292.987)

31. Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Pessoal	**(84.365)**	(107.569)	**(6.126)**	(20.104)
Serviços de terceiros	**(158.056)**	(103.405)	**(61.597)**	(29.004)
Aluguéis e seguros	**(2.339)**	(2.909)	**(272)**	95
Depreciação e amortização	**(25.076)**	(22.195)	**(14.350)**	(11.616)
Depreciação de Direito de Uso (IFRS 16)	-	(1.124)	-	(969)
Outros	**(9.571)**	(9.498)	**(4.084)**	(1.957)
	(279.407)	(246.700)	**(86.429)**	(63.555)

32. Outras receitas (despesas operacionais)

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Despesas com concessão de serviços de telecomunicações	**(5.449)**	(7.891)	**(5.449)**	(7.891)
(Constituição) reversão de provisões, líquido	**(3.328)**	(11.075)	**(130)**	(9.378)
Multas sobre serviços de telecomunicações e contratuais	**38.198**	57.215	**18.458**	21.531
Ganho/perda com imobilizado e intangíveis	**6.229**	15.700	**12.404**	(3.851)
Amortização de mais-valia	**(4.109)**	(9.356)	**(1.985)**	(1.985)
Recuperação de tributos	**15.936**	10.636	**5.884**	4.826
Baixa de recebíveis (ajustes de modens)	**(18.638)**	(17.623)	**(15.889)**	(13.245)
Venda de sucata (i)	**49.210**	2.299	**48.944**	1.089
Cessão de direito de uso – IRU (ii)	**144.231**	-	**144.231**	-
Baixa de ativo imobilizado (ii)	**(91.543)**	-	**(91.543)**	-
Ajuste ao valor recuperável (Cabo Monet) (ii)	**(45.161)**	-	**(45.161)**	-
Provisão para perda de ativo imobilizado	**(73.000)**	-	**(20.940)**	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	**(24.816)**	(8.285)	**1.750**	2.694
	(12.240)	31.620	**50.574**	(6.210)

(i) A variação no período refere-se, principalmente, à venda de sucata extraída de cabos de rede.
(ii) De acordo com o contrato firmado com a Sparkle em 12 de dezembro de 2023, no qual a Companhia cedeu o restante das frequências do cabo submarino (Cabo Monet), houve o entendimento de que a operação caracterizou um arrendamento financeiro, sendo reconhecida uma receita de R$ 144.231, relativa à cessão de 75% do cabo. Essa operação acarretou a baixa do referido ativo imobilizado, na correspondente proporção, no valor de R$ 91.543, além da baixa, para o resultado, de despesa antecipada de direito de uso, no montante de R$ 45.161.

33. Resultado financeiro, líquido

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2022
Receitas financeiras:				
Receitas de aplicação financeira	**53.390**	76.870	**31.240**	51.620
Juros sobre contas recebidas em atraso	**6.066**	6.671	**3.848**	4.045
Juros impostos, taxas e contribuições	**363**	129	**326**	113
Variações monetárias e cambiais	**1.179**	9.371	**838**	8.941
Reversões de provisões	**16.677**	21.336	**11.407**	12.005
Atualização monetária de créditos tributários	**10.610**	14.903	**7.671**	12.864
Ajuste a valor presente de contas a receber	**13.994**	22.591	**9.561**	16.133
Outras receitas financeiras	**2.693**	5.069	**10.455**	2.623
	104.972	156.940	**75.346**	108.344
Despesas financeiras:				
Juros sobre empréstimos	**(1.868)**	(2.012)	**(1.791)**	(1.730)
Juros sobre debêntures	**(344.191)**	(328.396)	**(344.191)**	(328.396)
Variações monetárias de debêntures	**(48.772)**	(65.828)	**(48.772)**	(65.828)
Descontos concedidos	**(24.941)**	(13.316)	**(18.665)**	(12.363)
Encargos sobre provisões, impostos e taxas	**(38.923)**	(147.931)	**(33.436)**	(130.406)
Taxas e tarifas bancárias	**(12.639)**	(14.637)	**(11.794)**	(13.531)
Despesas de Juros (IFRS 16)	**(87.525)**	(78.211)	**(51.666)**	(49.723)
Outras despesas financeiras	**(30.635)**	(47.829)	**(23.879)**	(44.516)
	(589.494)	(698.160)	**(534.194)**	(646.493)
Resultado financeiro, líquido	**(484.522)**	(541.220)	**(458.848)**	(538.149)

34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos - A Companhia tem exposição aos seguintes riscos: • Risco de crédito • Risco de liquidez • Risco de mercado • Risco operacional. a) Risco de crédito - Risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro para a Companhia e suas controladas, caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro descumpra com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis e títulos de investimento. O ativo da Companhia e controladas, avaliado como sujeito a risco de crédito, suscetível de eventual perda, são as contas a receber da operação. Na avaliação da Companhia, não há outros ativos relevantes sujeitos a esse tipo de risco. A Companhia e suas controladas monitoram continuamente o crédito concedido aos seus clientes e o nível de inadimplência. O risco de crédito de contas a receber é proveniente de valores faturados e a faturar de serviços prestados de telecomunicações, revenda de aparelhos celulares e distribuição de cartões pré-pagos e cartões indutivos. *Contas a receber de clientes* - O acesso dos clientes aos serviços de telefonia fixa é bloqueado parcialmente sempre que sua conta se encontrar sem pagamento há mais de 30 dias. Com mais de 60 dias de vencimento ocorre o bloqueio total. Os casos de exceções compreendem somente os serviços de telefonia que devem ser mantidos por razões de segurança ou defesa nacional. O acesso dos clientes aos serviços de telefonia móvel celular é bloqueado parcialmente sempre que sua conta se encontrar vencida há mais de 15 dias. Com mais de 30 dias de vencimento ocorre o bloqueio total. A velocidade da Banda Larga é reduzida quando a inadimplência desse produto atinge 22 dias e o serviço é bloqueado totalmente com 52 dias de atraso no pagamento da fatura. A Companhia mantém limites de créditos para seus revendedores e distribuidores de cartões pré-pagos e indutivos, e para revendedores de aparelhos celulares, que são definidos com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência, aplicando-se garantias com notas promissórias e outras garantias reais. O risco de crédito é minimizado através de uma criteriosa análise de crédito, definida com base no potencial de vendas, histórico de risco, pontualidade de pagamentos e inadimplência de clientes, bem como na distribuição dos contratos de clientes em diversos tipos de operação. A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada cliente. Adicionalmente, a Administração da Companhia considera os riscos por região, através da análise histórica dos créditos com liquidação duvidosa. O gerenciamento de riscos de crédito do contas a receber apresenta os seguintes aspectos por empresa: • Na Companhia e nas controladas Algar Multimídia, Algar Soluções as receitas são pulverizadas através de seu portfólio de clientes, não existindo concentrações relevantes em clientes específicos. • Em razão da cisão do investimento da Companhia na Algar TI, em 2 de dezembro de 2019, a concentração de receita deixou de ser aplicável aos negócios atualmente consolidados. b) Risco de liquidez - A Administração da Companhia gerencia riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento das obrigações com passivos financeiros, seja por liquidação em dinheiro ou com outros ativos financeiros, mantendo, quando possível, o planejamento para atender a essas obrigações em condições normais de mercado ou em condições específicas, conforme o grau de risco. As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo os juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida estão apresentados abaixo:

	31/12/2023				
	Consolidado e Individual				
	Valor contábil	Fluxo de caixa contratual	1 a 2 anos	3 a 5 anos	Mais de 5 anos
Passivos financeiros não derivativos:					
Debêntures	3.974.208	5.812.226	1.592.553	960.984	3.258.689
Arrendamento mercantil financeiro	2.098	2.098	2.098	-	-
Obrigações com outorga ANATEL	66.898	152.669	9.041	10.650	132.978
Total	4.043.204	5.966.993	1.603.692	971.634	3.391.667

A política de aplicações financeiras estabelecida pela Administração define as instituições financeiras com as quais os contratos podem ser celebrados, com base em critérios técnicos pré-estabelecidos pela Companhia, dentre eles rating mínimo, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos. c) Risco de mercado - Os riscos de mercado estão relacionados, principalmente, aos riscos de mudança nos preços dos produtos e serviços ofertados pela Companhia, assim como em taxas de câmbio, de juros e outras taxas que possam influenciar a sua receita, bem como os valores dos seus ativos e passivos. O objetivo da Administração é gerenciar e controlar a exposição da Companhia aos riscos de mercado, dentro de limites compatíveis, afastando os obstáculos ao crescimento dos negócios. A Companhia pode contratar operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, a fim de gerenciar e diminuir os riscos de exposição às possíveis flutuações nas taxas de câmbio. Caso aplicável, são registrados em contas patrimoniais, com o objetivo de reduzir sua exposição a riscos de moeda, bem como manter sua capacidade de investimentos e estratégia de crescimento. *Risco de taxas de câmbio* - Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia e pelas suas controladas para a aquisição de equipamentos, insumos, e a contratação de instrumentos financeiros. A Companhia e controladas não possuem exposição a variações de moeda estrangeira, relativamente a empréstimos e financiamentos, no exercício corrente, assim como não possuíam no exercício comparativo reportado nas presentes demonstrações financeiras. *Análise de sensibilidade - taxa de juros - empréstimos, financiamentos e debêntures, líquido de aplicações financeiras* - Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros (empréstimos, financiamentos e debêntures) indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2023, averiguando-se o impacto no resultado financeiro, líquido dos rendimentos das aplicações financeiras para o caso da variável de risco CDI, no período de um ano. O Cenário I corresponde às taxas de juros apuradas na data acima e, na avaliação da Administração, é o cenário mais provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Para os Cenários II e III, considerou-se uma elevação de 25% e 50%, respectivamente, nas variáveis de risco. *Premissas para a análise de sensibilidade* - A Companhia efetuou a análise considerando os indexadores Taxa-DI, IPCA e Selic na data base de 31 de dezembro de 2023, extraído das seguintes fontes externas, respectivamente: Cetip, IBGE e Banco Central do Brasil.

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
DI (%)	11,65%	14,56%	17,48%
Resultado financeiro atrelado ao DI	124.840	156.049	187.259
Encargos financeiros adicionais em se confirmando o cenário	-	31.209	62.419

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
IPCA (%)	4,68%	5,85%	7,02%
Resultado financeiro atrelado ao IPCA	80.796	100.995	121.193
Encargos financeiros adicionais em se confirmando o cenário	-	20.199	40.397

Variável de risco	Cenário I	Cenário II	Cenário III
Selic (%)	11,75%	14,69%	17,63%
Resultado financeiro atrelado à Selic	7.861	9.826	11.791
Encargos financeiros adicionais em se confirmando o cenário	-	1.965	3.930

d) Riscos operacionais - Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos das empresas, assim como aos seus colaboradores, à tecnologia e à infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios. O objetivo da Companhia é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e danos à reputação das empresas, mediante procedimentos e políticas alinhados com as atividades e negócios da Companhia. A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da alta Administração da Companhia, sendo auxiliada pela auditoria interna, sobretudo quanto a revisões periódicas desses controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e funcionamento adequados. e) Gestão de capital - A política da Companhia em manter uma base sólida de capital resulta na confiabilidade dos investidores, credores e mercado, assim como solidifica alicerces para desenvolvimento de negócios futuros. O constante monitoramento do retorno de capital e o zelo pela política de distribuição de dividendos são práticas consagradas em respeito ao acionista e ao empreendimento administrado. Ao administrar seu capital, os objetivos das empresas, incluindo a Companhia, são os de salvaguardar a sua capacidade e continuidade para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal, capaz de promover a otimização dos gastos incorridos. A Companhia e suas controladas não mantêm operações com instrumentos financeiros derivativos complexos. A Companhia e suas controladas não efetuam aplicações de caráter especulativo em derivativos ou em quaisquer outros ativos de risco. f) Valores estimados de mercado - *Contas a receber* - decorrem diretamente das operações da Companhia e de suas controladas e são classificados como custo amortizado, e estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos à provisão para perdas. Os valores originais líquidos de provisão se assemelham aos valores justos na data de encerramento dessas demonstrações financeiras. *Títulos a receber de partes relacionadas* - são apresentados pelos seus valores originais, atualizados monetariamente, quando aplicável. *Fornecedores* - os valores contábeis apresentados são considerados equivalentes aos respectivos valores justos das obrigações registradas nessa rubrica. *Empréstimos, financiamentos e debêntures (em moeda nacional e estrangeira)* - são mensurados ao custo amortizado, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. *Instrumentos financeiros derivativos* - são mensurados pelos seus valores justos, com contrapartida no resultado. O valor justo é calculado por fluxo de caixa descontado, e os recebimentos e pagamentos referem-se às previsões de fluxo de caixa no período.
Segue a classificação dos principais instrumentos financeiros:

		31/12/2022			
		Consolidado		Individual	
	Classificação	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativo					
Caixa e bancos	(a)	18.551	18.551	11.307	11.307
Aplicações financeiras (notas 4 e 5)	(a)	1.173.894	1.173.894	857.943	857.943
Contas a receber	(b)	794.590	794.590	580.812	580.812
Títulos a receber – debênture privada		-	-	195.079	197.851
		1.987.035	1.987.035	1.645.141	1.647.913
Passivo					
Debêntures	(b)	3.974.208	4.036.740	3.974.208	4.036.740
Fornecedores	(b)	351.024	351.024	235.440	235.440
Títulos a pagar	(b)	19.901	19.901	19.524	19.524
Arrendamento mercantil financeiro	(b)	2.098	1.869	2.098	1.869
Obrigações com outorga ANATEL	(b)	66.899	67.923	66.899	67.923
Provisão para investimento 5G	(b)	7.777	7.777	7.777	7.777
		4.421.907	4.485.234	4.305.946	4.369.273

(a) Ativos ou passivos financeiros avaliados pelo valor justo com ajuste no resultado;
(b) Custo amortizado.
g) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) - Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia e as suas controladas fazem para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, a Companhia e as suas controladas monitoram permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado, bem como acompanham rigorosamente o cumprimento de índices ("*covenants*") previstos em contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures. Em determinadas circunstâncias são efetuadas operações de hedge para evitar oscilações do custo financeiro das operações. h) Hierarquia de valor justo - Os instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação, são apresentados conforme tabela abaixo. Os diferentes níveis são definidos como segue: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos; • Nível 2: *inputs*, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

	Consolidado - 31/12/2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:				
Caixa e bancos	**18.551**	-	-	**18.551**
Aplicações financeiras	-	**1.173.894**	-	**1.173.894**
	18.551	**1.173.894**	-	**1.192.445**

	Consolidado - 31/12/2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:				
Caixa e bancos	23.910	-		23.910
Aplicações financeiras	-	699.689	-	699.689
	23.910	699.689	-	723,599

	Individual – 31/12/2023			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:				
Caixa e bancos	**11.307**	-	-	**11.307**
Aplicações financeiras	-	**857.943**	-	**857.943**
	11.307	**857.943**	-	**869.250**

	Individual – 31/12/2022			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Ativos:				
Caixa e bancos	5.691	-	-	5.691
Aplicações financeiras	-	427.386	-	427.386
	5.691	427.386	-	433.077

35. Segmentação por cliente - B2B e B2C - As informações financeiras consolidadas da Companhia são representadas por um único segmento identificado de Negócio, o segmento de "telecomunicações".Esse segmento representa a agregação dos resultados e do capital empregado nos serviços de telefonia fixa, internet banda larga, comunicação de dados, telefonia celular, produtos e serviços digitais e de valor adicionado, sendo as operações desenvolvidas pela Companhia e suas controladas Algar Multimídia, Vogel e Smart. Em linha com sua estratégia de atuação, a Administração da Companhia utiliza a segregação comercial dos seus clientes como guia para a tomada de decisões e de acompanhamento de resultados. A abertura das informações por tipo de cliente, pessoa jurídica e pessoa física, é feita da seguinte forma.

Tipo de cliente	Descrição
B2B	Compreende os clientes pessoa jurídica de grande, médio e pequeno portes e outras empresas do mercado de Telecom.
B2C	Compreende os clientes pessoa física que fazem uso dos serviços de modo não profissional.

ALGAR TELECOM S.A. - CNPJ: 71.208.516/0001-74 - Companhia Aberta

Embora o modelo de gestão da Companhia e de suas controladas apresente uma segregação dos resultados com base no tipo e perfil do cliente, os ativos e a estrutura operacional como um todo são indivisíveis e são compartilhados nas diversas operações, de modo que uma única Unidade de Geração de Caixa - UGC é caracterizada e compreendida nesse contexto. No quadro abaixo estão apresentadas as informações segregadas por cliente, modelo utilizado como como um indicador de mercado na gestão do negócio da Companhia.

	31/12/2023			31/12/2022		
	B2B	**B2C**	**Consolidado**	**B2B**	**B2C**	**Consolidado**
Receita bruta	**2.262.270**	**1.039.244**	**3.301.514**	2.344.216	1.132.255	3.476.471
Receita líquida	**1.870.111**	**876.617**	**2.746.728**	1.878.760	920.144	2.798.904
Custos operacionais	**(665.121)**	**(260.095)**	**(925.216)**	(724.744)	(230.022)	(954.766)
Despesas comerciais	**(382.781)**	**(207.972)**	**(590.753)**	(315.099)	(202.671)	(517.770)
Despesas administrativas	**(174.999)**	**(79.350)**	**(254.349)**	(152.962)	(70.462)	(223.424)
Outras receitas e despesas operacionais	**(28.273)**	**20.142**	**(8.131)**	35.621	5.564	41.185
Depreciação e amortização	**(458.915)**	**(288.335)**	**(747.250)**	(412.450)	(265.762)	(678.212)

36. Resultado por ação

	Individual	
	31/12/2023	**31/12/2022**
Resultado líquido do exercício	**(152.759)**	51.443
Quantidade de ações ON no final do exercício	**295.019.806**	295.019.806
Média ponderada das ações	**295.019.806**	295.019.806
Resultado básico e diluído por ação ON (em R$)	**(0,52)**	0,17

37. Transações que não afetaram o caixa - Os saldos das principais transações de investimento que não representaram movimentações de caixa e equivalentes de caixa são apresentados como segue:

	Consolidado		Individual	
	31/12/2023	**31/12/2022**	**31/12/2023**	**31/12/2022**
Aquisição de imobilizado e intangível, a pagar	**57.363**	29.642	**29.871**	10.464
Direito de uso de ativos (IFRS 16), a pagar	**257.606**	527.485	**122.676**	310.154
	314.969	557.127	**152.547**	320.618

38. Cobertura de seguros - Em 31 de dezembro de 2023, a cobertura de seguros contra riscos operacionais era composta por R$ 1.255.069 para danos materiais e R$ 1.737.850. para lucros cessantes; R$ 18.000 para responsabilidade civil para as empresas, abrangendo a Companhia e suas controladas

39. Ativo não circulante mantido para venda - A Companhia é detentora de 25% do direito de uso de fibra virtual (virtual fiber) do cabo submarino Seabrás por meio de contrato de IRU celebrado com a Sparkle em 31/03/2022. Por meio desse ativo é possível trafegar dados, voz e imagem para o mercado dos Estados Unidos da América. Na avaliação da administração o uso dele se encontra subestimado comparativamente à sua capacidade. Diante disso, o Conselho de Administração autorizou, em reunião realizada em 08/11/2023, a venda do direito de uso, de até 25% do espectro disponível, pelo valor de até R$ 19.975 cujo valor de aquisição foi de R$ 71.058, a qual deverá ocorrer dentro de um ano. Em razão da intenção da venda acima mencionada, e tendo atendido aos devidos requisitos, o ativo foi reclassificado em 31 de dezembro de 2023 para a rubrica de ativo não circulante mantido para a venda, no montante de R$ 19.975, tendo reconhecido uma provisão para redução ao valor recuperável (CPC 01) no montante total de R$ 45.161.

40. Eventos subsequentes - a) Ato 254 da Anatel – aprovação da redução de repasse aos usuários de crédito referente exclusão do ICMS sobre a base de cálculo do PIS e da COFINS. Conforme Ato nº 254, de 11 de janeiro de 2024, a Anatel aprovou a redução do valor de eventual repasse aos usuários do Serviço Telefônico Fixo Comutado (STFC), referente a credito decorrente da exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, alterando o valor inicial para fins de repasse de R$ 221 milhões para R$ 115 milhões e aprovou que a eventual transferência seja realizada por meio da construção de 1.671,294 km de rede de transporte de telecomunicações de alta capacidade (backhaul em fibra óptica). Este assunto está divulgado na nota explicativa nº 21,b, iii. b) Incorporações de sociedades - Em 1º de abril de 2024, a Algar Telecom S.A. procedeu à incorporação da sua controlada Smart Telecomunicações e Serviços Ltda., conforme assembleia geral extraordinária realizada naquela data. Ainda mesma data, a Vogel Soluções em Telecomunicações em Informática S.A. incorporou a Algar Multimídia S.A.

Conselho de Administração

Presidente - Luiz Alexandre Garcia
Vice-Presidente - Eliane Garcia Melgaço
Membros
Luiz Alberto Garcia
Divino Sebastião de Souza
Luiz Eduardo Falco Pires Correa
Thilo Helmut Georg Mannhardt

Diretoria Estatutária

Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores - **Jean Carlos Borges**
Diretora Vice-Presidente de Gente - **Ana Paula Rodrigues**
Diretor Vice-Presidente de Estratégia e Regulatório - **Renato Paschoareli**
Diretor Vice-Presidente da BU ServB - **Augusto Salomon**
Diretor Vice-Presidente da BU ServC - **Márcio de Jesus**

Contador

Amir Francisco de Oliveira - CRC-MG 054086/O-2

Declaração dos diretores sobre o parecer dos auditores independentes e sobre as demonstrações financeiras

Em cumprimento às disposições normativas da Comissão de Valores Mobiliários – CVM, a diretoria estatutária da Algar Telecom S.A. declara que reviu, discutiu e concordou com as opi-niões expressas no parecer dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras da Companhia, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Adicionalmente, declara que tomou conhecimento das demonstrações financeiras ora disponibilizadas, e expressa aqui a sua concordância com as mesmas.

Uberlândia, 24 de abril de 2024.

Outras informações relevantes

A ALGAR TELECOM S.A., nos termos do artigo 25, parágrafo 1º, inciso IX da ICM 480/09, informa a inexistência do parecer do Comitê de Auditoria, bem como a inexistência do relatório resumido do referido Comitê.

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Algar Telecom S.A.

Opinião com ressalvas - Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Algar Telecom S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial individual e consolidado em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações individuais e consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para opinião com ressalvas" a seguir, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Algar Telecom S.A. em 31 de dezembro de 2023, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), emitidas pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

Base para opinião com ressalvas - *Inversão fixa* - Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1(d) e nº 11 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, em janeiro de 2024 foi instaurado um Comitê Especial pelos órgãos de governança da Companhia para apuração de denúncia relacionada a potenciais equívocos no processo de reconhecimento de ativo imobilizado. Com a realização dos trabalhos, a Administração da Companhia identificou a deterioração de determinadas atividades de controles internos relacionadas ao reconhecimento e mensuração das adições ao ativo imobilizado e transferências para as rubricas definitivas ocorridas no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023. Durante esse exercício, a Companhia adquiriu itens de obras em andamento, no ativo imobilizado consolidado e individual, nos montantes de R$411.752 mil e R$225.635 mil respectivamente, tendo transferido desse grupo para o ativo imobilizado em operação R$608.899 mil no consolidado e R$292.122 mil no individual. Adicionalmente, como mencionado nas notas explicativas nº 1 e nº 11, na data de aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os trabalhos e análises relacionadas a esse assunto encontram-se em andamento pela Administração da Companhia, que registrou uma provisão para perda no montante de R$20.940 mil no individual e R$73.000 mil no consolidado, com base nas informações disponíveis. Neste contexto, a Administração não disponibilizou documentação suporte e demais evidências necessárias para que os procedimentos de auditoria pudessem ser executados e uma conclusão sobre a suficiência ou não da provisão pudesse ser alcançada. Como consequência, não foi possível determinar se a provisão para perda no montante de R$20.940 mil no individual e R$73.000 mil no consolidado, registrada pela Administração da Companhia, é suficiente ou não para cobrir eventuais gastos registrados como adição e/ou transferência no ativo imobilizado que deveriam ter sido registrados como custos ou despesas no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, assim como os possíveis efeitos relativos aos elementos componentes das demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e da demonstração do valor adicionado para o exercício findo naquela data. *Ativo de direito de uso - arrendamento* - Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1(d) e nº 13, a Administração da Companhia identificou, no decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a deterioração de determinadas atividades de controles relacionadas ao reconhecimento e mensuração dos ativos de direito de uso, registrados pelos montantes de R$498.593 mil e R$837.171 mil, líquidos de amortização acumulada, na controladora e no consolidado, respectivamente, em 31 de dezembro de 2023. Como mencionado na nota explicativa nº13, na data de aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os trabalhos e análises relacionadas ao reconhecimento e mensuração dos ativos de direito de uso encontram-se em andamento pela Administração da Companhia, que registrou um ajuste no montante de R$7.845 mil no individual e R$47.493 mil no consolidado, com base nas informações disponíveis. Neste contexto, a Administração não disponibilizou documentação suporte e demais evidências necessárias para que os procedimentos de auditoria pudessem ser executados e uma conclusão sobre a suficiência ou não do ajuste registrado pudesse ser alcançada. Como consequência, não foi possível determinar se o ajuste no montante de RR7.845 mil no individual e R$47.493 mil no consolidado, registrado pela Administração da Companhia, é suficiente ou não para reconhecer a mensuração dos contratos de direito de uso vigentes em 31 de dezembro de 2023, assim como aos elementos componentes das demonstrações do resultado, dos fluxos de caixa e da demonstração do valor adicionado para o exercício findo naquela data. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalvas.

Principais assuntos de auditoria - Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Além dos assuntos descritos na seção "Base para opinião com ressalvas", determinamos que o assunto descrito abaixo é o principal assunto de auditoria a ser comunicado em nosso relatório. *Reconhecimento de receita de telecomunicações* - Por que é um PAA - Conforme descrito na nota explicativa nº 28 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a receita líquida de venda de produtos e serviços de telecomunicações reconhecida pela Companhia durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2023 é de R$1.586.146 mil na controladora e R$2.746.728 mil no consolidado. O processo de reconhecimento de receita da Companhia é complexo, devido ao volume de transações e gama de serviços que podem ser prestados. Além disso, há dependência significativa dos sistemas de informação e estrutura tecnológica, que inclui aplicativos e sistemas. Adicionalmente, o processo de reconhecimento de receita no fim de cada período considera determinados cálculos para mensuração da receita incorrida e ainda não faturada. Por estas razões, consideramos a receita líquida de venda de produtos e serviços de telecomunicações, como uma área de foco em nossa auditoria. Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria - Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: i) Avaliação do desenho e teste da implementação e efetividade dos controles internos relevantes relacionados ao processo de reconhecimento de receita, incluindo a avaliação do desenho e teste de controles dos sistemas informatizados considerados relevantes, com uso de nossos especialistas de tecnologia da informação, para os quais destacamos: a. A execução de testes relacionados à segurança da informação, à gestão de acessos e à segregação de função com impacto sobre as demonstrações financeiras, incluindo testes complementares sobre evidências mitigatórias, quando aplicável. b. Testes de integridade e acuracidade dos relatórios utilizados para determinação do reconhecimento de receita. ii) Projeção, de forma independente, dos saldos considerando informações históricas e correlações efetuadas através de relações de previsibilidade; iii) testes documentais em bases amostrais, inspecionando a correspondente documentação suporte, para avaliar a ocorrência e exatidão; Como resultado da execução destes procedimentos, foram identificados ajustes e deficiência no controle interno relacionado aos critérios de reconhecimento de receita de venda de roteadores. A Administração da Companhia registrou o ajuste identificado. Com base nos procedimentos de auditoria acima descritos e nas evidências de auditoria obtidas, consideramos que a receita de telecomunicações e as respectivas divulgações em notas explicativas são aceitáveis no contexto da auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos - *Demonstrações do valor adicionado* - As demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado ("DVA"), referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão reconciliadas com as demais demonstrações financeiras e os registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e o seu conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos dos assuntos descritos na seção intitulada "Base para opinião com ressalvas" acima, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor - A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Conforme descrito na seção "Base para opinião com ressalvas" acima, não foi possível obter evidência de auditoria apropriada e suficiente sobre o valor de R$20.940 mil no individual e R$73.000 mil no consolidado, referente provisão para perda no ativo imobilizado e do valor de R$7.845 mil no individual e R$47.493 mil no consolidado, referente a ajuste relacionado ao direito de uso em 31 de dezembro de 2023. Portanto, não foi possível concluir se as outras informações apresentam distorção relevante, ou não, com relação a esses assuntos.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas - A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e de suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas - Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários, tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 24 de abril de 2024

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Paulo de Tarso Pereira Jr.
Contador
CRC nº 1 SP 253932/O-4

Comunico o extravio do título número 386 da Estancia Thermas Pousada Rio Quente em nome de José Ricardo Lobato.

1º OFÍCIO DE IMÓVEIS DE UBERLÂNDIA - MG

Avenida Cesário Alvim, 356, Centro

Márcio Ribeiro Pereira
Oficial

Patricia Testa Pereira — *Oficial Substituta*
Joelia da Silva Ribeiro — *Escrevente*
Denise Testa Pereira — *Oficial Substituta*
Daniele Amstaldem de Oliveira — *Escrevente*
Lorena Marques de Sousa — *Escrevente*

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE DEVEDOR FIDUCIANTE

DENISE TESTA PEREIRA, Registradora Substituta do Ofício do 1° Registro de Imóveis de Uberlândia, com base no parágrafo 4º, do art. 26, da Lei nº 9.514/1997, vem intimar o devedor fiduciante **ANDERSON WILSON COSTA DOS SANTOS, CPF nº 028.440.546-92**, que está em lugar ignorado, incerto ou inacessível, para se dirigir, preferencialmente, ao endereço da credora fiduciária VERDE VIDA URBANISMO LTDA, CNPJ nº 28.545.593/0001-90, ou ao endereço do Ofício do 1° Registro de Imóveis de Uberlândia, na Avenida Cesário Alvim, nº 356, Centro, Uberlândia, MG - 38400-096, no horário de atendimento, e satisfazer, no prazo de quinze dias úteis, contados a partir da última publicação deste edital, que será publicado em três dias, o encargo no valor de R$17.694,07, em 10/04/2024, sujeito à atualização monetária, juros de mora e despesas de cobrança até a data do efetivo pagamento, somando-se também os encargos que vencerem no prazo desta intimação, protocolizada sob o nº 706169, relativo a escritura pública de COMPRA E VENDA com Alienação Fiduciária, lavrada pelo Cartório do Registro Civil e Notas do Distrito de Ponte Firme, Comarca de Presidente Olegário-MG, no livro nº 69 às fls. 005, e garantido por alienação fiduciária registrada na **matrícula nº 233.519, do Livro 2 – Registro Geral, do Ofício do 1° Registro de Imóveis de Uberlândia**. Na hipótese de o pagamento ser efetuado diretamente a credora, o recibo deverá ser apresentado ao Ofício do 1° Registro de Imóveis de Uberlândia. Caso o pagamento não seja realizado diretamente a credora, o pagamento perante a Serventia deverá ser por meio de cheque administrativo ou visado, com a cláusula "não à ordem", nominal a credora fiduciária ou a seu cessionário. O não cumprimento da referida obrigação, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, garante o direito de consolidação da propriedade do imóvel no patrimônio da credora fiduciária VERDE VIDA URBANISMO LTDA e o imóvel será levado a leilão, nos termos dos arts. 26-A, 27 e 27-A. E, para que chegue ao conhecimento do devedor, expediu-se este edital. Uberlândia, 17 de abril de 2024. A Registradora Substituta:

Argovias Administração e Participações S.A.

CNPJ/MF nº 29.434.111/0001-98 - NIRE 3130011954-8

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Data, Horário e Local: Em 16/04/2024, às 10h30, na sede social da Argovias Administração e Participações S.A ("Companhia"), localizada na Rua Sinta, 50, sala 02, Bairro Marileusa, Uberlândia/MG, CEP 38406-643. **Convocação e Presença**: Dispensada a convocação, na forma do artigo 124, § 4º da Lei 6.404/76, conforme alterada ("Lei 6.404"), tendo em vista a presença da totalidade dos acionistas, conforme assinaturas apostas no Livro de Presença. **Publicações**: Relatório da administração, demonstrações financeiras e demonstrações contábeis acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/2023, publicados no jornal "Diário de Uberlândia" na edição do dia 14/03/2024 (versão online e impressa), dispensada a publicação dos anúncios de que trata o *caput* do artigo 133 da Lei 6.404, tendo em vista o disposto no parágrafo quinto do referido artigo. **Mesa**: Presidente: Marcello Guidotti, e Secretário: Matheus da Silva Pereira Fernandes. **Ordem do Dia:** Deliberar sobre: **(i)** o exame e aprovação das contas da administração, do relatório da administração, do balanço patrimonial da Companhia e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023; **(ii)** a destinação do lucro líquido da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31/12/2023; e **(iii)** a remuneração global dos administradores para o exercício social de 2024. **Deliberações**: Após exame e discussão das matérias e documentos, por unanimidade de votos e sem quaisquer ressalvas, a Assembleia Geral Ordinária aprovou: **(i):** as contas da administração, o relatório da administração, o balanço patrimonial da Companhia e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31/12/2023. **(ii):** a destinação do lucro **líquido** apurado no exercício social encerrado em 31/12/2023, no valor de R$ 60.072.405,96, para ser destinado conforme abaixo: **(ii.i)** constituição de Reserva Legal no montante de R$ 3.003.620,30, conforme disposto no artigo 193 da Lei das Sociedades por Ações; **(ii.ii)** dividendos no valor de R$ 14.267.196,42, que correspondem ao dividendo mínimo obrigatório, classificados como "dividendos a pagar" no passivo circulante e serão distribuídos oportunamente ao acionista, mediante deliberação do Conselho de Administração; e **(ii.iii)** constituição de Reserva de Retenção de Lucros para Orçamento de Capital, no montante de R$ 42.801.589,25. **(iii):** para o ano de 2024, que não haverá remuneração global dos administradores, até a próxima Assembleia Geral Ordinária destinada a apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social a ser encerrado em 31/12/2024. O acionista autorizou os diretores a tomarem todas as providências necessárias para formalizar as deliberações acima, bem como publicar a presente ata na forma de extrato, conforme §3º do artigo 130 da Lei 6.404. **Encerramento**: Nada mais havendo a tratar, o Presidente determinou que fosse lavrada a presente ata, a qual foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. Uberlândia, 16/04/2024. **Acionista**: Ecorodovias Concessões e Serviços S.A. (representada por Eduardo Augusto Alckmin Jacob e Hugo Rafael Mitz). **Mesa:** Matheus da Silva Pereira Fernandes - **Secretário.** Junta Comercial do Estado de Minas Gerais. Certifico o registro sob o nº 11647060 em 19/04/2024. Protocolo 242454470 - 17/04/2024. Marinely de Paula Bomfim - Secretária Geral.

AVISO DE LEILÃO PÚBLICO EXTRAJUDICIAL ON-LINE/PRESENCIAL

Á PREFEITURA MUNICIPAL DE ARAPORÃ-MG torna público, que levará á LEILÃO PÚBLICO ON-LINE E PRESENCIAL (SIMULTÂNEO) BENS MÓVEIS INSERVIVEIS Á ADMINISTRAÇÃO, no dia **21 de Maio de 2024**, às **10:00 horas**, presencialmente **no CRAS de Araporã-MG, localizado à Rua Gabriel Dias, nº 111, Bairro Centro, Araporã-MG**, e online através do site www.rafaelleiloeiro.com.br, Consulte condições no edital disponível no site. Visitação no pátio da antiga Rodoviária de Araporã-MG. Informações: 34-99116-3933. Rafael Araújo Gomes - Leiloeiro Público Oficial - JUCEMG Nº 941/2013.

AVISO DE NOVA DATA DE ABERTURA
PREGÃO ELETRÔNICO PARA REGISTRO DE PREÇOS
Nº. 128/2024 COMPRASNET Nº. 90128/2024 -
LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021

Objeto: Contratação de serviços aquisição e instalação de equipamentos de academia ao ar livre.
A Diretoria de Compras, torna público e para conhecimento das licitantes e de quem mais interessar possa, que devido à alteração no Termo de Referência, fica reagendado a sessão pública na Internet para recebimento das Propostas às **09:00** horas do dia **17/05/2024**, no endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.UASG: 926922. Uberlândia/MG, 25 de abril de 2424.
MARIA BARBOSA POLICARPO
Diretora de Compras
**Documento assinado, nos termos da delegação de poderes conferida pela Portaria nº 647, de 1º de junho de 2023, de forma eletrônica, conforme certificação digital.*
****Informamos que devido ao erro no COMPRASNET,está sendo informado **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDU. CULTURA – MG**, mas o número da UASG continua sendo 926922 - PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. ****

AVISO DE NOVA DATA DE ABERTURA 3
PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 073/2024
COMPRASNET Nº. 90073/2024 - LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021

Objeto: Aquisição de equipamentos eletrodomésticos e eletroeletrônicos (bebedouro industrial, aparelho telefônico sem fio, forno elétrico, purificador de água e outros), a serem destinados ao CEAI Morumbi, em atendimento a Secretaria Municipal supracitada.
A Diretoria de Compras, torna público e para conhecimento das licitantes e de quem mais interessar possa, que devido à alteração no Termo de Referência, fica reagendado a sessão pública na Internet para recebimento das Propostas às **09:00** horas do dia **20/05/2024**, no endereço https://www.gov.br/compras/pt-br.UASG: 926922. Uberlândia/MG, 25 de abril de 2024.
MARIA BARBOSA POLICARPO
Diretora de Compras
**Documento assinado, nos termos da delegação de poderes conferida pela Portaria nº 647, de 1º de junho de 2023, de forma eletrônica, conforme certificação digital.*
****Informamos que devido ao erro no COMPRASNET,está sendo informado **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDU. CULTURA – MG**, mas o número da UASG continua sendo 926922 - PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. ****

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

COMARCA DE UBERLÂNDIA-MG . SECRETARIA DA 2ª VARA CÍVEL. EDITAL DE CITAÇÃO E INTIMAÇÃO COM PRAZO DE VINTE DIAS. O Dr. Carlos José Cordeiro, Mm. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da comarca de Uberlândia, Estado de Minas Gerais, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a todos quantos o presente Edital virem ou dele conhecimento tiverem, que, por este Juízo e respectiva Secretaria, processam-se os termos e atos da ação de Execução de Título Extrajudicial, autos nº 5021927-59.2022.8.13.0702 (PJe), requerido por COOPERATIVA DE CREDITO DE PRODUTORES RURAIS E DE LIVRE ADMISSAO DO TRIANGULO LTDA - CNPJ: 41.669.227/0001-01.O(A) Exequente é credor(a) do(s) Executado(s) pela obrigação representada pelo título "CCB 22244 – Abertura de crédito", datado de 21/09/18, pelo valor total de R$ 30.894,24 (trinta mil, oitocentos e noventa e quatro reais e vinte e quatro centavos).Os Executados não pagaram seu débito, mesmo notificados, com remessa de correspondência aos endereços fornecidos pelo(s) Executado(s).Frustradas as tentativas de recebimento amigável, não resta alternativa à exequente senão a propor a presente medida judicial, nos termos do art. 786 CPC. Conforme demonstrativo anexo (art. 783 do CPC), a obrigação é líquida, certa e exigível, devendo o(s) Executado(s), á(ao) Exequente o valor atualizado até a presente data de R$ 41.027,53 (quarenta e um mil e vinte e sete reais e cinquenta e dois centavos), já acrescidos de correção monetária pelo índice "Nenhum", juros de mora contratualmente fixados, multa de 2,00% e honorários de sucumbência, considerando as eventuais despesas e abatimentos.E como as Executadas não foi encontrada para citação, é o presente Edital expedido com a finalidade de CITAR e chamar as Executadas NADIA MOREIRA MACHADO - CPF: 013.806.336-21 e NADIA M. MACHADO PRODUTOS ORIENTAIS - ME - CNPJ: 24.960.111/0001-08 para os termos e atos da supracitada ação e para efetuar o pagamento da quantia de R$ 41.027,53 referente ao principal, acessórios e 10% sobre o valor da execução, no prazo de 03 (três) dias. Sabendo que no caso de integral pagamento, no prazo supracitado, a verba honorária será reduzida pela metade. Poderá, ainda, caso queira, opor à execução por meio de Embargos, que deverão ser oferecidos no prazo de 15 (quinze) dias. Faculto à parte ré optar em promover o depósito de 30% do valor atualizado do débito e parcelar o restante em até 06 (seis) vezes na forma (art. 916 do CPC). Assim, para conhecimento de todos, especialmente do (a/s) interessado (a/s), expediu-se o presente edital que será afixado no lugar público de costume e publicado uma vez no "Diário do Judiciário – Minas Gerais" e duas vezes no jornal local de grande circulação. Uberlândia, 18 de abril de 2024. Eu, Juliana Alves Fernandes, oficial do judiciário, o digitei, subscrevi.(a) CARLOS JOSÉ CORDEIRO. Juiz de Direito Titular.

Número do documento: 24041816080301700010205758995
https://pje.tjmg.jus.br:443/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=24041816080301700010205758995
Assinado eletronicamente por: CARLOS JOSE CORDEIRO - 18/04/2024 16:08:03

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 123/2024 COMPRASNET Nº. 90123/2024 - LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021 LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO GLOBAL"

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO - Objeto: Aquisição de carimbos personalizados e fornecimento de diversos tipos de carimbos e/ou acessórios, para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação, pelo prazo de 12 (doze) meses. VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$ 34.630,78. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia **16/05/2024**, às **09h** (horário de Brasília), no site www.gov.br/compras. UASG: 926922. Uberlândia/MG, 25 de abril de 2024.
MARIA BARBOSA POLICARPO
Diretora de Compras
**Documento assinado, nos termos da delegação de poderes conferida pela Portaria nº 647, de 1º de junho de 2023, de forma eletrônica, conforme certificação digital.*
****Informamos que devido ao erro no COMPRASNET,está sendo informado **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDU. CULTURA – MG**, mas o número da UASG continua sendo 926922 - PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. ****

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº. 126/2024 COMPRASNET Nº. 90126/2024 - LEI FEDERAL Nº. 14.133/2021 LICITAÇÃO COM ITENS EXCLUSIVOS PARA MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E EQUIPARADAS CRITÉRIO DE JULGAMENTO "MENOR PREÇO POR ITEM"

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - Objeto: Aquisição de mobiliário em geral (armário de aço e outros), a serem destinados para equipar o CEAI Morumbi. VALOR GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO: R$235.788,13. DATA DA SESSÃO PÚBLICA: Dia **14/05/2024** às **09h** (horário de Brasília), no site www.gov.br/compras. UASG: 926922. Uberlândia/MG, 25 de abril de 2024.
MARIA BARBOSA POLICARPO
Diretora de Compras
**Documento assinado, nos termos da delegação de poderes conferida pela Portaria nº 647, de 1º de junho de 2023, de forma eletrônica, conforme certificação digital.*
****Informamos que devido ao erro no COMPRASNET,está sendo informado **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDU. CULTURA – MG**, mas o número da UASG continua sendo 926922 - PREFEITURA MUNICIPAL DE UBERLÂNDIA. ****

COLECIONISMO

Mercado de Pulgas faz estreia neste domingo

FEIRA DE ANTIGUIDADES ACONTECE NO ESPAÇO EXTERNO DO MERCADO MUNICIPAL, DAS 10H ÀS 16H

■ DA REDAÇÃO

Uberlândia recebe neste domingo (28) a primeira edição de 2024 do "Mercado de Pulgas". Promovida pela Secretaria Municipal de Cultura e Turismo, a tradicional feira de antiguidades e colecionismo acontece no Mercado Municipal, entre 10h e 16h, com entrada gratuita.

Com dezenas de expositores previamente selecionados via processo de inscrição aberto em fevereiro, a feira terá exposição, venda e troca de objetos antigos e raros, como moedas, cédulas, louças, pratarias, livros, vinis, dentre outros.

"Estamos convidando a população para mais uma edição do nosso Mercado de Pulgas. Esse tradicional evento, não promove só a venda de itens diversos, mas também o contato dos mais jovens com o passado e a nostalgia daqueles que tiveram suas histórias marcadas pelos objetos expostos. Não perca a chance de ter essa experiência e visite o nosso mercado! ", destacou a secretária municipal de Cultura e Turismo, Mônica Debs.

SERVIÇO

O QUE: 1ª edição do Mercado de Pulgas 2024
ONDE: Mercado Municipal (rua Olegário Maciel, 255 - Centro)
QUANDO: domingo (28), das 10h às 16h
ENTRADA GRATUITA

PMU/DIVULGAÇÃO

Evento terá exposição, venda e troca de objetos antigos e raros, como moedas, cédulas, louças, pratarias, livros, vinis, dentre outros

PALAVRAS CRUZADAS

O jogo mais clássico!
Através das definições descubra a palavra que preenche os quadradinhos da cruzada.

www.coquetel.com.br © Revistas COQUETEL

- Jogada do basquete em que se enfia a bola na cesta com força
- Leitura digital realizada na biometria
- Próximas; chegadas
- Profissional que aplica as técnicas de Freud (Psican.)
- She-(?), a irmã de He-Man (TV)
- O aspecto da pele da pessoa idosa
- Itália, red globe e rubi (Bot.)
- Registro de reuniões
- (?) Bria, atleta do windsurf
- Oriente (Geog.)
- Shakespeare, em relação a "Hamlet"
- (?) Gomes, Ministro da Fazenda de 1994 a 1995
- Reza
- Ofício de Renato Sorriso
- Ente mitológico como a náiade
- Cor que indica "atenção" no semáforo
- Estanho (símbolo)
- Periférico dispensável em tablets
- Couro artificial
- Rublo (Econ.)
- Vegetação usada como disfarce em HQ
- Trabalho de conclusão do doutorado
- Carteado popular
- Arisco; xucro
- Nelson (?), cantor
- Teste de microfone
- Dois ingredientes da salada verde
- (?)-in, massagem
- À (?): desocupado
- Revista de humor dos Estados Unidos
- Na Cenozoica surgiram os Andes
- Rafael Nadal, tenista espanhol
- (?) Sharif, astro de "Dr. Jivago" (Cin.)
- Dispor de meios para (realizar algo)
- Paraná (sigla)
- Nome da letra "M"
- Gala, para Dalí
- Conjunção alternativa
- O "G" da expressão inglesa OMG ("Ah, meu Deus!")
- Internet Explorer (abrev.)
- Composto como o carbonato de cálcio
- (?) house, ambiente de jogadores on-line
- Alter ego de Peter Parker (HQ)

BANCO 3/god — lan — mad — ned — uno. 4/ciro. 5/ninfa. 10/ter por onde.

39

Solução

H O M E M A R A N H A
I E S A L A
G O D A S U M O U
T E R P O R O N D E
N R A T A M A D
E R A D O L S
T O M A T E E A L F A C E
A U N O N E D
T E S E M O I T A
N A V A P S N D
A M A R E L O A E
C I R O G A V I
E S T E A U T O R
E N T E R R A D A
I A

HORÓSCOPO

www.meu-horoscopo-do-dia.com

ÁRIES
21 DE MARÇO | 19 DE ABRIL

O excesso de confiança atrasa o seu progresso. Seja discreto sobre seus planos antes de embarcar neles. Seu otimismo está claramente melhorando e você se sente forte para lidar com tarefas difíceis. Planeje a sua ação em longo prazo.

TOURO
20 DE ABRIL | 20 DE MAIO

Você faz bem quando não aceita rumores como fatos verdadeiros. Descubra mais algumas informações. Você está se sentindo cansado e precisa se livrar de toxinas para voltar à forma.

GÊMEOS
21 DE MAIO | 20 DE JUNHO

Seu otimismo sobe a outro patamar e é hora de realmente apreciar as coisas boas da vida. Há muita coisa acontecendo ao seu redor, então reconheça seus verdadeiros limites. Isso lhe causa esgotamento nervoso.

CÂNCER
21 DE JUNHO | 22 DE JULHO

Seu relacionamento com seus amigos vai fazer você se sentir no topo do mundo. Esqueça as preocupações cotidianas! Você sente que algo está faltando e seu corpo está tentando preencher a lacuna. Vá devagar com os doces.

LEÃO
23 DE JULHO | 22 DE AGOSTO

Você encontrará paz dentro da sua própria casa. Você vai continuar conversas que foram interrompidas. Sua forma vai melhorar, você está reservando a sua energia de forma sensata, para ganhar ainda mais.

VIRGEM
23 DE AGOSTO | 22 DE SETEMBRO

Alguns novos encontros positivos levarão a projetos originais. Você terá a oportunidade de dar um novo impulso a sua vida. Você começou a controlar melhor sua sensibilidade e terá mais energia.

LIBRA
23 DE SETEMBRO | 22 DE OUTUBRO

Você não vai perder tempo com diferenças superficiais e as pessoas vão gostar de você por isso - é uma receita para o sucesso. Você está usando a sua energia de forma construtiva, mas tire um tempo para descansar.

ESCORPIÃO
23 DE OUTUBRO | 21 DE NOVEMBRO

Ponha de lado suas ideias fixas e você vai sair de uma situação desagradável sem muito esforço. A força tranquila é a dominante e você estará mais equilibrado e mais ativo. Concentre-se totalmente em seus relacionamentos, esse é o caminho a percorrer.

SAGITÁRIO
22 DE NOVEMBRO | 21 DE DEZEMBRO

Não se afaste de mudanças que precisam ser feitas, é uma oportunidade maravilhosa para seguir adiante. Você está em sua melhor forma, continue assim. Relaxe e recarregue as energias.

CAPRICÓRNIO
22 DE DEZEMBRO | 19 DE JANEIRO

Hoje parece ser um dia calmo. É hora de pensar mais em si mesmo e nas pessoas próximas a você! Não se esqueça de se aquecer gradualmente antes de fazer exercício e tenha cuidado com movimentos bruscos, também.

AQUÁRIO
20 DE JANEIRO | 18 DE FEVEREIRO

Você vai ouvir fofocas maliciosas para as quais não deve dar importância a fim de evitar disputas. Seria uma boa ideia se dar um tempo longe da agitação ao seu redor. Admita isso para o seu bem.

PEIXES
19 DE FEVEREIRO | 20 DE MARÇO

Você vai ser mais compreensivo e mais sensível às considerações dos outros. É hora de se aproximar de quem você ama. Você precisa dar passagem a algumas das suas emoções, isso vai lhe poupar de angústias como resultado e seus níveis de energia vão melhorar.

CLASSIFICADOS

IMÓVEIS

ALUGUEL

CASAS

CUSTÓDIO PEREIRA - Aluga-se suítes com banheiro, cama, guarda-roupa, bancada com cadeira, cozinha e lavanderia completa. Estacionamento para moto e carro. Suítes individuais e duplo. Pacote mensal e diária. Boa localização. Contato (34) 98421-6841 - (34) 99212-0715

APARTAMENTOS

JARDIM PATRÍCIA - aluga-se apto no condomínio Trilhas do Sol, bairro Jardim Patrícia. Apto no térreo, 2 quartos - sendo 1 com preparação p/ ar – sala, cozinha, varanda privativa, 1 vaga garagem, piso laminado, gás encanado. R$1450,00/mês - condomínio incluso. 34 9 9993-5691

ALTO UMUARAMA - aluga-se apto no condomínio Trilhas do Vento, bairro Alto Umuarama. Apto 6º andar, vista para cidade, 2/4 - sendo 1 com preparação p/ ar - sala, cozinha, 1 vaga garagem e gás encanado. R$1450,00/mês - condomínio incluso. 34 9 9993-5691

CENTRO - alugo excelente apartamento no Centro. Amplo 3 dormitórios suíte todo reformado, com armários, muito arejado, sem condomínio, super seguro. Excelente localização. Contato: (34) 9 9977-0471 – Ângela.

CENTRO - alugo lindo apartamento no Centro. 3 dormitórios, suíte + reversível, espaçoso, ventilado, sem condomínio, super seguro, excelente localização e garagem. Contato: (34) 9 9977-0471 – Ângela.

VENDA

APARTAMENTOS

JARDIM SUL - Vendo ágio de 01 apartamentos no bairro Jardim Sul em Uberlândia. Endereço Rua Landiscape, nº 2196 - Ed MOZAIC Apto 605. Contato: (34) 9 9908-2119

FUNDINHO - vendo apartamento térreo, 2 quartos, banheiro social, suíte, sala, cozinha, área serviço ampla, 1 vaga garagem, sala visita e portão eletrônico. Valor: R$199.000,00 - Rua Souza Costa, bairro Fundinho – Uberlândia/MG. Contato: (34) 9 9861 8709 Zilda.

SANTA MÔNICA - vendo apartamento no bairro Santa Mônica, 93 metros, três quartos e 1 suíte. R$295.000,00 Contato: (34) 9 9238-9706

UMUARAMA - vendo apartamento novo no bairro Umuarama, 2 quartos, próximo UFU - HCU. R$300.000,00. Falar com Antônio (34) 9 9993-1952

IMÓVEIS

ÁREA RURAL – vendo imóvel, 1.000m² em condomínio fechado, área rural com portaria, água encanada, iluminação nas ruas, ruas cascalhadas, 5 km de Uberlândia (BR 452 KM 01 + 03km terra), lote murado e quitado. Valor: R$ 180.000,00 – TROCO POR CAMINHÃO – Contato: 34 9 9837-0778

ROMARIA – vende-se sobrado em Romaria. Sendo 3 quartos, 2 banheiros, sala, copa, cozinha e área. Sobrado com ponto comercial no centro da cidade. Contato: (34) 9 9829-5271

CONDOMÍNIO MIRANDA 1 - vendo chácara no Condomínio Miranda 1, área de 5.200 m. R$250.000,00. Falar com Antônio (34) 9 9993-1952

BRASIL – imóvel comercial no bairro Brasil à venda. Localizado na Av. Amazonas, com sete salas - 3 com banheiro individual. As quatro salas mobiliadas. Cozinha montada (geladeira bebedouro fogão), banheiro feminino, banheiro masculino e também para deficiente. Recepção mobiliada. Área construída 157m², área terreno 250m². Valor: R$650 mil (aceito propostas). Márcio (34) 9 9900- 9385

LUIZOTE DE FREITAS – sobrado de esquina com dois apartamentos, duas casas e um ponto de comércio – venda ou troca. Rua Maximiliano Carneiro, Luizote de Freitas, Uberlândia – MG. Contato: (34) 9 9996-2296

UBERLÂNDIA - Vende-se área de 20 mil metros na Represa de Miranda próximo à Tapuirama. Contato: (34) 9996-2296

VEÍCULOS

FORD

FORD KA - vendo Ford Ka ano 2019/19 branco, não é carro de Uber – completo, carro novo. Valor R$45.500,00 – WhatsApp: (34) 9.9996.1104 Silvoney

EMPREGO

VAGAS DE EMPREGO - precisa-se de profissional com formação em Fonoaudiologia e Terapia Ocupacional para Tutoria em Faculdade EAD. Enviar currículo no e-mail: selecaodetutor@gmail.com

VAGAS DE EMPREGO - Contrata-se manobrista (CNH B) e caixa. Ensino médio completo, salário, VT e VA. Segunda a sexta e sábados alternados. Interessados enviar currículo para vinicius@naserestacionamento.com.br ou WhatsApp 31 98420-4602

VAGA PARA HIGIENIZADOR DE SOFÁ - CNH A e possuir veículo próprio. Salário R$1.644,89 + adicionais R$321,00 + R$250,00 de ajuda de custo. Ser proativo, comunicativo e gostar de atendimento ao cliente, experiência em vendas é um diferencial. Currículos: (34) 9 9891-1200 (WhatsApp) e e-mail: comercial@conserveclean.com.br

VAGA PARA ESTOQUISTA - Uberlândia/MG - Responsabilidades e atribuições: responsável pelos processos do setor de estoque, atuando desde a entrada de peças e equipamentos, conferência, armazenagem, separação de pedidos, expedição. Requisitos e qualificações: Ensino Médio - Concluído e experiência na área de estoque ou logística. Benefícios: VR, VA e VT; após o período de experiência: plano de saúde (colaborador) e dependentes com coparticipação; plano odontológico e cartão farmácia. Enviar currículo para eliana@g4rh.com.br com o título da vaga e localidade.

VAGA PARA EMPREGADA DOMÉSTICA - empregada doméstica para trabalhar em casa de família no Bairro Gávea (ao lado do Uberlândia Shopping). Serviços diversos. Segunda a sexta. Salário: R$2.400,00 + vale transporte. Contato: (34) 9 9996-0044

DIVERSOS

TUBOS FLUTUANTES - vendo 02 tubos flutuantes medindo 8,00 X 1,00 de diâmetro. R$30.000,00. Falar com Antônio (34) 9 9993-1952

PRANCHA RANDON - vendo prancha Randon 2 eixos, ano 1980, 8 pneus novos reformada e bem conservada. R$90.000,00. Falar com Antônio (34) 9 9993-1952

JAZIGO PERPÉTUO - vendo um jazigo perpétuo, 2 gavetas, cemitério bom pastor, Uberlândia – Interessados tratar: (34) 9 8852-6900

ROÇADEIRA - vendo uma roçadeira semi-nova Stihl, modelo FS55, 2 pontas, com nota fiscal, óculos de proteção, manuais, ferramentas originais para ajuste. Foi utilizada por apenas 5 vezes. Interessados tratar: (34) 9 8852-6900

SERVIÇOS

DETETIVE PARTICULAR - trabalhamos em todos os casos, em todo Brasil. Contamos (34) 9 9127-8420 Det. Falcão

AUTOTRANS CONTRATA - MOTORISTA DE ÔNIBUS

Salário: R$ 2632,96 + benefícios (convênio médico e odontológico, cesta básica, gratuidade no transporte público, ticket de alimentação de R$ 457,44).
Necessário ter experiência comprovada na carteira de trabalho e curso de transporte coletivo de passageiros.
Interessados enviar currículo pelo whatssap (31) 99796-7830, e-mail rh@autotrans.com.br ou cadastrar no site www.autotrans.com.br
VAGA TAMBÉM PARA PCD (pessoas com deficiência)

VENDE-SE UM LABORATÓRIO DE ANÁLISES MICROBIOLÓGICAS E FÍSICO-QUÍMICAS DE ÁGUA, ALIMENTOS E COSMÉTICOS, COM EQUIPAMENTOS E FUNCIONANDO.

CNPJ ativo há 14 anos
com fluxo de caixa positivo.
Alvará renovado por 3 anos.

TRATAR COM NILMA GENNARI
FONE (34) 9 9911-1866